



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Percepções de Educadores sobre Vínculos no Cuidado de Crianças em  
Acolhimento Institucional**

André Isaac da Silva Assunção

Belém - Pará  
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Percepções de Educadores sobre Vínculos no Cuidado de Crianças em  
Acolhimento Institucional**

André Isaac da Silva Assunção

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

**Orientador:** Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Janari da Silva Pedroso

**Co-orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lília Iêda Chaves Cavalcante

**Linha de Pesquisa:** Psicologia, Sociedade e Saúde

Belém - Pará  
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

---

Assunção, André Isaac da Silva

Percepções de educadores sobre vínculos no cuidado de crianças em acolhimento institucional/ André Isaac da Silva Assunção. - 2016.

Orientador: Janari da Silva Pedroso

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de PósGraduação em Psicologia, Belém, 2016.

1. Afeto (Psicologia) – Belém (PA). 2. Educadores – Belém (PA). 3. Educação afetiva – Belém (PA). 4. Percepção. 5. Crianças – Cuidado e Tratamento. I. Título.

CDD 22. ed. 152.4

---

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Drª. Janari da Silva Pedroso (UFPA – Orientador)

---

Profª. Drª. Lilia Iêda Chaves Cavalcante (UFPA – Co-orientadora)

---

Profª. Drª. Laiane da Silva Corrêa (UFPA – Membro externo)

---

Profª. Drª. Maria Lúcia Chaves de Lima (UFPA – Membro interno)

---

Profª. Drª. Airle Miranda de Souza (UFPA – Suplente)

---

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente ao orientador deste trabalho, professor Dr. Janari da Silva Pedroso. Obrigado pela parceria e orientações ao longo da leitura deste de trabalho.

Muitos corações de agradecimento à professora Dr<sup>a</sup> Lília Cavalcante pela amizade, atenção, dedicação e co-orientação neste estudo e aos colegas do grupo de pesquisa do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED). Obrigado pelos momentos de estudo, confraternização e aprendizado.

A todos os gestores, técnicos e funcionários dos serviços de acolhimento da Região Metropolitana de Belém, que me receberam com muita atenção e dedicação.

Aos educadores, que são protagonistas desse trabalho. Dedico a vocês cada palavra escrita, cada discussão e articulação com a teoria, além dos detalhes nas falas de cada entrevista realizada com muita dedicação por todos. Muito obrigado!

Aos meus pais, minhas figuras de referência e meus primeiros vínculos afetivos. Obrigado pelo incentivo, investimento educacional e a cada momento de ensinamento constante que tive ao lado de vocês.

Aos meus amigos que contribuíram em cada vitória e obstáculos vencidos para a realização desse grandioso desejo. Em especial, ao meu querido Amigo/irmão: Edson Cruz, pela oportunidade de conviver e estudar ao seu lado nos momentos mais incríveis pelos corredores da Universidade. Obrigado por me apresentar esse universo singular e fazer parte dos primeiros passos como pesquisador.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e a todos os professores, por oportunizarem esta etapa da minha carreira acadêmica.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para execução deste trabalho.

## Sumário

**Resumo**

**Abstract**

**Apresentação**

<b>1. Introdução</b>	12
<b>1.1 Acolhimento Institucional no Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente</b>	12
<b>1.2 O educador nas instituições de acolhimento</b>	17
<b>1.3 O vínculo afetivo no acolhimento institucional de crianças</b>	22
<b>2. Objetivos</b>	43
<b>3. Método</b>	44
3.1 Tipo de Pesquisa: uma proposta qualitativa	44
3.2 Participantes	45
3.3 Ambiente	46
4. Instrumentos e Materiais	48
4.1 Roteiro de Entrevista	48
4.2 Diário de campo	48
5. Procedimento de pesquisa	49
5.1 Autorização judicial para realização do estudo na instituição e Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos	49
5.1.2 Reconhecimento do ambiente institucional e familiar dos participantes	49
5.1.3 Coleta de dados	50
5.1.4 Análise dos dados	50
<b>6. Resultados e Discussão</b>	53
<b>6.1 Acolhimento e Experiências de Cuidado</b>	53
6.1.2 Acolhimento e a medida Protetiva	53
6.1.3 Cuidados formais e afeto	59
6.1.4 A referência familiar no cuidado	65
<b>6.2 Vínculos, Cuidado e Sentimentos no Acolhimento institucional</b>	72
6.2.1 Vínculos afetivos e cuidado	72
6.2.2 Apego e cuidado	83

6.2.3 Sentimentos ligados ao desligamento da instituição	95
<b>7. Considerações finais</b>	110
<b>8. Referências</b>	116
<b>9. Apêndices</b>	128

Assunção, A. I. S. (2016). *Percepções de educadores sobre vínculos afetivos no cuidado de crianças em acolhimento institucional*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Belém-Pa. Universidade Federal do Pará, 145 páginas.

### **Resumo**

O presente estudo buscou conhecer a percepção dos educadores de duas instituições de acolhimento da região metropolitana de Belém do Pará, com destaque para concepção sobre vínculos afetivos no cuidado de crianças na faixa etária de dois a seis anos nesse contexto específico. Participaram 10 educadores. Para a elaboração deste estudo, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturada com 10 perguntas abertas sobre o tema: cuidado, apego, vínculos afetivos e desligamento da instituição. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo de Bardin. Foram criadas duas categorias molares: Acolhimento e experiências de cuidado e Vínculos, cuidado e sentimentos no acolhimento institucional. Para cada uma delas foram propostas três categorias moleculares, respectivamente: Acolhimento e medida protetiva, Cuidados formais e afeto e A referência familiar no cuidado; Vínculo afetivo e cuidado, Apego e cuidado e Sentimentos ligados ao desligamento da instituição. Os resultados encontrados apontaram que o acolhimento na percepção dos educadores é reconhecido como uma medida de proteção para as crianças, sendo esta uma alternativa favorável ao seu desenvolvimento. Os principais cuidados oferecidos às crianças estão pautados na higiene e cuidados físicos. A referência aos cuidados familiares na percepção dos educadores está diretamente ligada a educação fornecida aos seus filhos em casa, pois os mesmos buscam educar as crianças de acordo com os exemplos e experiências de suas casas. Segundo os educadores, os vínculos afetivos são fundamentais para uma boa condição de trabalho com as crianças, sendo impossível não criar esse tipo de ligação com elas. O apego no cuidado com as crianças foi observado pelos profissionais como algo importante e, ao mesmo tempo, prejudicial, pois, segundo os educadores, esse sentimento pode se tornar difícil de controlar. Esse controle está ancorado na ideia de que o apego e o vínculo podem promover o sofrimento no ato do desligamento das crianças da instituição. Os resultados reforçam a ideia de que a instituição de acolhimento é um espaço de constantes transformações, de promoção de desenvolvimento, tanto físico quanto emocional para as crianças, sendo que, nesse lugar, os educadores se tornam referência no cuidado e na relação afetiva com as crianças e contribuem com o seu desenvolvimento psicológico.

**Palavras-chave:** acolhimento institucional, percepção de educadores, vínculos afetivos.

Assunção, A. I. S. (2016). *Perceptions of educators on emotional bonds in the care of children in institutional care*. Masters dissertation. Program Graduate in Psychology. Bethlehem, Pa. Federal University of Pará, 145 pages.

### **Abstract**

This study aimed to know the perception of educators two host institutions in the metropolitan area of Belém do Pará, especially conception of affective bonds in the care of children aged two to six years in this specific context. 10 educators participated. For the preparation of this study, it was used as data collection instrument an interview script with semistructured 10 open questions about: care, addiction, affective bonds and shutdown of the institution. Data were analyzed through Bardin content analysis. Reception and care experiences and Linkages, care and feelings in residential care: two molar categories were created. Para cada uma delas foram propostas três categorias moleculares, respectivamente: Acolhimento e medida protetiva, Cuidados formais e afeto e A referência familiar no cuidado; Vínculo afetivo e cuidado, Apego e cuidado e Sentimentos ligados ao desligamento da instituição. The findings showed that the host in the perception of teachers is recognized as a measure of protection for children, which is a favorable alternative to its development. The main care offered to children are guided by the hygiene and physical care. The reference to family care in the perception of educators is directly linked to education provided to their children at home, as they seek to educate children according to the examples and experiences of their homes. According to educators, the emotional ties are key to a good working condition with the children, it is impossible not create this kind of connection with them. The attachment in the care of children was seen by professionals as something important and at the same time, harmful, because, according to educators, that feeling can become difficult to control. This control is anchored on the idea that attachment and bonding can promote pain at the time of the shutdown of the children of the institution. The results reinforce the idea that the host institution is a place of constant change, promotion of development, both physical and emotional for the children, and in this place, educators become reference in the care and loving relationship with children and contribute to their psychological development.

**Keywords:** institutional care, perception of educators, affective bonds.

## **Apresentação**

Este estudo buscou analisar a percepção dos educadores sobre vínculo afetivo no acolhimento institucional de crianças em duas instituições da região metropolitana de Belém do Pará. O presente trabalho foi proposta por estudos que tem como base a teoria de John Bowlby (1907-1990), com leitura das obras: Formação e rompimento dos laços afetivos (2006); A natureza do vínculo (2006); Cuidados maternos e saúde mental (2006) e As origens do apego. Uma base segura: implicações clínicas da teoria do apego (2006). Tais obras abordam a formação, manutenção e, rompimento dos vínculos afetivos nos primeiros anos de vida e as implicações desse processo na vida de crianças na faixa etária de zero a seis anos de idade.

O interesse pelo tema surgiu com a participação nos estudos no Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento – LED, do PPGTPC/UFGA. Passando com isso, a ter contato com temas sobre o desenvolvimento infantil, assistência e temas relacionados ao vínculo afetivo e literatura da área. Daí, surgiram as indagações e por meio disso, foi possível pensar: Cuidar de crianças tem a ver com afeto? Será que os profissionais se apegam a essas crianças? Como eles concebem os vínculos afetivos que podem surgir nessa relação? Essas foram algumas indagações feitas na fase inicial da elaboração deste estudo e que remetem à importância de se aprofundar no universo do acolhimento institucional e questões do desenvolvimento emocional de crianças que vivem nesses espaços.

Assim, ocorreu a aproximação de estudos sobre acolhimento institucional, desenvolvidos pelo Prof<sup>o</sup>. Dr. Janari Pedroso (Orientador) e pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lília Cavalcante (Co-orientadora), ambos pesquisadores na área do desenvolvimento humano. Esta dissertação, por sua vez, está vinculada à pesquisa “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de

cuidado", coordenada pelas Prof<sup>as</sup> Dr.<sup>as</sup>. Lília Iêda Cavalcante e Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Celina Magalhães e financiada pelo CNPq no ano de 2012 a 2014.

A partir da literatura que apresenta a temática do acolhimento institucional, esse estudo buscou conhecer como os educadores percebem os vínculos afetivos nas suas práticas que envolvem o cuidado de crianças. A concepção de vinculação foi descrita pela ótica dos educadores, para que fosse possível compreender o que esses profissionais entendem e concebem sobre vínculo afetivo. A investigação ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, composta por questões discursivas a respeito do tema. O método de análise foi realizada por Brdin (2011).

## **1. Introdução**

### **1.1 Acolhimento Institucional no Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente**

A política de atendimento à infância e à juventude em situação de vulnerabilidade passou por transformações ao longo do tempo. Com base nisso, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, Brasil, 2013) considera que a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, apesar de contar com registros históricos, ainda está em construção no território brasileiro. Marcílio (1998) afirma que a segregação de pessoas do convívio familiar por motivos diversos ocorria por meio da institucionalização de longa permanência, em asilos, orfanatos, educandários, internatos, dentre outros. O relatório do CNMP (Brasil, 2013) realizado de 2012 a 2013 mostra que em épocas passadas, os acolhidos não tinham tempo previsto para a permanência nos espaços de acolhimento, os quais passavam meses e até anos nessas instituições. Pode-se dizer que essa realidade passou a mudar séculos à frente, com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA em 1990, por meio de políticas voltadas para a assistência social de crianças e adolescentes que sofriam algum tipo de negligência.

O gerenciamento e a implantação das políticas de atendimento saíram, gradativamente, do domínio da igreja, para profissionais filantropos, até ser de responsabilidade do Estado, como é nos tempos atuais. Leite (1997) aponta que no Brasil Colonial o abandono de crianças foi uma prática encontrada em diversas culturas, como por exemplo, entre índios, brancos e negros.

Ao longo do século XVII e início do XIX, inúmeras instituições de proteção à infância desamparada surgiram no Brasil, como estabelecimentos de abrigo e de educação de caráter público ou privado para os chamados “menores desvalidos”. Nessa época deu-se início a criação de futuras leis e normas de amparo à criança, visando mudanças na prática de acolher e preservar o contato com a família, a atenção quanto aos aspectos

sociais e psicológicos vivenciados nesse processo de transição de um espaço familiar para o espaço de acolhimento (Leite, 1997).

Atualmente o acolhimento institucional traça novos caminhos frente às necessidades sociais e leis implantadas para a proteção e promoção da saúde dessas crianças e adolescentes, e ainda está ligado a um passado que trouxe consequências para a implementação das políticas de atendimento nos dias de hoje, pois na história do acolhimento a segregação e separação da família ocorriam com mais frequência e não se era dada atenção à manutenção dos vínculos afetivos.

Para analisar as mudanças ocorridas na prática de acolhimento institucional, o relatório da infância e juventude, Brasil (2013) aponta que o panorama de assistência mudou com a implementação de políticas voltadas à área da infância, como por exemplo, o advento da lei 12.010/2009 que preconiza o judiciário a tomar medidas de proteção em situações de vulnerabilidade das crianças e adolescentes, bem como inclui o acolhimento familiar como um dos encaminhamentos possíveis para a segurança do acolhido, previstos em leis específicas do ECA (Brasil, 1990).

No que diz respeito à legislação específica de proteção à infância, o ECA representou uma grande mudança. Surgiu destinado às crianças e adolescentes da nação brasileira, com a intenção de garantir os direitos básicos garantidos em lei. Brito, Rosa e Trindade (2014) afirmam que as leis os reconheceram e, por isso, a criança passou a ser vista como sujeito de direitos e esse movimento reforçou o panorama de mudanças no acolhimento infantil, propiciando que todas as crianças vivessem nessa condição sociojurídica regida pelo ECA e com os seus direitos respeitados.

Os direitos da criança e do adolescente estão previstos no ECA e afirmam que o acolhimento institucional é a sétima medida de proteção que deve ser aplicada, sempre que os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados. Os relatórios

da infância e juventude (Brasil, 2009; Brasil, 2013) apontam que esta legislação adota a medida de proteção que determina o acolhimento institucional em situações nas quais há grave risco à criança e ao adolescente e essa forma de enxergar o acolhimento passou a ser adotado com a implementação de leis que garantem a segurança e o bem estar dos acolhidos. Assim como deve atentar para a provisoriedade dessa condição e buscar de forma empenhada a sua reintegração ou reinserção familiar, sendo que os vínculos familiares e comunitários devem ser cultivados e preservados até que tais situações sejam alteradas ou superadas de modo significativo ao acolhimento.

O ECA, assim, prevê em alguns parágrafos as leis dispostas para a medida de acolhimento institucional que têm o caráter de esclarecer algumas medidas importantes para a compreensão de crianças em situação de acolhimento institucional. Dessa forma, o Artigo 101, parágrafo único, do ECA, atribui a definição do acolhimento institucional como “medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

Uma forma de dar atenção às práticas de atendimento à criança em risco social é assinalada por Rizzini e Rizzini (2004) ao citarem a Convenção das Nações Unidas pelo Direito da Criança, em que os autores afirmam a necessidade de novas políticas de amparo ao público infantil em relação ao acolhimento institucional. Vale ressaltar que a retirada de uma criança do convívio familiar deve ser feita por uma instituição se não houver alternativa e este acolhimento deve ser temporário e inspirado no cuidado familiar.

Por mais que as modalidades de acolhimento estejam dispostas na lei, pode-se dizer que muitas crianças e adolescentes ainda estão segregados do convívio familiar e até mesmo institucional, residindo nas ruas das cidades brasileiras. No Artigo 19 do ECA está escrito que: “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no contexto de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a

convivência familiar e comunitária previsto em lei. O ambiente deve ser livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” ou qualquer tipo de exposição prejudicial aos sujeitos.

Porém, mesmo que a lei preconize o modelo ideal para a modalidade de acolhimento, não pode-se esquecer que no contexto familiar a criança, muitas vezes, passa por descuidos, negligência e falta de referências afetivas. Alguns cuidadores importantes como pai e mãe podem não ter oferecido uma base segura para o desenvolvimento emocional dessas crianças, que possivelmente na entrada na instituição, irão buscar segurança e afetividade na figura do educador. Alexandre e Vieira (2004) afirmam que as crianças apresentam afetividade entre si e também com a figura que cuida, que alimenta e que fornece a atenção necessária naquele momento. Assim, com a entrada na instituição, o educador passa a ser a figura do cuidado institucional e pode se tornar uma pessoa significativa e fundamental na relação estabelecida com a criança no espaço de acolhimento.

Com a criação ECA em 1990 ocorreu a construção de novas práticas de cuidado para com o acolhimento de crianças no Brasil. Pode-se destacar uma das principais mudanças no acolhimento, a jornada e tempo de permanência das crianças nesses espaços, que antigamente não havia período estabelecido e após a criação da Lei 12010/2009, passou a ser de dois anos esse tempo. Fraga (2008) e Serrano (2008) afirmam que mesmo que a criança permaneça um longo período na instituição, a ideia da provisoriedade da medida de colocação em uma instituição de acolhimento está estabelecida desse ponto de vista, pois a longa permanência impacta diretamente no seu sentimento de segurança, confiança e afeto.

Cintra (2010) aponta fatores que oportunizam a nossa compreensão para os fatores que prejudicam o desenvolvimento da criança acolhida, tais como a mudança para

novos hábitos e interações frente às necessidades do ambiente, que estão ligados a esse tempo de permanência e da qualidade do convívio estabelecido na instituição.

A autora cita o impacto da institucionalização, principalmente quando se tratam de períodos prolongados aos estabelecidos pela lei disposta no ECA. Rizzini e Rizzini (2004), Siqueira e Dell'Aglio (2006), Souza (2010) nos permitem pensar que o acolhimento institucional prolongado traz consigo a ruptura de laços afetivos, a privação do convívio familiar, entraves no desenvolvimento global, assim como, impessoalidade nos cuidados ofertados ao outro e a dificuldade de se manter a disciplina, controle e punição como premissas educativas dentro da instituição de acolhimento.

O acolhimento institucional, a partir do ECA, passou a valorizar não apenas a reclusão, mas também os cuidados referentes às crianças. Rizzini e Rizzini (2004) alegam que muitas práticas de isolamento e segregação social de crianças institucionalizadas são mantidas até os dias atuais.

Porém, pode-se observar que o cuidado e os vínculos no acolhimento institucional passaram a ser objeto de estudos científicos, com caráter de observação e preocupação de pesquisadores (Alexandre & Vieira, 2004; Golin, 2010; Silva & Neto, 2012; Sroufe, 2008; Vectore & Carvalho, 2008). A importância desses estudos está situada no bem estar social e na saúde mental das crianças que estão nesses espaços, mas pode-se dizer que ainda são poucos os investimentos dados a essa temática e estudos dessa natureza. Fraga (2008) e Serrano (2008) afirmam que mesmo que a criança permaneça um longo período na instituição, a ideia da provisoriedade da medida de colocação em uma instituição de acolhimento está estabelecida desse ponto de vista, pois a longa permanência impacta diretamente no seu sentimento de segurança, confiança e afeto.

Assim, pode-se dizer que a criança em situação de abandono, negligência e que de alguma forma teve seus direitos violados passa por problemas afetivos quanto ao seu

desenvolvimento emocional, já que na infância se constituem os primeiros referenciais de cuidado, traumas, angústias, apego, separação e perda como constituintes do psiquismo infantil (Bowlby, 2006). A figura do educador deve ser um suporte a todas essas questões, principalmente na promoção do cuidado afetivo, do rompimento e constituição de novos laços frente às demandas da criança. Vale ressaltar que a importância de capacitar os sujeitos envolvidos no cuidado à criança, aprimorando os recursos que podem ser oferecidos para os que estão em situação de acolhimento institucional. Nesse sentido, o acolhimento institucional como medida de proteção deve prezar pela recuperação de alguns laços afetivos entre crianças e familiares, assim como oferecer um cuidado mais atencioso dentro da instituição.

Guedes e Scarcelli (2014) abordam as reflexões sobre o acolhimento institucional na assistência à infância e afirmam que o acolhimento de crianças deve ser adotado apenas diante da ausência de outros recursos de proteção e o modo de cuidado não poderia ser mais o regime de internato e sim na promoção da atenção mais individualizada e na busca do bem estar social.

Outros pontos de discussão salientados pelas autoras Guedes e Scarcelli (2014) referem-se às práticas de assistência como advindas de vários saberes, áreas de atuação e na concepção de cada um presente no seu trabalho cotidiano. As autoras ressaltam a importância da atuação da equipe técnica da instituição pautada na legislação e amparo do ECA, pois as diretrizes normativas podem auxiliar o trabalho e o manuseio das atividades desse público que detém dúvidas sobre a própria atuação e seu lugar como educador, que muitas vezes, também não compreendem o universo infantil, algumas fases de seu desenvolvimento, os motivos do acolhimento e até mesmo o passado das crianças. Nessa perspectiva, autores como Souza (2010), Corrêa (2011), Guedes e Scarcelli (2014) afirmam os educadores e técnicos de instituições de acolhimento que não conhecem a

natureza do meio de trabalho em que estão inseridos, as nuances dos afazeres que devem ser feito dentro da instituição, bem como as políticas que estão sendo criadas, modificadas e implantadas para a gestão do trabalho na assistência às crianças do nosso país e que são notificadas pelos órgãos competentes a essa temática.

Para ilustrar o perfil e como estão os estudos sobre o acolhimento institucional no Brasil, corroboram os dados atuais sobre o acolhimento institucional de crianças divulgado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), realizado em março de 2012 e março de 2013, os quais apontam que as causas que levam muitas crianças a serem acolhidas institucionalmente é a vulnerabilidade da família que é resultante da situação de pobreza e da má distribuição de renda no país, que acometem o abandono e maus tratos familiares (Brasil, 2013). Segundo o relatório, a situação também pode ser caracterizada por outros problemas sociais, como os atentados aos direitos humanos, o abuso e a exploração, dentre outros fatores. São apontados percentuais como 81% por registro de abandono, 78% pela violência doméstica e 44% pelo abuso sexual, sendo que em alguns casos divulgados no relatório há mais de uma motivação pelo acolhimento.

Os dados apontam que ocorrências como a pobreza e má distribuição de renda não são motivos coerentes com os estabelecidos pelo ECA, o qual afirma o acolhimento institucional como medida excepcional. Estatísticas dessa natureza oportunizam o conhecimento da realidade do acolhimento institucional no território brasileiro, o qual, segundo Brasil (2013), cerca de 30 mil crianças e adolescentes estariam afastados do convívio familiar em diversas regiões do Brasil. A pesquisa foi realizada em 2.370 entidades, que corresponde a 86,1% das unidades existentes no país (Brasil, 2013).

Os registros apontaram a distinção dos espaços de acolhimento e mostraram que há 2.247 instituições especializadas (abrigos institucionais e casas-lares), que atendem

29.321 acolhidos. Já os serviços de acolhimento familiar correspondem a 123 instituições e atendem 1.019 sujeitos no total, 817 famílias estão cadastradas para acolher nessa modalidade. Mesmo com esses dados numéricos, o relatório apontou que os serviços de acolhimento no Brasil tem capacidade para atender até 45.569 crianças e adolescentes.

Dentre os Estados com maior rede de instituições, o relatório apontou São Paulo como o maior estado com rede de acolhimento do tipo institucional, com 12.277 vagas e com 8.686 crianças e adolescentes atendidos nessas instituições. O Rio Grande do Sul foi apontado como o segundo maior em número de serviço de acolhimento com 3.236 vagas e 2.549 atendidos. Já o terceiro lugar ficou para o Rio de Janeiro com 3.298 vagas e 1.937 atendimentos.

No que se refere ao acolhimento na modalidade de Casa-lar, o Estado do Paraná possui 2.367 vagas para o acolhimento de crianças e adolescentes, sendo que há 1.380 atendidos. Nessa modalidade, São Paulo aparece em segundo lugar, com 1.186 vagas e 800 atendidos. O estado de Minas Gerais também foi apontado no relatório, somente na modalidade de Casa-lar, com 694 vagas para receber crianças e adolescentes e com 509 atendimentos.

O CNMP apontou que o modelo de famílias acolhedoras de apoio está maior representada no estado de Santa Catarina, que possui 54 entidades. O levantamento selecionou 123 famílias (que foram visitadas pelo Ministério Público), e constatou que esse número representa um percentual de 34,6% de todas as entidades que oferecem esse tipo de serviço de acolhimento em todo o território brasileiro. Os dados apontaram ainda que o maior público acolhido ainda é de meninos na faixa etária de 6 a 11 anos de idade, 4.188, sendo que desse total, 2.232 são pertencentes à Região Sudeste. As meninas somam um total de 3.422 para a mesma faixa etária e desse total, 1.954 também estão na Região Sudeste (Brasil, 2013).

Em comparação as demais regiões, a realidade do acolhimento institucional para a Região Norte citada no relatório do CNMP no ano de 2012, o acolhimento institucional contava com 47 instituições do tipo Abrigo Institucional (termo utilizado no relatório), correspondendo a 85,5% em relação às Casas-lares, com oito unidades que representam 14,5% do total de dados pesquisados. Com isso, os dados apontam um total de 55 unidades em 100% coletadas para essa amostra. Já no ano de 2013, pelo relatório do CNMP, os dados apontaram um aumento de instituições com um total de 92 do tipo abrigo institucional, correspondendo a 83,3% em comparação a 11 Casas-lares no percentual de 10,7%.

O total de unidades em 2013 estava em 103 para toda a Região Norte e os dados apontaram ainda as modalidades do acolhimento, com 64,95% do tipo Abrigo Institucional; 24,7% do tipo Casa de passagem/transitória e 9,3% Casa-lar em aldeia. Esses dados apontaram um total de 100% das instituições em um total de 97 unidades.

Vale ressaltar que, os dados do CNMP assinalaram grande disparidade em relação a outras regiões, uma vez que o Centro Oeste detém um total de 180 unidades, sendo 65,5% do tipo Abrigos Institucionais. O Nordeste com 264 unidades, 67,8% são Abrigos Institucionais. O Sul com 664 unidades, correspondendo a 52,6% sendo Abrigos Institucionais e o Sudeste com total de 1.419 unidades, sendo dessas 68,8% do tipo Abrigo. O Estado do Pará apresentou em 2013 um total de 36 instituições de serviços de acolhimento com capacidade para 666 acolhidos e teve 384 atendimentos no referente ano.

Esses dados apontam para as diversas formas de acolhimento em diferentes regiões e culturas do território brasileiro. Porém, não causa surpresa a constatação de que os Abrigos Institucionais ainda são a maior modalidade de serviços de acolhimento no país. Da mesma forma, o relatório aponta as disparidades entre as regiões e apresentou o

número reduzido de serviços de acolhimento na região Norte em comparação às quatro demais regiões. Os dados apontam, ainda, mudanças positivas em termos quantitativos de crescimento de instituições na região Norte, sendo que do ano de 2012 a 2013, o número de unidades passou de 47 para 92 do tipo Abrigo Institucional. Esse dado é importante e considerado positivo, pois apresenta ajustes no serviço de acolhimento na região Norte, assim como, para se pensar nas novas práticas de acolhimento institucional, o qual vem aumentando no país, como mostra o relatório.

Dados do CNMP abordaram ainda que 27,9% dos acolhidos em instituições de Abrigo Institucional não possuem a guia de acolhimento expedida pela entidade judiciária. Nas instituições do tipo Casa-lar, o percentual é de 28% de crianças e adolescentes sem o documento. Esse dado foi extraído das unidades visitadas e representa um alerta quanto à atenção dada à situação do serviço no Brasil.

Corroborando com esse trabalho, os dados da pesquisa “Instituições de acolhimento em quatro regiões do estado do Pará: perfil de crianças e adolescentes” apresentou dados importantes para se pensar o panorama do acolhimento na região metropolitana de Belém. Entre os destaques da pesquisa, observou-se um total de 220 acolhidos na região metropolitana de Belém nos anos de 2012 a 2014, sendo que 80,5% na capital Belém e 9,1% em Ananindeua. Destacou-se ainda que 146 crianças acolhidas estava na faixa etária de zero a seis anos, sendo a maioria meninas. A pesquisa apontou ainda que o paradeiro dos pais ainda é um fator que chama a atenção na reinserção familiar dos acolhidos, em que 32,3% são desconhecidos e 7,3 faleceram. Esses dados tornam importantes para compreender a situação das crianças em meio as dificuldades vividas dentro e fora da instituição de acolhimento. Mesmo que não seja motivo para o acolhimento, a região Metropolitana de Belém registrou 11,8% por motivo de pobreza ou vulnerabilidade social, assim como houve casos diversos, tais como: 45,5% de casos de

abandono por parte dos pais ou responsáveis, 55,9% por negligência, 6,8% por violência física, 11,4% por violência sexual e 17,3% por terem pais alcoólatras/com vícios em drogas.

Os dados obtidos na pesquisa supracitada apontaram um panorama da situação de crianças e adolescentes acolhidos. Os dados mostraram que o acolhimento está ocorrendo com mais frequência nos primeiros anos de vida (entre zero e três anos) e reforçam a ideia de que o acolhimento é um processo histórico.

Nesse sentido, as Orientações Técnicas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDAS/CNAS, 2013) que cabem aos serviços supracitados independente das regiões, o acolhimento institucional no país devem ser semelhantes ao modelo de residência, assim como, possibilitar a promoção do trabalho especializado de técnicos e educadores. Para isso, a instituição deve ter capacidade para até 20 crianças e possuir um educador para um grupo aproximado de 10 acolhidos. Vale ressaltar a presença da família e importância desse serviço para o resgate da história de vida das crianças e adolescentes, promovendo, assim, o estímulo e o desenvolvimento das relações mais próximas do ambiente familiar e relações afetivas das crianças e das figuras que estão promovendo esse cuidado no momento, nesse caso os educadores (Brasil, 2013).

## **1.2 O educador nas instituições de acolhimento**

Com a descrição do relatório do CNMP de 2012 a 2013 pude-se observar o panorama dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil e como esse processo varia entre as regiões do país e o seu funcionamento frente à política de assistência à infância. O levantamento buscou traçar o perfil e a situação desse público nas instituições, além disso, os dados corroboram com pesquisas nessa área referente ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, abordando também a importância

da figura do educador nesse processo e a instituição como promotora de desenvolvimento, assim como trata da importância do cuidado oferecido para essas crianças que vivem nas instituições por um curto ou longo prazo de acolhimento.

Embora os dados apontados pelo relatório mostrem a importância do educador no cuidado e promoção de tarefas com crianças em acolhimento institucional, não há registros quanto ao perfil, qualidade de vida e satisfação no trabalho promovido pelos profissionais dessa área. Assim, vale dizer quem é esse profissional e qual o perfil necessário para atuar nessa área.

Historicamente no Brasil, os serviços de acolhimento eram gerenciados e tinham quadro de pessoal que trabalhava em regime voluntário ou religioso. Nos dias atuais a realidade pode ser observada de outra maneira, mas ainda se tem a concepção de que para atuar nesse serviço, basta ter “bom coração” (Brasil, 2009). Hoje o educador é um sujeito do gênero masculino ou feminino e para trabalhar em instituições dessa natureza precisa passar por um processo de seleção, capacitação e acompanhamento do trabalho frente o cuidado com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Para atuar nessa área, as Normas Operacionais Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) de 2009 apontam alguns requisitos necessários para esse profissional, onde os mesmos serão avaliados no processo seletivo que terá como objetivo fornecer informações claras sobre o serviço, o perfil dos usuários, as atribuições do cargo, salário e carga horária. Para atuar como educador e fazer parte da equipe técnica é preciso ter um período mínimo de atuação na área referente ao serviço de acolhimento institucional e no processo seletivo os candidatos serão avaliados e fornecerão documentos pessoais, certidão negativa de antecedentes criminais, atestado de saúde física e mental, avaliação psicológica e social, análise da vida pregressa, entrevista individual e atividade de grupo (Brasil, 2009).

Ainda nas Normas Operacionais Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) citadas por Brasil (2009), estão dispostos critérios desejáveis para essa atuação profissional, tais como: motivação para a função, aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes, capacidade de lidar com frustração e separação, habilidades para trabalhar em grupo, disponibilidade afetiva, empatia, capacidade de lidar com conflitos, criatividade, flexibilidade, tolerância, pró-atividade, capacidade de escuta, estabilidade emocional, dentre outras. Vale ressaltar, que nas orientações técnicas são desejáveis também que o educador possua conhecimentos sobre cuidado com crianças e adolescentes, noções sobre desenvolvimento humano infanto-juvenil, noções sobre ECA, SUS (Sistema único de Saúde) e Sistema de Justiça.

Com essas informações, pode-se observar que por mais que o perfil para a atuação dos educadores de instituições de acolhimento esteja descrito nas orientações técnicas, observa-se que não é dada atenção aos sentimentos e valores subjetivos dos mesmos no envolvimento desse trabalho e nas práticas de cuidado que estão sendo descritas em estudos que envolvem os educadores e crianças em instituições de acolhimento (Golin, 2010). É importante dizer que a figura do educador no cuidado de crianças nesses espaços pode minimizar os impactos da institucionalização, uma vez que o convívio familiar e comunitário torna-se enfraquecido (Golin 2010; Moura, 2012; Siqueira & Dell' Aglio, 2006).

No processo de acolhimento, muitas crianças não recebem visitas ou não possuem contato direto com familiares, o que dificulta a manutenção dos vínculos afetivos que são fundamentais para a promoção do bem estar emocional das crianças. Vale ressaltar também a importância desses vínculos para a formação de novas relações com as figuras de referência, que possivelmente serão constituídas na instituição (Golin, 2010; Moura, 2012). A preocupação em relação a construção e manutenção desses

vínculos pode ser observada nos dados do CNMP, que apontou que 75% dos atendidos nas instituições pesquisadas não recebem visitas há mais de dois meses. Segundo o Ministério Público, esse percentual elevado corrobora para a perda dos vínculos familiares e comunitário, o que enfraquece as chances de uma possível reinserção familiar, assim como reforça as dificuldades para o estabelecimento de novos vínculos afetivos.

Dessa forma, fora do convívio e da proteção afetiva familiar, as crianças buscam pelo cuidados oferecidos por figuras dentro da instituição. Esse papel é exercido pelos técnicos e também pelo educador que, muitas vezes, fornece suporte para as crianças e se dispõem a cuidar dos mesmos no que se refere à higiene e cuidados afetivos (Golin, 2010). Calcing e Benetti (2014) afirmam que o acolhimento tem a potencialidade de construção de novos vínculos e relacionamentos afetivos, com extensões maiores do que as experiências vivenciadas fora da instituição e que possivelmente serão substituídos pela convivência diária entre educador-criança.

Com isso, a ideia de que nos estudos sobre acolhimento, a figura do educador nem sempre é tema abordado como promotora de novos vínculos estabelecidos com crianças, ainda se tem a ideia de que o papel de educar está centrado nos cuidados primários (higiene, zelo, alimentação etc.), quando na verdade o cuidado na instituição rompe barreiras no sentido de oferecer o afeto, atenção e o cuidado como promotores desse desenvolvimento emocional para crianças em situação de vulnerabilidade e instabilidade emocional. Assim, pode-se dizer que esses profissionais atuam como participantes ativos na tarefa de cuidar do bem estar de crianças que estão longe do convívio familiar, além de compreender os laços afetivos que são constituídos nessa relação criança-educador ao longo do período em que essas crianças ficam acolhidas institucionalmente.

Estudos sobre crianças e instituições de acolhimento foram retratados ao longo dos anos, uma vez que a prática de abandono ocorre desde o Brasil colonial e faz com que muitas crianças estejam hoje acolhidas por tempo superior ao previsto na lei, o que dificulta a reinserção dos acolhidos no ambiente familiar, assim como dificulta a construção de laços afetivos com outras figuras de referências (Moura, 2012; Rizzini & Rizzini, 2004). Dessa forma, pode-se dizer que a figura do educador proporciona afetividade, de forma que a criança pode apresentar maiores condições de se adaptar ao ambiente institucional, se tratada com carinho, atenção e afetividade.

Pode-se dizer que nas instituições de acolhimento o educador acaba sendo a figura de referência para a promoção e convívio afetivo das crianças, pois é um dos que cuidam e oferecem segurança aos que naquele momento precisam de atenção, zelo e cuidado, fornecendo assim condições básicas para o desenvolvimento e saúde mental (Calcing & Benetti, 2014; Cavalcante & Correa, 2012; Golin, 2010;). Bowlby (2006) aponta a importância da figura adulta para que se torne referência na vida de crianças em desenvolvimento, sendo pais, mães ou substitutos para promover a afetividade e os primeiros laços na infância. Segundo o autor, a criança pequena demanda grande atenção e sentimentos de perdas que decorrem do seu processo de desligamento de algumas fases infantis, como o desmame e a divisão da atenção dada a ela para com outros objetos, por parte da mãe ou de quem promove o cuidado.

Nesse sentido, Golin, (2010), Golin e Benetti (2013) afirmam que a instituição, sendo promotora do cuidado à criança, deve promover e assegurar bons laços afetivos, que são constituídos entre as partes criança x educador nos espaços de acolhimento. Contribuindo com a promoção de afetividade citada por Golin e Benetti (2013), Bowlby (2006) afirma que os sentimentos de segurança e zelo têm importância nas interações primárias como constituintes do psiquismo infantil e posteriormente na vida adulta.

Sendo a figura do educador peça fundamental para o desenvolvimento de crianças em situação de acolhimento institucional. Estudos sobre desenvolvimento infantil mostram o quanto é importante conhecer a psicologia dos cuidados primários, suas dinâmicas de cuidado e laços construídos entre as figuras de referência e crianças acolhidas institucionalmente (Amorim & Silva, 2004; Golin 2010; Rossetti-Ferreira).

Vê-se a necessidade de aprofundar pesquisas sobre essa temática, com o propósito de conhecer como essas concepções são realizadas no cotidiano das instituições e compreender como questões emocionais, sociais, históricas e culturais interferem na relação das práticas de cuidado dos educadores com crianças acolhidas.

Atualmente, a comunidade científica voltou-se ainda mais a este ambiente social, investigando inúmeros elementos que o compõem, desde as questões sobre o seu funcionamento, até aquelas referentes ao desenvolvimento de seus integrantes, suas percepções de cuidado, da vivência institucional, laços afetivos, resgate de vínculos dentro e fora da instituição, entre outros (Corrêa, 2011; Golin & Benetti, 2013; Guedes & Scarcelli, 2014). A figura do educador nas instituições de acolhimento representa possibilidades de novos laços e novos vínculos no cuidado de crianças em situação de vulnerabilidade social e emocional. Investigar como esses educadores percebem os vínculos no acolhimento institucional torna-se tarefa imperativa para compreender a relação estabelecida entre ambos.

### **1.3 O vínculo afetivo no acolhimento institucional de crianças**

Na perspectiva de compreender as relações que se constroem entre educadores e crianças acolhidas, torna-se importante compreender qual a importância da presença do educador no convívio dessas crianças, descrevendo assim a percepção dos mesmos

quanto as suas práticas e experiências institucionais. Dessa forma, estudos de autores como Alexandre e Vieira (2004), Vectore e Carvalho (2008), Golin (2010), Moura (2012) e Golin e Benetti (2013) apresentam fatores ligados ao processo de estabelecimento de vínculos afetivos entre crianças em instituições de acolhimento e apontam questões importantes sobre essa constituição de vínculos para o amadurecimento dessas crianças frente à necessidade de ligar-se afetivamente a um sujeito que possa proporcionar zelo e cuidado, assim como apontam os prejuízos dessa ligação, quando ocorre o rompimento do vínculo estabelecido entre as partes (criança e educador).

Por intermédio dessas questões, a atuação dos educadores nos serviços de acolhimento nem sempre os vínculos estabelecidos são aceitos ou vivenciados pelos mesmos, em que esses educadores tendem a não se vincular com as crianças para não sofrer o abandono (Golin, 2010; Moura, 2012; Golin & Benetti, 2013). A vida de crianças acolhidas é dividida entre seu antigo lar e a instituição de acolhimento, o que muitas vezes causa uma mistura de sentimentos na criança e também em seus educadores.

A figura do educador passa a fazer parte do dia a dia das crianças nas instituições, relacionando-se com elas e tornam-se integrantes das suas redes de apoio social (Yunes, Miranda & Cuello, 2004). Sendo assim, a entrada nessas instituições proporciona um leque de relações novas, fazendo desse espaço seu ambiente principal. Mais do que isso, o ambiente institucional e o convívio entre esses membros (criança e educador) pode proporcionar laços e afetos para além do cuidado pela via da obrigação, do trabalho formal.

No espaço institucional, as crianças realizam um grande número de atividades, desempenham papéis e funções de interação, abrindo espaço para o desenvolvimento de relações recíprocas de equilíbrio de poder e afeto estável (Yunes, Miranda & Cuello, 2004). Assim, por mais que os motivos de entrada estejam associados a conflitos e sofrimentos, estas

instituições e os educadores podem proporcionar um espaço seguro e protetivo, acolhendo-as e orientando-as num momento em que possivelmente não houvesse mais ninguém a quem recorrer, a ninguém que possa promover e assegurar o cuidado.

Os cuidados que a criança recebe nas instituições de acolhimento são atrelados às práticas de cuidado de profissionais, que exercem função primordial na tarefa de cuidar de crianças pequenas, em uma fase peculiar do desenvolvimento, tanto física como afetivo/psicológico (Magalhães, Costa & Cavalcante, 2011). Essa função, segundo Bowlby (1969/2006), caracteriza o sentimento de segurança, atribuindo a noção de função biológica de proteção, que por meio do educador substituto (aqui representado na figura do educador), o qual deve ser capaz de responder de forma flexível a uma ampla margem de necessidades que surgirem por parte da criança, deve ter conhecimento de como prover cuidado apropriado e estar disponível quando necessário.

Dessa maneira, o educador precisa ter recursos emocionais e materiais: habilidade de empatizar e se colocar no lugar do outro, precisando ser motivado a oferecer cuidado por meio da responsabilidade e recursos cognitivos, emocionais e materiais para o estabelecimento do cuidado institucional que oportunize qualidade na relação entre a criança e a figura substituta do cuidado e promova a construção do vínculo entre as partes (Abreu, 2010).

A discussão acerca do desenvolvimento emocional de crianças e suas relações afetivas primárias – cuidados maternos e cuidados substitutos com figuras de referência são temas importantes para discutir como esse processo de constituição de vínculos afetivos ocorre entre educadores e crianças em instituições de acolhimento, quais percepções desse vínculo. Leva-se em consideração para essa compreensão, a obra Bowlby (2006), já que nos seus estudos o autor deixa clara a importância das relações primárias entre esses cuidadores (pais ou figuras substitutas) para o desenvolvimento infantil.

De acordo com Bowlby (2006), há de se considerar que nas sociedades menos desenvolvidas economicamente, as crianças geralmente vivem em grandes grupos familiares, que abrangem de três a quatro gerações. Observa-se na literatura que essa cultura está diretamente ligada às práticas familiares existentes no Brasil.

Nesse sentido, esta condição pode ser atribuída como um fator positivo para o desenvolvimento, uma vez que, em uma situação de emergência, haverá sempre uma pessoa capaz de desempenhar o papel da mãe, isto é, de ser o cuidador substituto, proporcionando segurança e proteção à criança.

A concepção de cuidado encontrada nos estudos de Bowlby (2006) está relacionada a um conjunto de ações biológicas, psicológicas, sociais e ambientais que permitem à criança desenvolver-se bem. Corroborando com os autores Pontes, Silva e Magalhães (2007), Martins (2009) entende que a criança além de sentir-se rodeada de afeição, precisa de cuidados, a fim de garantir que ela possa ter um sono tranquilo, uma alimentação saudável, higiene, dentre outros, pois reconhecer e saber interpretar corretamente os sinais que o recém-nascido emite é imprescindível para a sua saúde e o seu bem estar. No entanto, é importante lembrar que o cuidado materno não é sinônimo de cuidado primário, uma vez que nem sempre é a mãe que ministra esses cuidados nos primeiros anos de vida da criança. Na ausência dela, outras pessoas costumam exercê-los por serem estes necessários ao seu desenvolvimento emocional, como por exemplo, os educadores que trabalham em instituições de acolhimento.

Em seus estudos, Bowlby (2006) afirma que a figura substituta do cuidado também se torna importante no processo maturacional de desenvolvimento infantil. Na qual alguém que disponha da atenção, do afeto e do investimento emocional, possa atribuir saúde e qualidade no cuidado nos primeiros anos de vida. Tendo em vista a importância dessa relação entre cuidador e criança, Golin e Benetti (2013) afirmam que

nos espaços de acolhimento institucional esta relação se constitui e nem sempre parece ser percebida pelos próprios educadores, que muitas vezes se “privam” de oferecer o afeto para as crianças, na tentativa de evitar o sofrimento de separação quando estas saírem da instituição. Ainda sim, as autoras apontam que os cuidados devem ser considerados indispensáveis para com o desenvolvimento psicológico, social e biológico da criança que está em fase de desenvolvimento físico e emocional e que pode passar por prejuízos quando não recebe o afeto necessário na relação entre ambas as partes.

Assim, a importância dos cuidados substitutos para o desenvolvimento de crianças pequenas que ainda passarão pelo processo de constituição da personalidade e da autonomia afetiva passou a ser objeto de estudo pelo autor, pois, segundo ele, a criança percebe o outro como parte de si, de um mundo em que se misturam os sentimentos (criança/cuidado substituto) na construção da subjetividade humana (Bowlby 2006). Nessa perspectiva, Calcing e Benetti (2014) afirmam que o vínculo afetivo fornece condições e manutenção na vida do outro, proporcionando os cuidados necessários para o seu desenvolvimento por meio da interação nos espaços de convivência que geralmente são fornecidos nos primeiros anos de vida. O estudo das autoras Calcing e Benetti (2014) aponta que o sujeito estabelece com o outro uma relação interna e externa (de forma individual, sentimental, e por meio da exposição de comportamentos e atitudes no ambiente), a qual nos permite compreender a formação da personalidade dita na obra de autores como Bowlby (2006), quando o autor aborda sobre cuidados maternos e saúde mental, referindo-se aos primeiros anos de vida da criança em relação aos cuidados que recebe, mas que não necessariamente serão fornecidos por uma mãe, ou em uma casa e sim por quem fizer o papel de cuidador em ambientes diversos.

Esse processo pode ser observado em estudos como de Golin e Benetti (2013), que analisaram os vínculos entre crianças e educadores em acolhimento institucional. A

pesquisa apontou fatores que corroboram para a formação e manutenção de habilidades sociais, novos laços afetivos e a necessidade de uma ligação segura entre os profissionais e a instituição, para que a mesma ofereça condições para o seu trabalho frente às necessidades emocionais das crianças para a formação do sujeito e de seu processo de maturação que inicia da infância ou primeiros anos de vida e vai até a vida adulta. Essa descrição teórica pode ser vista na relação criança-educador, uma vez que por se tratar de afeto, a criança demanda necessidades que devem ou deveriam ser oferecidas por esse sujeito, visto nesse momento como cuidador substituto.

Corroborando com essa perspectiva, o estudo de Alexandre e Vieira (2004) mostrou as necessidades de vinculação entre as crianças para o fortalecimento do convívio institucional, por conseguinte, destaca-se a figura do educador como fundamental para a promoção e formação de novos vínculos afetivos. Podemos lembrar que essas crianças, assim como as que vivem com suas famílias, estão em processo de desenvolvimento, de constituição de laços sociais, dentre outros fatores biopsicológicos. Alguns desses processos de maturação e afetividade são descritos na obra de Bowlby (2006) como indispensáveis para a evolução humana e para a prevenção de possíveis psicopatologias infantis.

Sobre o processo de amadurecimento, Bowlby (2006) afirma que a criança desenvolve necessidades de estabelecer vínculos com a mãe ou com um cuidador substituto, uma vez que a estrutura psíquica e o sistema biológico da criança estão em desenvolvimento. Com isso, a mesma não possui capacidade de prover suas próprias necessidades básicas e necessita de um apoio, de um outro que contribua com esse cuidado. Assim, a proximidade de ambos funciona como uma busca pela segurança e apoio, fornecendo amparo e contribuindo para a capacidade funcional da personalidade da criança (Bowlby, 2006).

Sobre isso, a criança em acolhimento institucional passou por um afastamento familiar, colocado por Bowlby (2006) como quebra de vínculo, em especial com a sua mãe, a qual, segundo o autor, é o primeiro objeto de amor na infante. Dessa forma, a instituição toma o lugar de suporte maternal e afetivo, uma vez que para isso os educadores devem se responsabilizar pela atenção dada às crianças, gerando, assim, um ambiente de fortalecimento e manutenção dos vínculos saudáveis para com as mesmas.

Os estudos citados nesse projeto retratam em sua base teórica a proposta dos vínculos afetivos de Bowlby (2006a, 2006b) como indicadores da formação de novos vínculos no acolhimento institucional de crianças. Bowlby estudou a natureza humana a fim de compreender como fatores infantis podem culminar em psicopatologias infantis e na adultez, além de investigar fatores comportamentais nas relações vinculares entre crianças e adultos, descritos aqui, não pela figura paterna-materna, mas sim pelas figuras de cuidados substitutos, ditas por Bowlby como fundamentais para o processo de formação, manutenção e rompimentos de laços afetivos na infância. Para isso, precisamos compreender melhor alguns conceitos citados na obra de Bowlby e seus desdobramentos em estudos dessa natureza.

Pesquisas atuais sobre vinculação afetiva e a teoria do apego de Bowlby (2006) evidenciam que fatores do contexto atual, assim como a forma de organização cultural e as características sociais, geram influências na formação dos vínculos afetivos e na subjetivação desses sentimentos, no que diz respeito a expor tais sentimentos para si mesmo e ao outro (Barros & Fiamenghi, 2007; Golin & Benetti, 2013; Moura, 2012; Pontes, Silva, Garotti & Magalhães, 2007). Dessa forma, a disponibilidade emocional dos educadores frente às demandas, desejos, sentimentos e necessidades de autonomia da criança, conduzem a mesma a um estado de segurança, possibilita que esta explore seu ambiente. Vale ressaltar que essa vinculação será possível se houver abertura afetiva por parte do

educador, frente as suas práticas de cuidado. Posto que, se o sujeito que oferece o cuidado não mantiver seus sentimentos afetivos trabalhados dentro de si, pode não transmitir segurança e afeto na relação (Alexandre & Vieira, 2004; Golin & Benetti, 2013).

Bowlby (2006) afirma que a incapacidade de estabelecer vínculos afetivos por modificações ou falhas ambientais pode interferir no desenvolvimento da criança. Desta forma, a psicopatologia resulta destas dificuldades e os comportamentos de conduta antissocial ocorrida em crianças que sofreram privações importantes na sua infância, como perdas significativas. Compreende-se, assim, que as manifestações comportamentais da criança que passa por essas falhas no seu desenvolvimento, podem apresentar dificuldades/problemas comportamentais, em uma busca por algo importante que se perdeu, caracterizando uma possível defesa, revolta e esperança (Bowlby 2006; Abreu, 2010).

Após abordarmos a teoria sobre vínculos afetivos, seguimos com alguns estudos que retratam esse tema como propiciador da construção da saúde psicológica da criança em contato com a figura do educador nas instituições de acolhimento institucional no Brasil. Vale ressaltar que os estudos a serem citados, tomaram a teoria sobre vínculos afetivos de Bowlby como fundamental para a compreensão desse processo.

Em pesquisa com crianças em contexto de acolhimento institucional, Golin (2010) buscou compreender e analisar as dimensões psicológicas de três meninos com idade entre um e dois anos e seus educadores a partir do estudo de suas interações em uma instituição de acolhimento. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de estudos de casos múltiplos. A técnica utilizada para coleta de dados foi inspirada no método *Bick* de observação, além disso, foi realizada uma entrevista sobre transtorno do apego com o educador principal em relação a cada criança observada. Também foram levados em consideração os dados referentes a cada história de vida dos meninos

observados, adquiridos por meio de relatos informais da equipe e de documentos obtidos pela direção da instituição. Junto a isso foi realizada uma entrevista não estruturada com os educadores de referência das crianças, a fim de acessar as suas demandas psicológicas.

Diante dos resultados apresentados pelo estudo de Golin (2010), pode-se supor que são necessárias intervenções específicas de apoio, além de orientação psicológica constante aos cuidadores de crianças que estão vivendo em instituições de abrigo, para que possa lhe proporcionar sentimentos de segurança e interações promotoras de desenvolvimento saudável (Cavalcante, 2008; Vectore & Carvalho, 2008). Estudos dessa natureza demonstram que em qualquer que seja o contexto, familiar ou institucional, torna-se importante o estabelecimento de vínculos afetivos na relação de pares. No abrigo, educadoras e todo o corpo técnico ocupam-se das rotinas de cuidado à criança, sendo necessário conhecer quem são e o que pensam acerca do desenvolvimento infantil e particularidades que marcam o cuidado em situação de vulnerabilidade. E mais, os cuidados ofertados pelos educadores podem ser baseados na afetividade, o que promove a saúde física/ mental e o amparo psicológico à criança (Alexandre & Vieira, 2004; Calcing & Benetti, 2014; Golin, 2010).

Golin e Benetti (2013), ao pesquisares sobre acolhimento precoce e vínculos na institucionalização, afirmam que o vínculo entre educadores substitutos e criança abrigada acontece. Para elas, os cuidadores também manifestam uma demanda por um contato que vai além do cuidado institucional, que possa causar uma sustentação de seu trabalho, que promove condições de cuidados estáveis e que permitem um envolvimento mais próximo e claro com as crianças.

Segundo as autoras, o educador no espaço de acolhimento aparece como substituta e é registrada como referência no cuidado da criança. É importante destacar que não só a figura da mãe estabelece o *cuidado nos primeiros anos de vida*, mas a figura

parental paterna e o ambiente facilitador são decisivos nesse constructo de vínculo. É nesse contexto

que a pesquisa supracitada aborda esse conceito de vínculo, como facilitador para o processo de ligação entre crianças e membros da instituição, em especial os educadores. Golin e Benetti (2013), ainda, concluem que os educadores necessitam de maior amparo emocional para lidar com seus sentimentos e fantasias, ocasionados durante a interação com as crianças.

Nos estudos sobre formação e rompimento dos laços afetivos, Bowlby (2006) e Abreu (2010) definem o cuidado como uma ampla ordem de comportamentos complementares ao comportamento de apego e inclui uma larga gama de responsabilidades. Afirmam que o cuidado abarca a promoção, ajuda e auxílio no conforto e segurança, que encoraja e promove base segura à criança que se encontra em um espaço promotor de desenvolvimento, seja pela coletividade ou pelo tempo de acolhimento.

De fato, em muitos casos, a passagem por uma instituição de acolhimento não é temporária, uma vez que muitas crianças acabam ficando durante anos nesses espaços, sem a possibilidade de serem inseridas em famílias substitutas, ou ainda, sem poderem voltar para suas famílias de origem. Isso gera a permanência de laços e sentimentos transversais entre os cuidadores e as crianças, que desde já passam a se vincular com os mesmos (Golin, 2010). Além disso, na prática, as instituições de acolhimento demonstram dificuldades em seu regimento, tais como: da equipe técnica, educadores capacitados para esse trabalho, dentre outros fatores, o que afeta o funcionamento de ações como a própria atenção individualizada que deveria ser proporcionada às crianças (Calcing & Benetti, 2014).

Apesar de o acolhimento institucional ser preconizado enquanto medida de proteção, estudos têm comprovado que quanto maior o tempo de permanência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, maiores serão os prejuízos ao seu desenvolvimento psicológico, afetivo e cognitivo (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Cavalcante, Silva & Magalhães, 2010; Dell’Aglío & Hutz, 2004).

A partir dos estudos sobre a teoria de formação e manutenção dos vínculos afetivos de Bowlby (2006), podemos compreender que a entrada precoce da criança em um espaço de acolhimento dificulta a formação e manutenção desses vínculos, pois a criança possivelmente não será cuidada por alguém específico e sim por educadores que trabalham em formação de rodízio nas instituições. Por mais que a figura do educador seja promotora do cuidado e da possibilidade de formação de novos vínculos, a criança precisa receber esse afeto, que será transmitido na direção educador-criança, promovendo, assim, o cuidado mais íntimo e a saúde mental de crianças que necessitam desse afeto para a sua constituição psicológica.

Corroborando com a preocupação e atenção dada à saúde mental de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, Calcing e Benetti (2014) apresentaram um estudo que objetivou identificar as expressões de vida traumática e prevalência de problemas de comportamento entre crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. A investigação ocorreu com 41 crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre sete e 18 anos que residiam em cinco casas de acolhimento, localizadas na região Norte do Rio Grande do Sul.

Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos como: Inventário de Depressão Infantil (CDI), que avalia sintomas afetivos, cognitivos e comportamentais na depressão infantil e adolescente, sendo composto por 27 itens, cada um com três alternativas de resposta (normalidade, severidade dos sintomas e enfermidade clínica

mais significativa), cujos valores variam entre zero e dois pontos; Inventário de Eventos Estressores na Infância e Adolescência (IEEEA), composto por 64 itens na forma de eventos de vida estressores e o *Child Behavior Checklist* (CBCL), que investiga manifestações clínicas na infância e adolescência. A primeira parte avalia a competência social e é constituída por três escalas individuais-atividades, sociabilidade e escolaridade. A segunda parte avalia problemas comportamentais em escalas de oito síndromes: retraimento, queixas somáticas, ansiedade/depressão, problemas sociais, problemas do pensamento, problemas de atenção, problemas sexuais, comportamento de quebra de regras e comportamentos agressivos. A soma das três escalas permitiu as pesquisadoras a classificar os valores por meio de escores padronizados que são avaliados pelo instrumento, tais como: categoria não clínica, categoria limítrofe e categoria clínica.

As avaliações feitas na pesquisa apontaram a necessidade de atender demandas específicas, ao que se refere à saúde mental da população acolhida institucionalmente, uma vez que os participantes apresentaram os eventos estressores como fator intensivo ao processo de institucionalização, que colabora com outras questões descritas nos instrumentos utilizados, com elevados índices como: atenção, ansiedade, retraimento, agressividade e quebra de regras nos escores somados pelo instrumento CBCL. Segundo Calcing e Benetti (2014), o contexto institucional foi descrito como satisfatório e 78% do grupo pesquisado apontou que o relacionamento entre os educadores e crianças era bom. Esse dado indica que um marco fundamental no trabalho com crianças e adolescentes acolhidos é a necessidade de encaminhamento para um acompanhamento psicossocial que forneça um trabalho adaptativo dentro da instituição, tanto para a promoção do convívio entre os acolhidos, quanto com a figura do educador e equipe técnica, proporcionando um resgate de afeto e segurança que são perdidos no processo de institucionalização.

Nesse sentido, Calcing e Benetti, (2014) afirmam que o rompimento afetivo vivido pela criança não se restringe apenas à família, mas se refere a toda identidade já existente e que será modificada e fortalecida na instituição. Assim, torna-se fundamental uma boa acolhida afetuosa por parte da equipe técnica e do educador, bem como o reconhecimento da sua história de vida que podem colaborar para o desenvolvimento de habilidades positivas da criança.

Com essa recepção mais afetuosa, os prejuízos desse acolhimento podem ser minimizados por meio das interações afetivas que os educadores oferecem às crianças acolhidas, pois o investimento emocional que se refere no cuidado, atenção e afeto, proporcionado a essas crianças é ferramenta necessária para o desenvolvimento emocional dos sujeitos em constituição nessa fase da infância, em que o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais se fortalece no contato íntimo com o outro, em especial a figura do educador (Golin, 2010; Moura, 2012). Bowlby (2006), ao tratar da vinculação afetiva como formas de apego entre suas figuras de referências, aponta a afetividade e a capacidade de criar vínculos, como fatores importantes para o desenvolvimento psicológico da criança em qualquer que seja o ambiente de desenvolvimento.

Outro estudo que aponta fatores importantes para se pensar os vínculos afetivos entre crianças e educadores, é a pesquisa de Marques, Cano e Vendruscolo (2007), que buscaram conhecer a percepção dos educadores sociais com relação ao crescimento e desenvolvimento infantil e os cuidados que são oferecidos por eles às crianças em acolhimento institucional em um abrigo não governamental no município de Uberlândia (triângulo mineiro), as autoras investigaram crianças, entre zero e quatro anos de idade, vítimas da violência e da miséria social e mais três educadoras sociais que trabalhavam na instituição há mais de um ano. A metodologia utilizada na pesquisa foi de pesquisa

qualitativa, baseada na técnica de livre narrativa dos sujeitos a partir de uma questão norteadora: “Como é para você trabalhar aqui no abrigo cuidando de crianças?”.

Os resultados mostraram uma ligação direta entre o trabalho doméstico das educadoras com a forma como lidam e agem com as crianças, além de apontar a relação de gênero no cuidar e a falta de percepção das entrevistadas quanto às questões trabalhistas e o preparo profissional para o cuidado. Observou-se, ainda, que as mesmas desenvolviam suas funções de forma empírica, experiência da sua vida cotidiana, cuidando das crianças acolhidas da forma como provavelmente cuidavam de seus próprios filhos. Esse estudo evidencia que a prática de educar e cuidar de crianças em instituições de acolhimento está diretamente ligada às funções pessoais e domésticas, onde os (as) educadores (as) proporcionam o cuidado ligado as suas experiências de vida cotidiana.

O estudo de Marques, Cano e Vendruscolo (2007) verificou também que o cuidado às crianças em situação de acolhimento institucional geralmente se dá de forma coletiva e não individual, sendo muitas vezes incompatível o número delas e educadores em uma instituição. As pesquisadoras apuraram que apesar de parecer haver o compromisso desses educadores sociais com o desenvolvimento saudável das crianças, mostraram-se despreparados no que se refere ao reconhecimento das etapas do crescimento e desenvolvimento infantil e a rotina de cuidados. Os dados apresentados na pesquisa recomendam que cursos de capacitação profissional, referentes ao tema do desenvolvimento infantil, poderiam ser úteis na qualificação do atendimento prestado pela instituição, fortalecendo a visão de que esses cuidadores precisam ser preparados de modo satisfatório para o cumprimento de sua função.

Os estudos de Cavalcante (2008), Martins (2009) e Corrêa (2011) mostram que é possível encontrar nas instituições de acolhimento uma equipe de técnicos e educadores

que, embora tenha um grande conhecimento sobre o seu trabalho, parece desfavorecido na prática de atuação. Os resultados desses estudos indicaram que os profissionais tendem a apresentar uma prática cotidiana muito diferente daquela que poderia ou deveria oferecer às crianças que estão sob seus cuidados e em consonância com o que é pretendido pelo ECA (Serrano, 2008; Tinoco, 2005).

Outro estudo importante se destaca na obra das autoras Vectore e Carvalho (2008), que buscaram compreender o universo da criança em acolhimento institucional pela ótica dos educadores (no estudo denominado de mães sociais), técnicos, gestores e assistentes sociais. Para o estudo foi realizada observação da rotina institucional e entrevistas semiestruturadas com a equipe supracitada. Referente aos resultados da pesquisa, as autoras analisaram as falas transcritas da equipe técnica (Gestor, Assistente Social, Secretário e as Mães sociais e mães folguistas), sendo as mães sociais/folguistas as de maior interesse para a descrição desse trabalho.

Na percepção das educadoras, as crianças ainda mencionavam o desejo de retornar à família de origem, apresentando rebeldia, principalmente as mais velhas, apontaram também que as mudanças abruptas ocorridas na instituição como a separação de crianças pequenas das mais velhas acabavam gerando novos sofrimentos e quebra de vínculo já estabelecido com as educadoras e as crianças. A pesquisa apontou que o momento da adoção também gerava sofrimento às educadoras, uma vez que as mesmas afirmaram na que se apegavam às crianças e que a saída delas gerava um sentimento de perda.

Dessa forma, foram analisados fatores quanto ao acolhimento sob a ótica dos agentes da instituição e apresentou como maiores dificuldades das crianças a carência afetiva, comportamentos agressivos, rebeldia com os pares e com as mães sociais, dificultando o estabelecimento de limites, enurese noturna e experiências sexuais precoce.

Outro ponto importante e destacado na pesquisa é que a maioria das crianças participantes foram vítimas de maus tratos, o que, segundo Vectore e Carvalho (2008), pode levar a sentimentos de baixa autoestima, comportamentos agressivos, estabelecimento de vínculos afetivos, isolamento e sintomas psiquiátricos. Pode-se dizer que os comportamentos gerados por indisciplina não devem ser ligados, apenas, ao seu contexto, pois podem ser uma estratégia de sobrevivência no espaço institucional.

Por fim, a pesquisa destacou pontos relevantes para se pensar o universo da instituição quanto ao olhar dos educadores, principalmente no que diz respeito à importância dos vínculos afetivos no acolhimento de crianças, diante da ruptura frequente de vínculos entre as mães sociais e os acolhidos, tanto pela rotatividade, quanto pela adoção ou mesmo pela volta da criança a sua família de origem. Dessa forma, o estudo de Vectore e Carvalho (2008) trouxe uma questão intrigante: Até que ponto a instituição contribui no trabalho relativo aos desligamentos? A resposta para tal indagação está contida nas análises feitas por elas, das falas extraídas das entrevistas dos gestores e técnicos da instituição, que compreendem o apego nesses tipos de caso (entre criança e educadores) de forma demasiada, quando o sujeito não fornece manutenção do vínculo, nesse caso, acaba se tornando algo prejudicial com outros procedimentos como: a adoção, retorno às famílias de origem, entre outros, contextos nos quais a criança pode ser inserida futuramente.

Já o estudo realizado pelas pesquisadoras Tinoco e Franco (2011) procurou conhecer e refletir sobre o processo de luto e os fatores de risco e proteção presentes no processo de acolhimento da criança, no que se refere às práticas de seus cuidadores. O estudo prezou pela necessidade de compreender como a instituição pode interferir positivamente ou negativamente no processo de recuperação emocional, após a separação da família, contribuindo ou não para problemas futuros de vinculação afetiva.

De forma qualitativa, foram analisados recortes de supervisões de cinco educadoras de nível técnico (assistente social, pedagoga e psicopedagoga). As mesmas eram do sexo feminino e tinham entre 28 e 50 anos de idade. A instituição acolhia judicialmente crianças encaminhadas pela vara da infância e juventude da cidade de São Paulo, com idade entre zero a 17 anos e 11 meses. O estudo compreendeu o processo de elaboração de experiências de acolhimento, que podem ser influenciadas pelo tempo de permanência na instituição. Tais variáveis foram chamadas de “fatores de risco” ou “fatores de proteção”, os quais, segundo Tinoco e Franco (2011), podem facilitar ou dificultar o processo de adaptação das crianças no enfrentamento dessa nova realidade e, assim, na construção de novos vínculos.

Bowlby (2006) destaca que o sucesso de uma nova relação não está somente ligada ao processo de esquecimento das relações passadas, ao contrário, o autor diz que se ambas as experiências (anterior e atual) se mantiverem presentes, maiores as possibilidades de que a nova relação seja satisfatória. Essa ideia se aplica ao espaço de acolhimento e é destacada por Bowlby (2006), quando se refere ao processo de entrada da criança e da proximidade dela com seus pares de referência e com os cuidados ofertados a ela. Dessa forma, para ajudar a criança a elaborar sua história, Tinoco e Franco (2011) afirmam que é essencial o desenvolvimento de um bom vínculo com um adulto que lhes transmita proteção e segurança.

Nos resultados da pesquisa foram discutidas algumas categorias de análise, tais como: o vínculo entre cuidador e as crianças acolhidas; a instituição diante da história da criança; as visitas das famílias biológicas às crianças; por desabrigoamento para retorno à família de origem, pelo alcance dos 18 anos de idade, por adoção; por transferência para outras instituições; como lidar com as situações de luto por morte ou doença na instituição; preparo da equipe da instituição para com o cuidado das crianças. Todas essas

categorias foram analisadas levando em consideração os fatores de risco e proteção citados pelas autoras.

Vale ressaltar que a pesquisa compreendeu a importância de lidar com a formação e rompimento de vínculos a partir da Teoria do Apego. As autoras destacaram a importância da vinculação afetiva entre crianças e educadores, levando em consideração a formação de vínculos proposta por Bowlby (2006), a qual é entendida como fator crucial para uma vida de relações seguras, que permitam o crescimento e a saúde emocional do indivíduo. Destacou-se, ainda, a necessidade de novos estudos referentes a essa temática, que proponham os estudos sobre relações vinculares em diversos contextos de desenvolvimento, atuando como medidas de intervenção e proteção para com a saúde mental de crianças em situação de acolhimento.

Diante dos resultados apresentados pelos estudos supracitados, pode-se supor que são necessárias intervenções específicas de apoio e orientação, além de suporte psicológico constante aos cuidadores de crianças que vivem nas instituições de acolhimento, para que estes possam proporcionar sentimentos de segurança e interações promotoras de desenvolvimento emocional saudável às crianças (Cavalcante, 2008; Vilhena, 2011). Em qualquer que seja o contexto, familiar ou institucional, supõe-se que os educadores ocupam-se das rotinas de cuidado à criança, sendo necessário conhecer quem são e o que pensam acerca dos vínculos emocionais que estão envolvidos no trabalho institucional e que afetam diretamente o desenvolvimento e particularidades que marcam o cuidado infantil em situação de vulnerabilidade.

Sob essa ótica, entende-se a importância de estudos que pretendem colocar em discussão ideias, concepções e conhecimentos que dispõem os educadores de instituições de acolhimento acerca dos vínculos afetivos nos espaços de acolhimento e

desenvolvimento infantil. As orientações e o suporte aos profissionais tornam-se tarefa primordial ao se tratar do bem estar, saúde mental e promoção de afeto às crianças em situação de acolhimento institucional.

Conhecer a percepção dos educadores sobre os vínculos afetivos e como se dá essa relação com as crianças em situação de acolhimento institucional já tem sido relativamente investigado em estudos da área da educação, da psicologia, entre outras áreas. Nogueira (2004) e Golin (2013) fazem referência aos cuidados institucionais e ressaltam a maneira que

os educadores cuidam das crianças, apontando o zelo e o afeto como fundamentais para o estabelecimento de vínculos entre as partes (educador e criança).

Aproximando-se da perspectiva desse projeto de pesquisa, Magalhães, Costa e Cavalcante (2011) apontaram a percepção de educadores de abrigo sobre o seu trabalho com crianças em acolhimento institucional na Região Metropolitana de Belém-Pa. O instrumento utilizado foi um questionário adaptado com questões relativas ao trabalho dos educadores em instituições de acolhimento, assim como contava com perguntas específicas sobre a modalidade de cuidado infantil. Participaram da pesquisa 102 educadores de uma instituição de acolhimento.

O ponto chave da pesquisa se referiu à percepção de educadores sobre seu trabalho com crianças acolhidas institucionalmente e destacou que, para a instituição e os educadores, os cuidados físicos básicos eram satisfatórios. Já ao que se refere a fatores cognitivos e afetivos, as crianças não possuíam liberdades de fazer escolhas, não possuíam privacidade, nem atenção individualizada. Com isso, destacam as autoras, que os profissionais exerciam pouca influência sobre o desenvolvimento cognitivo e afetivo infantil. A interação e relação com a criança foi um dos seis eixos trabalhados na

discussão da pesquisa e apontou que cerca de 58,9% dos acolhidos ainda mantinham vínculos com suas famílias, pais ou parentes próximos.

Com esse dado, as pesquisadoras apontaram que mais da metade (87,26%) das educadoras, independentemente da idade, concordaram que as crianças foram afastadas de suas famílias em um período crucial e importante para o seu desenvolvimento, processo de socialização e formação de apego. Esse dado aponta o conhecimento das educadoras sobre alguns dos aspectos do desenvolvimento emocional e social da criança, que podem ser atribuídos pelo processo de capacitação e orientação aos técnicos e educadores das instituições. Processo esse, ainda muito carente nos serviços de acolhimento. Os dados apontaram ainda que os educadores perceberam sua importância na formação de laços afetivos com as crianças, descrito como influentes na manutenção e controle das emoções e situações de sofrimento emocional.

Com base nas pesquisas, acima citadas, compreende-se que cuidar da criança é prover seu bem estar, por meio das práticas de cuidado e, por conseguinte, oferecendo o afeto e os investimentos emocionais necessários ao seu desenvolvimento como propõem (Bowlby, 2006). Dessa forma, entende-se também que a criança pequena passa por mudanças, precisando de uma base segura para formação e manutenção de vínculos afetivos, que se estenderão pela vida adulta e constituirão sua personalidade até meados da infância (Bowlby, 2006; 2002).

A partir disso, pode-se perceber a necessidade de investimento em estudos sobre essa temática e discussão sobre as relações afetivas, vínculos no acolhimento institucional entre educador e criança. Principalmente com foco na percepção dos educadores sobre as relações emocionais, onde eles e as crianças se aproximam e, possivelmente, constituem laços afetivos que muitas vezes reforçam o cuidado e o zelo pela saúde mental e

psicológica dessas crianças, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento (Alexandre & Vieira, 2004; Golin, 2010; Golin & Benetti, 2013; Calcing & Benetti, 2014).

Assim, a sensibilidade e a responsabilidade do educador tem relação estreita para a formação afetiva da criança nesses cuidados substitutos, oportunizando a aquisição do sentimento de segurança emocional, proposto nos estudos sobre apego (Bowlby, 2002). Apegar-se pode ser, então, uma forma de atribuir valores às práticas de cuidado de educadores das instituições de acolhimento, onde o afeto torna-se parte das estratégias de trabalho (Golin & Benetti, 2013; Moura, 2012). Sendo que, cada sujeito demonstra e percebe essa vinculação com as crianças de forma subjetiva e individualizada, podendo contribuir para novos vínculos afetivos que se estabelecem nas instituições de acolhimento e no futuro dessas crianças.

Nessa perspectiva, para a construção e discussão dessa dissertação, têm-se as seguintes proposições: As relações que se constroem entre educadores e crianças acolhidas podem favorecer a formação de vínculos afetivos? Como se sentem esses educadores para atuar juntos a essas crianças? Como eles percebem esses vínculos no cuidado com as crianças? Para responder tais questionamentos é importante compreender qual a importância da presença do educador no convívio dessas crianças, descrevendo, assim, a percepção dos mesmos quanto aos vínculos afetivos que são construídos nos espaços de acolhimento institucional.

## **2. Objetivos**

### **Geral.**

Analisar as percepções de educadores sobre os vínculos afetivos no cuidado de crianças em acolhimento institucional.

### **Específicos**

- Investigar a concepção dos educadores sobre acolhimento institucional, vínculos afetivo, apego e cuidado e o processo de desligamento entre eles e crianças na instituição.

- Investigar e categorizar as percepções dos educadores sobre vínculos afetivos no acolhimento institucional de crianças.

### **3. Método**

#### **3.1 Tipo de pesquisa: Uma Proposta Qualitativa**

Para Bogdan e Biklen (1982), o conceito de pesquisa qualitativa apresenta cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: a pesquisa qualitativa tem no ambiente natural sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; os

dados gerados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo do estudo é muito maior do que com o produto; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial do pesquisador; as análises dos dados tendem a seguir um processo indutivo. Nesse sentido, acescem os autores, não há a preocupação em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados.

Nesse sentido, a pesquisa teve como.....

### **3.2 Participantes**

Para essa pesquisa foram entrevistados 10 educadores que cuidavam de crianças de zero a seis anos em duas instituições de acolhimento, localizadas na região metropolitana de Belém do Pará (Belém e Ananindeua). Os participantes foram escolhidos de forma aleatória simples e pela disponibilidade de participar do estudo. Os critérios de inclusão da pesquisa foram: que fossem educadores, com atuação mínima de 30 dias no serviço de acolhimento institucional, que atuassem no cuidado de crianças de

dois a seis anos e que tivessem conhecimento da rotina de cuidado dentro da instituição. O único critério de exclusão foram educadores que atuassem apenas com crianças de faixa etária abaixo dos dois anos. Estes 10 educadores fizeram parte da pesquisa “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado” realizada no ano de 2013/2014. As instituições pertenciam a região metropolitana de Belém. A idade das crianças está ligada ao processo de desenvolvimento físico e emocional, onde as mesmas já estão aprendendo a falar, demonstrar gestos, andar e manter contato com os educadores.

<b>Educador</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Situação funcional</b>	<b>Tempo de serviço</b>	<b>Filhos</b>	<b>Religião</b>	<b>Estado civil</b>
<b>Rita</b>	39	Superior: cursando Pedagogia	Contrato	2 anos e 6 meses	Sim: 2	Evangélica	Casada
<b>Claudia</b>	32	Superior: cursando Pedagogia	Contrato	2 meses	Sim: 2	Católica	Solteira
<b>Kátia</b>	21	Graduada em Gestão Pública e curso Pedagogia	Contrato	4 meses	Não	Evangélica	Solteira
<b>Rosa</b>	43	Médio completo	Contrato	30 dias	Sim: 1	Católica	Relação estável
<b>Mary</b>	40	Médio completo	Contrato	1 ano e 6 meses	Sim: 2	Católica	Solteira
<b>Rena</b>	55	Médio completo	Efetiva	18 anos	Não	Católica	Divorciada
<b>Nazaré</b>	53	Médio completo	Efetiva	32 anos	Sim: 1	Católica	Relação estável
<b>Antônio</b>	53	Superior: Pós graduado	Efetivo	24 anos	Sim: 1	Católico	Casado
<b>Paulo</b>	25	Superior: Advogado	Efetivo	1 ano e 6 meses	Sim: 1	Cristão	Relação estável
<b>Jussimar</b>	51	Superior: Educação básica	Efetivo	18 anos	Sim: 2	Espírita	Casado

**Fonte: Entrevista semiestruturada – Dados sociodemográficos, 2015**

### **3.3 Ambiente**

As instituições “Espaço de acolhimento Euclides Coelho” e “Espaço de acolhimento de Ananindeua” foram escolhidas por sua disponibilidade de educadores e por terem participado da coleta de dados da pesquisa “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado”.

Na instituição de Ananindeua, as entrevistas foram realizadas em uma sala de jogos, sem a presença de crianças. Na instituição de Belém, as entrevistas ocorreram na sala da casa com a permanência de algumas crianças no espaço.

A primeira instituição ficava localizada na BR 316. O Órgão regulador era a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência social e trabalho – SENCAT, Ananindeua-Pa. Os profissionais da instituição trabalhavam por vínculo contratual de dois anos, com contratação por meio de seleção de pessoal. No período da coleta de dados 11 crianças estavam acolhidas (sendo três delas um grupo de irmãos, onde apenas uma das crianças havia idade de seis anos para o acolhimento).

Na instituição trabalhavam 13 educadores em regime de plantão 12h/36h (seis educadores no plantão diurno e seis no plantão noturno) e contava ainda com uma educadora de referência que trabalhava de segunda à sexta de 13h às 19h. Sendo todos os educadores do sexo feminino. A equipe técnica da casa contava com: duas Assistentes Sociais, que atuavam 30h semanais em dois turnos (matutino e vespertino), sendo que cada uma tinha quatro meses de atuação na instituição; a casa contava, ainda, com uma Fisioterapeuta, que trabalhava 30hs semanais (vespertino, com dois anos e nove meses de atuação na instituição); uma Pedagoga, atuante de 30h semanais (vespertino, com dois anos e cinco meses de atuação na instituição) e uma Psicóloga, também atuante de 30h semanais (matutino, com um mês de trabalho na instituição); um Agente Administrativo; um Agente de portaria (plantão de 12h por 36h); um Auxiliar de cozinha; dois Auxiliares

de serviço gerais (plantão de 12h por 36h); duas Cozinheiras (plantão de 12h por 36h); quatro Motoristas (plantão de 12h por 36h) e três Técnicas de Enfermagem (duas profissionais com plantão de 12h por 36h e uma de 30h semanais).

A segunda instituição: “Espaço de acolhimento Euclides Coelho” ficava localizado em Belém, centro da cidade. Os profissionais da instituição trabalhavam por concurso Estadual, com tempo de serviço entre um ano a 33 anos de atuação. A casa estava em funcionamento a 10 meses e era regida por entidade Municipal; com crianças de zero a seis anos de idade. Na época da coleta de dados estavam acolhidas 11 crianças; 14 Educadores com atuação de dois ou três por turno, em regime de 12h por 36h. A equipe técnica composta por uma Psicóloga, três Assistentes Sociais, uma Terapeuta Ocupacional, uma Nutricionista e uma Pedagoga (Todas com regime de 30h semanais de segunda à sexta); contava, ainda, com um motorista, com regime de trabalho de 40h semanais de segunda à sexta e hora extra aos sábados; três cozinheiras, com regime de plantão e três Agentes de serviços gerais.

#### **4. Instrumentos e Materiais**

##### **4.1 Roteiro de Entrevista**

O roteiro de entrevista era composto de 10 questões abertas, com temas referentes ao conhecimento sobre o acolhimento institucional, experiência de cuidado e vínculos afetivos; foi gravada em celular *Smart Phone iPhone-6*, com uso de gravação de áudio avançada (função específica do aparelho) para aprimorar a escuta no momento da transcrição. A entrevista buscou ainda, investigar itens que incluíram questões relativas aos seguintes pontos: identificação pessoal dos educadores, dados sociodemográficos e tempo de serviço de acolhimento.

##### **4.2 Diário de campo**

O diário de campo é um dos instrumentos mais importantes em uma pesquisa empírica, devendo fazer parte do processo como um todo. Ele se caracteriza por ser um instrumento de registro diário. Pode-se também dizer que o diário de campo é uma parte das técnicas de pesquisa que busca enriquecer os dados coletados por meio de observação (Minayo, 1993).

Para este estudo o diário de campo teve como objetivo registrar, em tempo real, atitudes, fatos e fenômenos percebidos no campo de pesquisa nos espaços de acolhimento, principalmente para coletar informações no tempo de permanência do pesquisador na instituição, durante as entrevistas e conversas informais. Por meio desses registros, foi possível estabelecer relações entre as vivências da pesquisa e o aporte teórico dado pelo pesquisador em meio ao ambiente inserido no momento da pesquisa. Os registros foram feitos diariamente nos encontros para realização e aplicação das entrevistas, contendo a data, sinalizando os sujeitos envolvidos e as práticas observadas dia-a-dia na rotina do espaço pesquisado.

## **5. Procedimento de Pesquisa**

Em um primeiro momento foram realizadas duas reuniões com a equipe responsável em ambas as instituições (Belém e Ananindeua). O primeiro encontro teve o propósito de buscar a autorização para a realização do estudo e a apresentação do pesquisador. O segundo encontro teve o objetivo de esclarecer a proposta da pesquisa aos participantes (educadores) e a equipe técnica, bem como conhecer o ambiente pesquisado. Aos Coordenadores (as) das instituições foi entregue o modelo de entrevista aplicada na pesquisa, para que os mesmos tomassem conhecimento do tema pesquisado.

### **5.1 Autorização judicial para realização do estudo na instituição e Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.**

Para o desenvolvimento deste estudo, a primeira providência foi obter autorização judicial para realização de visitas sistemáticas a instituição de acolhimento, favorecendo, assim, o livre acesso às dependências da instituição e aos participantes da pesquisa. A submissão deste trabalho de dissertação ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos foi realizada de modo subsequente à solicitação de autorização judicial, por ser condição necessária à efetivação deste estudo.

### **5.2 Reconhecimento do ambiente institucional e familiar dos participantes.**

Após a obtenção da autorização judicial e do Comitê de Ética, foram estabelecidos os contatos iniciais com os participantes da pesquisa. O primeiro contato ocorreu com a equipe técnica da instituição, após isso, ocorreu o contato com os educadores por meio de abordagem individual, a fim de apresentar os objetivos e o método do estudo proposto e, com isso, motivar a sua participação e boa receptividade à equipe responsável pela pesquisa.

### **5.3 Coleta de dados.**

Para a coleta de dados, foram marcados encontros com os educadores, respeitando seus horários e disponibilidades/intervalos de trabalho para não prejudicar o cuidado das crianças. A coleta na primeira instituição localizada em Ananindeua foi realizada em dois turnos: matutino com a realização de três entrevistas, das 9:00h as 12:00h no dia 26/12/2015. O segundo encontro ocorreu no turno da noite, com realização de duas entrevistas, das 21:00h as 23h:45min, no dia 03/12/2015. Esse horário foi concebido pela disponibilidade dos educadores e da rotina da instituição (horário de descanso das crianças). Na segunda instituição, situada em Belém, foram realizados dois encontros, o primeiro no turno matutino das 8h:30min às 12h:25min, foram feitas duas entrevistas no dia 11/12/2015. O segundo encontro na instituição ocorreu no turno da

noite, do dia 13/12/2015 das 22:00h às 01h:15min, com a realização de três entrevistas que envolveram os 10 participantes do total da pesquisa.

Primeiramente, foram aplicadas as entrevistas com os educadores de forma individual, nos espaços de acolhimento. As anotações das observações de campo e dos diálogos com os participantes foram realizadas anotações no Diário de Campo. O instrumento teve como intuito descrever o contato com os participantes ou quaisquer eventos que a ela se refira, de interesse aos objetivos da presente pesquisa. O Diário de Campo foi sempre escrito após o contato das entrevistas.

#### **5.4 Análise dos Dados**

Para que houvesse uma amplitude maior do conhecimento dos contextos estudados, as análises foram realizadas de forma qualitativa com foco nos eixos temáticos construídos a partir das respostas dos participantes. Utilizou-se o método de análise de conteúdo de Lourence Bardin (2011). Trata-se de um método empírico, que investiga os fenômenos para além dos significados e da leitura simples do que se pretende buscar por meio desse método. Bardin (2011) afirma que a análise de conteúdo visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição de conteúdo de mensagens que permitam a inferência de uma ou outra realidade, de conhecimentos relativos a variáveis que se pretende estudar e, assim, conhecer com mais intensidade o fenômeno pesquisado. Assim, a análise de conteúdo enriquece a tentativa de uma investigação exploratória dos fatos estudados com a possibilidade de descoberta e aprofundamento de análise. Com isso, buscou-se integrar e enriquecer a procura pela construção de dimensões que permitisse a compreensão da qualidade dos dados coletados e que foram analisados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), levando em consideração a teoria das relações afetivas e de apego de Bowlby (2006), que compreendeu a percepção dos educadores sobre vínculos afetivos no acolhimento de crianças.

As informações coletadas nas entrevistas semiestruturadas e os registros feitos no diário de campo foram examinados por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2011), levando-se em conta as três fases desse método:

- a. Pré-análise: etapa, na qual foi organizado o material coletado, por meio das entrevistas, descrição e leituras flutuantes. Para isso, após a leitura, foram formuladas hipóteses e questões norteadoras pertinentes ao objetivo da pesquisa, assim como foram criados os indicadores importantes para a interpretação final dos dados;
- b. Exploração do material: essa etapa ocorreu por meio da compilação e organização dos dados que em seguida foram transformados em unidades de análise, os quais forneceram margem à descrição exata das características indicadas no conteúdo posto no texto;
- c. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: fase na qual a investigação permitiu embasamento ao estudo, com discussões teóricas, em busca do sentido que se esconde sob a aparente realidade pesquisada (Bardin, 2011).

As informações coletadas nos instrumentos, na entrevista semiestruturada e nos Diários de Campo foram ponderadas para criar as categorias de análise por meio de análise de conteúdo de Bardin (2011). Para isso, foram criadas duas categorias Molares e em cada uma delas, três categorias moleculares:

1. Categoria Molar: Acolhimento e experiências de cuidado.

Categorias Moleculares: O Acolhimento e Medida Protetiva, Cuidados Formais e Afeto, A Referência Familiar no Cuidado.

2. Categoria Molar: Vínculos, Cuidado e Sentimentos no Acolhimento Institucional.

Categorias Moleculares: Vínculo Afetivo e Cuidado, Apego e Cuidado, Sentimentos Ligados ao Desligamento da Instituição.

## **6. Resultados e Discussão**

### **6.1 Acolhimento e Experiências de Cuidado**

A seguir serão expostos os resultados referentes a experiências dos educadores das instituições em relação ao cuidado oferecido às crianças. Aborda-se a percepção dos profissionais sobre o acolhimento e a medida de proteção, o que significa o processo de

acolher e cuidar dessas crianças. Serão abordado também, os tipos de cuidado que os educadores fornecem na sua atuação com as crianças, sendo abordados os temas do cuidado formal que inclui fatores como higiene, alimentação, banho, entre outros; assim como os cuidados pautados no afeto e no vínculo que se constitui entre ambas as partes. Por fim, a temática dos cuidados pautados nas experiências familiares que os educadores possuem, foram levados em consideração os conhecimentos dos profissionais em relação ao cuidado, vínculos e afetos com as crianças dentro da instituição.

### **6.1.1 Acolhimento e medida protetiva.**

A política de acolhimento institucional visa o amparo à criança em situação de vulnerabilidade e a possibilidade de colocá-la em um novo contexto de cuidado e amparo social (Brasil, 2013). É nesse espaço que as crianças buscam novas interações e por meio do acolhimento dos educadores ela receberá cuidados ligados a alimentação, higiene, entre outros (Brasil, 2013). Toda via, o que a literatura de hoje aponta são os cuidados também ligados a atenção, carinho, zelo e afeto por parte desses profissionais, na tentativa de manter proximidade e relacionamento afetivo com as crianças dentro da instituição (Golin, 2010). Daí, mesmo que o espaço não seja o familiar, a criança apresentará necessidades de receber o afeto e outros sentimentos no espaço acolhimento institucional, uma vez que, para o seu desenvolvimento psicológico esses cuidados serão importantes, até mesmo pelo período da vida infantil (Moura, 2012).

Por sua vez, o acolhimento também representa no panorama da assistência social um caráter protetivo que visa a garantia dos direitos da criança, frente as necessidades de convivência e relacionamento num espaço novo para o seu desenvolvimento (Brasil, 2009; Brasil, 2013). Com isso, pode-se dizer que proteger também significa oferecer os cuidados básicos, levando em consideração os deveres do Estado, as regras da instituição, os serviços oferecidos, bem como, a conduta técnica dos educadores

Nesse sentido, Guedes e Scarcelli (2014) apontam a importância de se pensar a assistência à infância nos processos de instituições infantis, levando em consideração não só a proteção que o Estado fornece, mas também, visando a capacidades e sensibilidade dos educadores e demais envolvidos na promoção de saúde emocional à essas crianças. Pretende-se discutir até que ponto a instituição cumpre seu papel como medida de proteção à infância, atribuindo o caráter apenas protetivo, dos cuidados essenciais. Levando em conta os cuidados também ligadas ao afeto, vínculos afetivos. Guedes e Scarcelli (2014) apontam a importância de cumprir os cuidados institucionais não só pela via do que é básico à essa criança, mas também, olhar com amplitude e humanização as suas necessidades emocionais e afetivas.

Na percepção dos educadores, participantes deste estudo, os cuidados são variados nas suas práticas, podemos observar que cada sujeito apresentou de forma subjetiva sua visão sobre o mesmo fenômeno. A fala do educador Paulo nos mostrou a visão de como o acolhimento e a medida de proteção são observadas por ele.

Eu entendo que o acolhimento institucional é, eu vejo como um mal necessário. Porque, eu acho que é uma coisa complicada pra criança que tá aqui sem a figura da família em si mesmo. (Paulo, 25 anos, 1 ano e 6 meses de serviço de acolhimento)

Com essa afirmação, podemos observar que a medida de proteção na percepção do educador ainda está ligada à assistência, que serve para acolher quando necessário, mas que é complicada para as crianças no sentido de ficar afastada das figuras paterno/maternais. Paulo colocou a instituição como modalidade de um mal necessário, que corresponde a algo ruim, mas que torna-se importante naquele momento de vulnerabilidade em que as crianças passam. Essa visão por

parte do educador aponta ainda que a criança pode não receber cuidados baseados na relação familiar, uma vez que a garantia dos direitos assegura os cuidados institucionais importantes para a criança (dar banho, alimentar, higiene, entre outros. Ele complementou sua fala ao dizer:

É difícil, é você ter as várias instituições de controle, por exemplo você tem a igreja, o pai a mãe o irmão, tudo certo pra controlar e libertar também a mente. Não sei se é isso. Mas, essas crianças passaram por tantas coisas que aqui é o melhor local no momento pra elas, mas é isso que eu acho. Não sei se eu fui claro. (Paulo, 25 anos, 1 ano e 6 meses de serviço de acolhimento)

Esse relato aponta as varias formas de controle e regras que a crianças já possui na realidade social em que vive, e com isso, a instituição se tornará mais um ambiente de controle, que na percepção do educador seria o melhor local naquele momento para a criança. Uma vez que, nesse espaço existirá a garantia dos direitos e deveres a favor da criança. Nesse caso, pode-se dizer que os cuidados oferecidos ao infante não precisa ser apenas o que se descreve nas Orientações Técnicas (2009), como observa-se no relatório do CNMP (2013), mas também cada sujeito pode oferecer tudo que for importante à essa ou aquela criança, seja nos cuidados básicos ou afetivos. Corroborando com essa ideia, Magalhães, Costa e Cavalcante (2011) salientam que o cuidado deve ser mais intenso, ligado não somente a questões do cuidado formal. Assim como afirma Goli e Benetti (2013) que a criança apresenta necessidade de receber amparo emocional, afeto, carinho e outros componentes para o seu desenvolvimento emocional. O carinho afeto que um educador transmite à uma criança, tende a torna a relação deles mais forte e próxima.

De todo modo, deve-se conceber a importância do contato afetivo e também da importância do olhar, do cuidar de forma humanizada, fornecendo condições de

desenvolvimento à essas crianças em um espaço novo. Pois, a maioria delas foi desligada de casa em um período crucial para o seu desenvolvimento socioemocional.

Com ênfase sobre o acolhimento e a medida de proteção a crianças, a fala da educadora Rita explicita: “Bem, o acolhimento institucional é uma coisa boa que veio pras crianças porque elas são retiradas num momento de risco né!” (Rita, 39 anos, 2 anos e 6 meses de serviço de acolhimento)

A educadora aponta, de forma clara, a função que a instituição pode assumir perante as necessidades de uma criança, esclarecendo que no momento da retirada de casa a mesma será protegida por algo bom. Levando em consideração o fato dela ter saído de sua casa, de sua família de origem e passar a ser cuidada em um espaço provisório, os educadores apontaram que o acolhimento oferece o melhor à essas crianças. Pode-se observar ainda na fala da educadora a sua forma de pensar sobre a instituição como algo positivo para a criança, uma vez que a mesma estava em risco social antes da medida de proteção. Nessa perspectiva, Nogueira (2004) aponta que a visão dos profissionais das instituições de acolhimento pode favorecer a forma de atuação em seu trabalho com as crianças, esclarecer o que de fato significa o acolhimento e para que ele serve, ajuda na manutenção do trabalho a ser oferecido. Além disso, os profissionais podem buscar novos conhecimentos sobre suas práticas. Essa colocação feita pelo autor nos mostra que a educadora cita a instituição como uma coisa boa. Com isso, pode-se pensar que, mesmo de forma provisória, a instituição deve cumprir seu papel em cuidar e fornecer condições para o desenvolvimento saudável da criança. Assim, os educadores e suas percepções da medida de proteção colaboram para o conhecimento do que pode ser feito no di-a-dia do seu trabalho dentro da instituição.

Dessa forma, Siqueira e Dell’Aglio (2010) apontam a importância dos educadores, que atuam como suporte social para a criança em um espaço de acolhimento

que deve acolher esse sujeito, fornecendo-lhe condições para que se sinta pertencente aquele lugar. Pois, nesse lugar a criança irá desempenhar papéis fundamentais no seu processo de amadurecimento. Como dito pela educadora Rita: “o acolhimento acolhe essas crianças, então é uma casa que acolhe.” Para a educadora, a palavra acolher significa acolher o próximo.

Por outro lado, na visão dos educadores, o cuidado está ligado a uma prática profissional, que possui regras e legislação, como diz a educadora Nazaré.

Bem, eu acho que é garantia de direitos, né!? Praqueles crianças estão em vulnerabilidade social, por negligência, abandono, maus tratos e esse acolhimento perante a lei, o Município tem que garantir. (Nazaré, 53 anos, 32 anos de serviço de acolhimento)

Essa fala nos remete à percepção de alguns educadores que abordaram a medida de proteção apoiada na política de acolhimento, onde os mesmos buscaram olhar para esse processo como algo não só político, mas de direitos da criança e que garante o amparo social necessário naquele momento. Essa afirmativa pode ser observada também na fala da educadora Kátia, quando a mesma diz.

Penso que é essencial pra sociedade. Primeiro que tratamos com crianças que passam por traumas, crianças em condições de risco e que as instituições de certa forma fazem o intermédio pra chegar a uma família. (Kátia, 21 anos, 4 meses de serviço de acolhimento)

A fala dos educadores remete ao conceito de direitos da criança e do adolescente firmados na política de proteção do ECA (Brasil, 1990), em que a assistência à criança em situação de vulnerabilidade tonar-se papel do Estado e prioriza o amparo social e

comunitário à essas crianças. Para os educadores entrevistados, o acolhimento institucional oferece uma oportunidade de novos cuidados e suporte aos acolhidos, uma vez que suas famílias naquele momento não estão em condições de lhes dar o que é básico e necessário. Pode-se observar na fala da educadora Kátia que a instituição nesse caso serve como intermédio entre os contextos (família e a acolhimento) para que a criança tenha condições de retornar ou não a esse ambiente. Fonseca (1993) aborda a importância de se pensar a desigualdade social no Brasil e introduz esse tema como um dos causadores para a grande demanda de crianças em situação de acolhimento institucional. Deve-se pensar ainda na importância da convivência familiar e o processo de adoção como uma das formas de reinserir essa criança no contexto social (Fonseca, 1993).

Com relação a isso, a fala da educadora Claudia nos remete a essa concepção do eixo da família e adoção, quando a mesma diz.

Então é eu acho assim, que as crianças que são acolhidas aqui, o objetivo é, é colocar elas novamente na família, né? Depois, se não houver, é, assim, um, alguém da família, algum membro da família que tenha assim, um, tipo assim, não tenha assim, é estrutura na família, ai sim, ai caso já é pra adoção, né?  
(Claudia, 32 anos, 2 meses de serviço de acolhimento)

Pode-se perceber que a educadora concebe a importância da reinserção familiar para as crianças que estão naquele momento longe dos pais, mesmo que algumas vezes por negligência e maus tratos por parte dos genitores, os educadores alegam que a família é o lugar em que elas deveriam estar para crescer e se desenvolver. Porém, a educadora afirma que em meio a esse acolhimento a medida de adoção também é uma das opções para o desenvolvimento da criança em um novo contexto de família. Para Fonseca (1995), a adoção segue um caminho burocrático e longo para ambas as partes, mas esclarece que

esse processo oportuniza uma nova forma da criança estar no mundo e receber novos valores importantes para o seu desenvolvimento social e familiar. Desse modo, pensar na adoção como forma de amparar e reintegrar a criança no meio social torna-se tarefa fundamental para o seu desenvolvimento, uma vez que, na instituição muitas crianças não conseguem manter proximidade com alguns adultos, mostravam ser retraídas e isoladas em alguns momentos. Supom-se que esse seja um traço dos problemas e experiências já vivenciados pela criança em ambientes anteriores ao acolhimento institucional e que terão relevância na vida futura dela.

### **6.1.2 Cuidados formais e afeto.**

Essa categoria remete ao conceito de cuidados formais no sentido de conceber o que seria cuidar de uma criança pequena, quais são os cuidados estabelecidos na atuação profissional dos educadores e com isso, conhecer a visão deles sobre quais os elementos necessários para um bom ou mau cuidado.

A palavra cuidado remete a uma concepção do que seria cuidar de alguém ou de si mesmo. Nesse sentido, o cuidado à criança pequena em um ambiente, seja ele familiar ou substituto, abrange bem mais do que os cuidados que se promove por meio da formalidade e das necessidades fisiológicas da criança. Esse cuidado, quando está ligado a um serviço de acolhimento institucional infantil, deveria ser parte da prática profissional dos educadores, levando em consideração o laço afetivo que se constitui entre os sujeitos envolvidos.

Nesse aspecto, pode-se afirmar que cuidar pode ser um conjunto de questões ligadas ao modo de realizar as tarefas do dia-a-dia com uma criança, oferecer mais do que alimento, higiene, banho, entre outros.

Esse cuidado foi tema discutido entre os educadores participantes dessa pesquisa e os resultados apontaram para uma visão do cuidado ligado à formalidade de seu trabalho

desempenhado na instituição nos referente aspectos: cuidados com o corpo, alimentação, banho e cuidados afetivos. Os profissionais em suas falas definiram o afeto como diferente dos cuidados formais, pois, na percepção deles, o afeto seria algo para além do que se prevê na relação de trabalho, algo que será oferecido de forma subjetiva. A fala da educadora Rita remete ao que significa cuidado para ela, quando afirma.

Bem, o cuidado que a gente procura ter aqui com eles, é a questão da higiene, de dar a proteção, pra eles, não deixar que venha acontecer nada, Eu sou desdobrada aqui pra não acontecer nada com essas crianças e ter todo o cuidado da higiene, da alimentação, cuidado no sono deles, colocar pra dormi, dar banho, ter esses cuidados mesmo que uma mãe e as atividades pedagógicas, ajudar, orientar essas crianças nesse momentos que eles estão aqui. (Rita, 39 anos, 2 anos e 6 meses de serviço de acolhimento)

Essa fala mostra que o cuidado oferecido na instituição ainda é primeiramente ligado as necessidades básicas da criança, como a higiene, alimentação, banho, entre outros. Mesmo que a educadora aponte o cuidado também como algo maternal, daqueles oferecidos por uma mãe, observa-se que o afeto e os vínculos não foram notórios em sua fala. Da mesma forma, a fala da educadora Nazaré aponta.

Garantir todos os direitos, né? Seja na alimentação, nos cuidados de higiene, na questão de, de atendimento médico, atendimento dental, odontológico, e um cuidado geral da criança já que nós estamos com essa criança sobre a nossa proteção aqui, né!? (Nazaré, 53 anos, 32 anos de serviço de acolhimento)

Em relação a falar do cuidado como um fator de promoção de cuidados físicos, da mesma forma a educadora Rosa afirma.

Cuidar da criança é, é uma, é um ser que necessita de cuidados, ela não pode se cuidar sozinha, né? Pra tomar banho, ser, ser instruída, né? (Rosa, 43 anos, 30 dias de serviço de acolhimento)

Entre os educadores entrevistados, não houve aquele que não atrelasse a higiene, alimentação e outros tipos de cuidado ao cuidado infantil. De forma unânime, os educadores afirmaram que esses primeiros cuidados são fundamentais e deixaram o afeto como secundário na relação. Marques, Cano e Vendruscolo (2007) concebem o cuidado de forma mais dinâmica, apontando também a importância do zelo e do sentimento na dinâmica de cuidar do outro, já que existe o fator de obrigação. Para esses estudiosos, cuidar implica na disposição do sujeito em oferecer ao outro aquilo que é necessário por um bem físico e também para o bem emocional.

Marques, Cano e Vendruscolo (2007) apontam que no momento em que alguém cuida de uma criança na hora do banho e da alimentação, por exemplo, esse sujeito está em ligação direta com o outro e, por isso, o afeto surge como fator inerente nessa relação. Porém, esse processo pode ser mais aprofundado se contar com um afago, um olhar diferenciado e até mesmo com o gesto de carinho por parte do cuidador/educador, como pode-se observar na fala do educador Jussimar.

O cuidar, ele requer um olhar. Um olhar especial. É... Eu como uma figura masculina, eu tenho que ter um olhar mais especial ainda. Porque é difícil. Nós, é, os homens cuidar de crianças nessa faixa etária e eu digo que estou aprendendo, aprendendo com a colegas, é com, com, o cuidar que elas que elas têm que elas me passam a forma de segurar, o modo que a gente diz de mamada, que faz as mamadeira. Esse momento de trocar ou de higienizar a criança nós temos que estar desenvolvendo com isso, a gente tem que ter uma sensibilidade

bem mais e também tem que gostar. Se a figura masculina ela não gostar de estar nesse local, ela não vai se sentir satisfeita. (Jussimar, 51 anos, 18 anos de serviço de acolhimento)

Dessa forma, pode-se pensar que o cuidar vai além do que simplesmente “dar o que é preciso a uma criança”, ele deve abarcar os valores e afetos inclusos nesse momento. Corroborando com essa ideia, Cavalcante e Corrêa (2012) afirmam que o cuidado quando oferecido de forma proximal, íntima e afetiva, oportuniza o crescimento saudável da criança e de sua personalidade, contribuindo assim, com o seu desenvolvimento pessoal e psicológico.

Em contra partida, ao cuidado citado nas falas dos educadores acima, temos ainda a atenção voltada a prevenção de determinados cuidados e acidentes que ocorrem na instituição, como observado na fala da educadora Mary.

Cuidar é pra que eles não se machuque, eles como é... eles não... Eles não façam é, fazem algo. Porque essa idade devido os seis, sete anos dessas crianças daqui, elas tão se descobrindo, então a gente tem que ter muito cuidado, porque eles ficam se tocando, se pegando, entendeu? Fazendo coisas que é da idade deles, entendeu? Pra mim, o cuidar é isso e outros tipos, ver como é que tá a saúde, doença, entendeu? (Mary, 40 anos, 1 ano e 6 meses de serviço de acolhimento)

Aqui surge um cuidado voltado para a atenção com as crianças e o sentimento de proteção. Pode-se observar o destaque na manutenção das normas da casa e a orientação sobre o que pode e o que não pode ser feito por eles no espaço de convivência. A educadora cita a sexualidade das crianças nessa fase, pois, segundo ela, as crianças já

apresentam sinais de autoerotismo. Porém, fica clara a atenção oferecida e os cuidados formais da alimentação e higiene como dito anteriormente.

Nesse sentido, pode-se observar o contexto institucional como um ambiente de adaptação para essas crianças e também para os educadores, uma vez que algumas delas estarão ali por pouco tempo. E quanto à noção de provisoriedade, os educadores entrevistados alegam ter conhecimento e afirmam que fornecem os cuidados mais importantes. Mesmo com caráter provisório, Serrano (2008) caracteriza esse contexto como um ambiente a ser moldado frente as necessidades da criança pequena. Já que a faixa etária do estudo realizado pela autora foi compatível com a presente pesquisa, que buscou conceber como os educadores lidam no dia-a-dia com o cuidado e as necessidades dessas crianças.

Serrano (2008) destaca, ainda, que a instituição serve de apoio para o desenvolvimento de toda criança que frequenta esse espaço, seja por tempo mínimo ou prolongado. Nesse sentido, Corrêa (2011) afirma que a instituição de acolhimento oferece condições de desenvolvimento para as crianças, pois o espaço fornece condições para o seu processo de amadurecimento, mesmo que em alguns casos esse acolhimento ocorra de forma precária. Como por exemplo, quando a criança passa longos meses e até anos na instituição.

O tempo de acolhimento foi relatado pelos educadores, que por conta dessa longa espera pela volta para casa ou para um novo lar, faz com que os profissionais concebam o cuidado de forma protetiva. Na fala do educador Antônio, pode-se observar: “Olha, é, pra gente, cuidar é proteção, é proteger, é tá junto, é tá perto, né?” No sentido de análise dessa fala, o educador concebe o conceito de cuidado como proteção de tudo que possa fragilizar uma criança e, nesse sentido, ele alega que esses são pontos primordiais para realização do seu trabalho como educador.

O educador Antônio demonstrou simpatia e sensibilidade quando falava de seu trabalho. Além de cuidar das crianças do berçário, o mesmo as amamentava com mamadeiras e as colocava para dormir. Ele citou os cuidados básicos como sendo secundários a questão da proteção e do afeto. Com isso, observa-se que o educador demonstrou um processo de empatia e sensibilidade no cuidado com as crianças. Com relação a isso, Motta, Falcone, Clark, e Magalhães (2006) afirmam que o processo de empatia no cuidado com crianças em desenvolvimento pode contribuir para boas práticas de trabalho. No estudo desenvolvido pelos autores, a afirmativa foi de que esse processo empático, também citado pelo educador Antônio, pode favorecer tanto a criança quanto a si próprio, pois, nesse sentido, o profissional passa a realizar seu trabalho de forma mais leve e satisfatória, uma vez que a atenção, o cuidado e o afeto estão atrelados nesse processo.

Não foram todos os educadores que colocaram sua concepção como supracitado. O educador Paulo afirmou que sua maneira de atribuir o cuidado é.

Razoável, razoável. Não me dar nota 10, mas eu tento fazer o possível pra dar, pra dar limites e ao mesmo tempo deixar que eles sejam criança, não tento ter deixar que entendam o que é certo o que é errado, até às vezes me acho um pouco chato, mas eu boto limites neles, pra eles né? (Paulo, 25 anos, 1 ano e 6 meses de serviço de acolhimento)

Pode-se observar que na percepção de Paulo, cuidar significa ter regras, respeitá-las e impor os limites necessários para que as crianças tenham respeito por eles. O educador citou ainda que não se considera uma pessoa rígida. Paulo complementou sua fala dizendo: “Mas eu tento brincar, conversar de noitinha eu conto histórias. Mas é isso.” Nesse trecho evidencia-se a tentativa, por parte do educador, em oferecer algo a mais do

que os cuidados formais. O mesmo aborda uma dinâmica mais afetiva com as crianças quando diz que conta histórias na noite para elas dormirem. Pois, em sua percepção, essas serão rotinas das crianças em um novo lar futuramente.

Nesse sentido, Brito e Trindade (2014) descrevem em seu estudo a importância de se preservar os laços e ligações entre a criança e sua antiga casa, quando o educador cita a leitura de histórias, ele está buscando resgatar essa experiência que a criança possuía ou até mesmo a nova casa quando for o momento de integrá-la ao meio social novamente. Esse estudo corrobora com a fala do educador, quando aponta a visão dos profissionais sobre esse processo de inserir uma criança num espaço familiar. Faz-nos pensar qual o papel da instituição nesse momento e como a equipe técnica pode favorecer esse processo, tornando-o menos nocivo e mais favorável à criança. Pois, segundo os educadores entrevistados, as crianças buscam neles uma forma de suprir a saudade da família e a falta dos pais.

### **6.1.3 A referência familiar no cuidado.**

Todo cuidado advém de uma origem que pode ser subjetiva a cada sujeito, a cada um que observa esse conjunto de ações como sendo importantes para o desenvolvimento de todos. Bowlby (2006) acredita que a família é o primeiro ambiente de interação da criança e por meio dela se observa o mundo a sua volta, desde um afago materno até mesmo um momento de separação. O autor afirma que a criança precisa de muitos outros elementos que podem enriquecer o seu desenvolvimento psicológico, como por exemplo, a vivência em família, seja ela provida pelos pais ou cuidadores substitutos.

As referências familiares aparecem como categoria porque todos os 10 entrevistados citaram esse tema e faz parte da jornada de cuidados oferecidos para essas crianças no espaço de acolhimento infantil. A educadora Rita relata que.

Aqui eu cuido deles como se fossem filhos (risos) dando amor e carinho e a atenção principalmente a eles como se fossem filho, né? Até porque, eles, eu vejo e entendo que eles estão sem os pais nesse momento, então procuro passar, um pouquinho né? O mínimo de afeto familiar. Eles têm a nossa figura como uma figura familiar. (Rita, 39 anos, 2 ano e 6 meses de serviço de acolhimento)

Essa fala deixa clara a percepção da educadora sobre a importância do cuidado em seu trabalho com as crianças. Porém, mais do que isso, ela afirma que cuidar deles, nesse momento, com carinho e amor, favorece o desenvolvimento emocional deles, pois os mesmos estão afastados de suas famílias e a única figura de referência naquele momento são os educadores. Brito e Trindade (2014) alegam que na instituição os educadores promovem essa função de cuidado substituto, o que Golin (2013) chamou de figura materna na instituição, sejam educadoras ou educadores. As crianças discriminam o cuidado recebido pelos que cuidam delas, elas nem sempre buscam afeto em qualquer um que queira oferecer o que uma família poderia oferecer-lhes. Dessa forma, a fala da educadora Rena ilustra a questão da relação materna no cuidado.

Aqui a gente é mãe né. De manhã a gente acorda tem que levar pra escovar dente, tem que levar pra escola, se tiver doente tem que ir pro médico. Até dormir a gente tem que dormir com eles no hospital, é dar comida, dar banho. A gente é uma mãe aqui pra eles, né? (Rena, 55 anos, 18 anos de serviço de acolhimento)

A educadora ainda disse que, no cuidado, a figura de mãe sempre aparece na fala das crianças:

Muitas crianças chamam a gente de mãe. A gente tenta falar assim, não filho, não é mãe, é tia, né? Aí eles vêm com mãe, muitas vezes eles vê o porteiro como

pai aí a questão mais familiar e educacional que a gente têm que levar eles pra escola né? (Rena, 55 anos, 18 anos de serviço de acolhimento)

Sobre esse processo, houve uma experiência, nessa pesquisa, na instituição de Belém, em que uma criança se aproximou do pesquisador, pegou em seu rosto e segurando barba disse: “parece meu o papai, o papai Noel e o meu pai também.” Daquele momento em diante, esse garotinho passou o tempo inteiro ao lado do pesquisador, conversando, querendo brincar, olhando-o como uma figura conhecida por ele. (Notas de diário de campo).

Sobre o cuidado institucional e familiares, Golin (2010) afirmou que a criança pequena, em seus primeiros anos de vida, cria uma referência familiar de que possa oferecer um afeto, segurança e zelo por ela, sejam esses os pais ou um educador. Em sua pesquisa, Golin (2013), embasada pela obra de Abreu (2010), destaca que esse processo acaba sendo inerente ao sujeito, como algo que surge em meio a necessidade de cuidar e oferecer ao outro uma base segura. Dessa maneira, pode-se observar essa ação na fala da educadora Rena, quando diz: “Não possuo filhos, mas cuidaria. Com certeza, né? Mesmo porque a gente vê eles como filho aqui né? Porque fica o dia todo. É do comer ao tomar banho. Com certeza criaria sim.” A educadora se referiu ao fato de criar esse afeto pelas crianças como se fossem filhos, como um cuidado familiar, que poderia ser dado em casa, se fossem ou não seus filhos. Para ela, seria impossível cuidar de uma criança e não se sentir parte de uma família.

Sobre o cuidar, cuidado familiar e o afeto criado a partir dessa relação, Moura (2012) apresenta a ideia de que todo o sujeito em uma instituição de acolhimento atribui um papel importante na vida de uma criança acolhida. A autora afirma que o processo de cuidado familiar surge, primeiramente, no imaginário da criança, a qual observa aquele

ambiente como sua nova casa e, em seguida, o educador como uma referência paterna ou materna. No caso da instituição de acolhimento do município de Ananindeua, os relatos das educadoras Rena, Mary e Kátia, alegaram que o porteiro da instituição era chamado de pai por muitas crianças da casa. Pois, o mesmo brincava e contava histórias para elas. Com isso, algumas crianças chegaram a pedir para chamá-lo de pai.

A educadora Kátia alega que o cuidado oferecido por ela na instituição é diferente dos cuidados oferecidos para os seus filhos em casa, pois, segundo ela, o cuidado em uma instituição de acolhimento deve ser mais atencioso, pautado na regra do trabalho exercido na função de educador social. A mesma quando indagada sobre cuidar de criança como cuidar de um filho, disse: “Penso que até melhor. Porque, eu tenho que cuidar, eu vim pra cá pra cuidar de criança. Então eu tenho que cuidar bem.” Segundo ela, o trabalho precisa ser realizado de forma individualizada e com a atenção voltada ao trabalho de cuidar, pois elas estão ali para isso. Com o pensamento diferente da fala citada acima, a educadora Mary diz.

É assim, eu acho que criança tem que ser tratado tudo do mesmo jeito. Claro que tem coisas que a gente faz com o filho, acho que até melhor com os filhos dos outros dos que com os filhos da gente, porque os filhos da gente já dá uma puxadinha né? Já dá um puxãozinho de orelha. Uma criança dessas que é o nosso trabalho, a gente não pode fazer isso. Então, não é diferente. É diferente, aliás, é diferente sim, o cuidador com certeza não é a mesma coisa. Isso eu to falando, porque eu sou mãe e não é a mesma coisa. (Mary, 40 anos, 1 ano e 6 meses de serviço de acolhimento)

A educadora reflete sobre a forma de tratamento com os seus filhos e com as crianças em acolhimento. Ela se refere a impor limites, poder dar uma “puxadinha”, coisa

que ela pode fazer em casa e que na instituição não seria aceto. Talvez, na sua educação familiar, impor limites e uma palmada também faria arte do intuito de cuidar. Moura (2012) afirma que limites e regras nas instituições são maneiras de controlar o trabalho dos profissionais, uma vez que não há um preparo eficaz sobre como fazer o serviço caminhar sem dificuldades ou erros por parte dos educadores.

Nesse sentido, o educador Paulo também reflete sobre a diferença entre o cuidado familiar do cuidado da instituição, quando afirma.

Eu tento, eu tento, mas por incrível que pareça é mais fácil cuidar dum, dessas crianças do que do meu filho. Eu consigo colocar mais limites, educar de forma mais adequada eles, do que a minha própria filha. Eu não sei por que (risos), mas eu consigo. (Paulo, 25 anos, 1 ano e seis meses de serviço de acolhimento)

O mesmo alega que na instituição a rigidez ajuda a controlar os sentimentos ligados ao cuidado, pois, aqueles não são seus filhos. Trata-se, como diz o educador, de um trabalho. Por isso, ele consegue ter mais êxito no trabalho do que em casa com sua filha também pequena. Nesse sentido, Golin (2010) afirma que a instituição preconiza o trabalho de cuidar das crianças como de caráter formal, ligado às normas técnicas. Mesmo assim, o educador percebe o seu trabalho como algo institucional e não somente ligado ao afeto. Os educadores Mary e Paulo apontaram a visão de que o cuidado nas suas famílias é diferente do fornecido na instituição, destacaram, ainda, que a casa não pode ser a extensão de seu trabalho e vice-versa. Trata-se de ambientes diferentes.

Sobre esse espaço de diferentes percepções e atividades, ainda ligadas ao cuidado como sendo estritamente feminino, a fala do educador Jussimar nos faz pensar em valores importantes para o processo de acolher uma criança e oferecer o cuidado de forma familiar, o mais próximo possível.

É, os cuidados daqui são diferentes dos que eu dava em casa. Os meus filhos eu ajudava, pegava no colo, é, é, até a fralda, mas, nunca se iguala. O modo que nós nos doamos aqui é muito mais intenso. Quando havia algo, por exemplo, quando dava o banho, principalmente na menina, é, é, na nossa casa, existe assim: o homem não pode, né? O esposo ele pode ajudar a pegar, vestir uma fralda, mas o banho não (risos) aqui nós temos que dar o banho, né? Nós temos que interagir. Mamadeira raramente eu dava mamadeira pro meu filho minha filha, aqui a gente tem que dar, tem que fazer o mingau, o leite, né? E geralmente quem faz mais em casa, geralmente são as mulheres, as mulheres geralmente lidam. E eu tive que aprender muita coisa, porque eu não aprendi em casa. (Jussimar, 51 anos, 18 anos de serviço de acolhimento)

Pode-se observar que a fala do educador remete à diferença não somente entre o cuidado familiar e o cuidado institucional, mas também de tudo que ele aprendeu no trabalho e que não aprendeu em sua casa, com seus filhos. Para ele, dar banho, dar mamadeira, carregar no colo são tipos de cuidados familiares e que se assemelham aos cuidados fornecidos aos seus filhos. Essa recordação adida de forma indireta a percepção do educador sobre o seu trabalho de cuidar das crianças do berçário. Vale ressaltar que ele foi o único educador da instituição de Belém que não corrigiu o fato das crianças o chamarem de pai. Segundo ele, “elas podem me chamar do que quiser, porque é assim que elas se sentem bem, chamando de pai, tio.” Esse processo de deixar livre a criança para que a mesma crie seus sentimentos pelos educadores foi tema retratado nos estudos de Moura (2012), pois a autora afirma que a função do educador na instituição pode ajudar no processo de formação de vínculos entre as criança e educador, fornece segurança e afetividade no cuidado, muda as experiências já acumuladas pelos

educadores, sejam elas familiares ou em outras instituições. Esse é o caso do educador Jussimar, pois ele lembrou os cuidados que teve com sua filha e que não se assemelham aos cuidados adquiridos e fornecidos por ele na instituição. O mesmo afirmou ter aprendido a trabalhar com as crianças do berçário e que se sente bem nesse espaço, que prefere os menores do que os maiores porque é um trabalho que requer atenção e muito cuidado.

As indagações realizadas nesse estudo remeteu a noção de que o cuidado pode ser caracterizado com uma junção de cada elemento que compõem a noção de cuidar do outro. Pode-se dizer que o ponto chave para se pensar o cuidado é a importância do afeto ligado a esse processo, pois estamos falando de crianças pequenas, em fase crucial para o seu desenvolvimento emocional e psicológico.

Com isso, mesmo se esteja frente a frente com uma prática cotidiana, que segundo a literatura está se desenvolvendo a passos lentos em relação a política de assistência à infância e juventude, pode-se ser otimistas em pensar que a percepção dos educadores sobre a importância do cuidado, frente às necessidades físicas e mentais das crianças está se modificando. Na categoria de discussão “Acolhimento e experiências de cuidado”, em que a finalidade foi trazer a concepção dos educadores sobre o tema discutidos, observa-se que a experiência individual de cada sujeito tem total relevância na forma em que eles conceberam suas práticas, as influências do ambiente e da relação com as crianças. Sejam educadores do sexo masculino ou feminino, as observações feitas tiveram significado relevante em relação a um só tema, o cuidado.

Houveram percepções distintas por parte dos educadores, citados em relação ao cuidado como medida de proteção, onde alguns educadores apontaram o acolhimento como algo bom para as crianças, pois lhes oferece um novo espaço de convivência, assim como, destacaram que o acolhimento é direito delas e que, nesse processo, os danos

causados à integridade das crianças em seus antigos lares podem ser minimizado. Alguns educadores citaram ainda a medida de acolhimento como sendo a única solução para aquele momento, mas que não se tratava de algo somente favorável, sendo dadas observações sobre a importância de a família estar presente na instituição para os dias de visita, não deixando que os laços fossem quebrados entre pais e filhos na medida de proteção; educadores afirmaram que os cuidados devem ser formais, ligados a instituição, pois essas crianças não são seus filhos; para outros, os cuidados oferecidos a essas crianças deve ser pautado na aproximação por parte dos educadores e nas experiências familiares, para que a criança se sinta o mais próximo possível de casa, mesmo esse cuidado sendo substituto.

A discussão desse trabalho, em especial nesse eixo temático, buscou compreender os norteadores para se pensar o que de fato pode ou não ser feito na prática de acolher e cuidar de uma criança em situação de vulnerabilidade, desamparo afetivo e sentimentos no acolhimento infantil. Sendo que, para isso, buscou-se conceber a percepção dos educadores, não no intuito de apresentar uma forma “correta” de cuidado e de interação com as crianças, e sim de estudar e discutir maneiras de promover um trabalho que englobe o afeto e a aproximação entre os envolvidos.

Nesse sentido, cada educador teve a liberdade de expressar a concepção sobre os temas discutidos. E com isso, obteve-se resultados importantes para se pensar o que de fato deve ser trabalhado para melhorar a política de acolhimento, assim como, a importância de conhecer quem são e o que realizam em suas práticas esses profissionais, como figuras importantes no cuidado dessas crianças, onde o cuidar na concepção de cada educador apresentou opiniões similares e diferentes, na tentativa de extrair novas ideias sobre esse tema. Levou-se em consideração a importância não só do cuidado nas suas diferentes formas (afetiva e com base na higiene, alimentação e banho), mas, sim, do afeto

que está diretamente ligado ao processo de cuidar, apegar-se e criar vínculos com indivíduos ainda em formação psicológica e emocional.

## **6.2 Vínculos, Cuidado e Sentimentos no Acolhimento Institucional**

### **6.2.1 Vínculos afetivos e cuidado.**

Vincular-se a alguém pode ser descrito como estar ligado a outra pessoa. Nesse sentido, criar um vínculo pode ser caracterizado como um processo de formações de importantes sentimentos por parte de alguém para um outro ser. Bowlby (2006) afirma que o vínculo representa fonte inerente de ligação entre as pessoas nos primeiros anos de vida e terá reflexos depois na vida adulta. O autor afirma que nesse processo, o cuidado pode ser visto como parte de uma relação como fonte de proximidade, zelo e atenção com o outro. Ou seja, são funções diferentes, mas que estão ligadas pelo aporte emocional de cada sujeito.

A palavra cuidado pode ser atribuída a vários quesitos das relações humanas, mesmo aquelas mais básicas como alimentação e higiene. Dessa forma, o vínculo seria uma extensão, um prolongamento mais profundo do cuidado meramente instintivo que ultrapassaria o desejo de cuidar. Daí, podemos dizer que o cuidado e o vínculo estão relacionados ao sentimento de amor que cada sujeito possui por alguém como objeto amado, conforme Bowlby (2006).

A temática do cuidado e vínculo afetivo foram discutidas nesse trabalho levando em consideração as experiências de vida, família e trabalho dos educadores, as falas foram interpretadas e discutidas levando em consideração o que pensam da sua atuação como profissionais e de que forma o vínculo se estabelece na relação com a criança. Uma vez, que suas relações sociais se tornaram fundamentais para se pensar os tipos de ligação afetiva fornecidas pelos educadores em seu ambiente de trabalho. Cabe esclarecer que os educadores se posicionaram sobre dois aspectos, um deles em relação a importância do

vínculo no acolhimento e outro que eles acreditam ser um vínculo afetivo. Sobre esses pontos, a educadora Claudia relatou o que seria um vínculo afetivo para ela.

Eu acredito que varia de pessoa pra pessoa, né? De educador para educador, é? É... De sentimento pra sentimento, né? Porque na verdade a gente não pode, é, ter aquele aquela afeição, aquele sentimento, é? Porque são crianças que só passam, né? E até porque são crianças que até mesmo, são de outras famílias, é? E a gente não pode ter assim, aquela afeição. Mas existe sim um carinho, uma afeição muito grande, né? (Claudia, 232 anos, 2 meses de serviço de acolhimento)

A fala da educadora está pautada na possibilidade de criar vínculos e não saber como lidar com tal sentimento ou que o mesmo se torne algo fora do que ela acredita ser necessário no cuidado com as crianças. A educadora afirmou que cuida dos acolhidos, mas que esse vínculo ela tenta segurar para não sofrer depois que as crianças forem embora, como ela diz: “Que a gente se dedica tanto que as vezes a gente sofre, a gente sofre um pouco, né? Quando, quando as crianças vão embora a gente sofre muito. Tanto os bebês quanto os maiores.”

Sobre esse processo de criação de vínculos e o cuidado que as crianças recebem na instituição, Golin e Benetti (2013) apontam que há uma grande tendência dos educadores em não criar o vínculo afetivo com as crianças, se privando de aproximar-se delas por conta do sofrimento que podem vir a sofrer futuramente. O cuidado foi descrito como algo institucional, que é fornecido independente dos sentimentos que se possa ter por uma ou mais crianças e que elem sente uma afeição por elas.

Na entrevista realizada com a educadora Claudia, a mesma afirmou que fornece todos os cuidados necessário para o desenvolvimento das crianças, desde o alimento ao

banho. Ou seja, ela atribuiu ao cuidado apenas questões formais, como discutido anteriormente, e acredita que esses são os fundamentais. Abreu (2010) e Golin (2010) apontam que o cuidado pode ser uma proposta mais abrangente do que os cuidados fisiológicos. É necessário um contato mais íntimo e afetivo com a criança, para que ela se sinta segura na presença do outro. Pois, a criança registra o olhar do outro sobre ela, o zelo e a segurança que esse sujeito pode fornecer. Em outras palavras, cuidar é algo simples em comparação à constituição de um vínculo, o qual não se escolhe ter e por quem se terá.

Para os educadores, a rotina no trabalho e as funções desempenhadas por eles já são considerados fatores de ligação entre criança e eles próprios. O dia-a-dia acaba sendo um elo de vinculação, afirma a educadora Nazaré: “Bem, eu acho que só pelo fato da gente tá no dia-a-dia com essas crianças, não tem como a gente não criar esse vínculo. A gente cria mesmo.” Essa fala da educadora nos faz observar que afetivo é o que Bowlby (2006) chama de processo de vinculação, onde o sujeito cria o vínculo sem precisar de uma linha de direção organizada. Por isso, o autor diz que não se escolhe de forma consciente. Corroborando com essa ideia, Moura (2012) observou que o educador e a criança criam o vínculo por meio da identificação estabelecida na relação diária, dependendo do educador proporcionar a proximidade com a criança. Como diz a autora, “quem não pega, não se apega” (Moura, 2012).

Ainda sobre a fala da educadora Rena, a mesma alegou que o convívio diário com uma criança acaba oportunizando esse processo de criar um vínculo afetivo. Mas na verdade o convívio fortalece o sentimento que surge da relação (educador-criança), a qual ela (a educadora) se permite criar um novo sentimento, assim também como um novo ambiente de desenvolvimento para a criança, uma vez que a instituição de acolhimento infantil pode favorecer toda e qualquer relação que a criança possa ter nesse espaço

(Cavalcante, 2008). É nesse sentido que Bowlby (2006) afirma ainda que não é consciente a formação de um vínculo afetivo. Esse artifício ocorre em nível inconsciente, considerando também a história de vida do sujeito que está se permitindo, nesse momento, criar uma nova relação. Por isso, a educadora diz: “a gente cria mesmo.” Essa fala também nos faz pensar sobre a importância desse sentimento para o desenvolvimento psicológico de uma criança, que em muitos casos sofreu violência psicológica, maus tratos etc. Esse vínculo surge como uma possibilidade de novos laços e nova rede de significados para a criança. Além de contribuir para uma nova relação entre criança e educador.

Sobre o criar vínculos, o discurso dos educadores nem sempre esteve pautado na afetividade como algo apenas sentimental. Tiveram educadores que buscaram conceber o vínculo afetivo ligado ao cuidado formal e ao sentimento de proteção. A percepção dos educadores esteve sempre pautada na possibilidade de criar vínculos, pelo fato de não ser possível não criar um sentimento na relação com as crianças. Os educadores afirmaram ainda que a convivência possibilita a criação e manutenção dos sentimentos ligados ao cuidado com as crianças dentro da instituição. Para alguns educadores, o vínculo afetivo é fundamental para a promoção de um bom trabalho com as crianças. Pois, elas precisam se sentir amadas, afirmaram. Nesse sentido, Golin (2010) observou que os educadores buscam criar vínculos para suprir as faltas e as angústias das crianças. Moura (2012) afirma que a criança também busca esse amparo na figura do adulto para sentir-se mais próxima de uma referência, de alguém que possa, naquele momento, atribuir sentimento na prática de cuidado. Por isso, os educadores afirmaram que o vínculo ajuda no trabalho com as crianças, mesmo sabendo que haverá um dia de separação.

Desse modo, o vínculo afetivo foi observado por eles como se fosse impossível cuidar e não se vincular, fortalecendo, assim, o processo de ligação entre ambas as partes.

Para os educadores, o cuidado está diretamente ligado ao vínculo, como uma só coisa. Pode-se observar na fala de Antônio.

Bem, é, vínculos afetivos pra mim é, é quase é, como é, quase uma questão de proteger. Pra mim é proteção. Pra mim é tá atento, é tá junto, né? Valorizar, né? É tá atento à todos os detalhes a tudo o que tá acontecendo com a criança, né? É tá protegendo da melhor forma possível, é tá observando, é tá atento. Acho que isso é vínculo afetivo, é querer fazer as coisas né? É, com amor, fazer com, com, é com humanização, ser mais humano. (Antônio, 53 anos, 24 anos de serviço de acolhimento)

O educador concebeu o vínculo afetivo como uma proposta de cuidado que se torna importante para a relação com a criança, da necessidade de oferecer o melhor de si, o cuidado mais atencioso possível para aqueles que estão nesse momento precisando de afeto e cuidado. Observa-se, também, que na fala dos educadores, a percepção de vínculo afetivo está ligada à proteção. Nesse sentido, Bowlby (2006) afirma que o sentimento de proteção, zelo e segurança são os principais sentimentos atribuídos a uma prática saudável de formação de vínculos.

O autor diz que para que a criança crie esse sentimento de segurança, ela precisa ser sustentada em uma base segura, que pode ser fornecida por um pai, mãe ou cuidados substitutos, o que é o caso dessa análise onde as crianças são cuidadas por sujeitos não familiares. Como observou-se na fala da educadora Kátia, quando a mesma diz.

Com certeza. Isso aqui não é uma coisa, é mecânico. Você olha, você gosta e ponto. Né simplesmente dizer pra mim: Darling você não pode gostar, porque isso é um trabalho e você não pode gostar de nenhuma criança. É claro que você

tem que gostar! Que se não você não vai fazer um trabalho bem feito. (Kátia, 21 anos, 4 meses de serviço de acolhimento)

Com isso, a educadora acredita que o cuidado oferecido por ele deve ser o melhor, o mais atento, o mais humano e com possibilidades de fazer a criança se sentir amada e protegida. Também sobre essa proteção e esse sentimento de cuidado, houve educadores como o Paulo, que afirmaram: “Vínculo afetivo. Seria um sentimento. Um sentimento não comum. Significaria um gostar mais, uma espécie de gostar mais firme. Mas, mais sólido.” Para ele, o vínculo não deve ser uma prática normal no ambiente de trabalho. O mesmo disse em sua entrevista que o vínculo deve ser bem trabalhado no adulto, pois se houver muito sentimento essa prática pode ter dificuldades de controlar o que é trabalho do que é afeto.

Observa-se que o educador tem essa visão, ancorada na possibilidade de sofrer quando a criança sair da instituição. O mesmo ainda disse: ... “Porque se a gente se vincula muito, a criança confunde as coisas e depois vai sofrer junto com a gente.” Sobre esse ponto, pode-se interpretar como proteção por parte dos educadores. Golin e Benetti (2013) observaram, em seu estudo, que os educadores também buscavam não criar vínculos com as crianças como forma de proteção para si mesmos, alegando que essa privação seria para proteger a criança. Segundo esse estudo, o processo de vinculação não foi visto como necessário no trabalho dos educadores. O que se pode observar foi a importância, na visão dos profissionais de que o vínculo afetivo tem importância para o desenvolvimento psicológico da criança, já que na instituição os adultos são referência para elas.

Corroborando com essa ideia, Golin (2010), Calcing e Benetti (2014) afirmam que o vínculo torna-se fundamental para a saúde mental de crianças que ainda estão em

formação de identidade e personalidade, as autoras apontam que a privação do vínculo por parte dos educadores pode prejudicar o desenvolvimento delas, assim como colaborar para o surgimento de psicopatologias infantis que terão desdobramentos futuros na vida adulta.

Sobre a formação dos vínculos na infância e posteriormente na vida adulta, Bowlby (2006) discute a ideia de que a vinculação seria um processo inerente ao sujeito. Porém, se o adulto tiver dificuldades de fornecer esse sentimento, a criança sozinha não o fará, afirma o autor. Para o autor, o vínculo parte de uma junção de sentimentos que serão direcionados à figura do adulto, em que a criança emitirá sinais de comportamento em direção a alguém. O adulto, por sua vez, não pode temer vincular-se, pois a relação deve fluir de forma inconsciente e não racionalmente. O educador deve criar o afeto de forma natural, fornecendo amparo e cuidados a essa criança, de forma que ela se sinta assistida por ele, se apegue e crie o vínculo. Porém, nem sempre esse processo ocorre dessa forma. Ainda há a dificuldade de formar esse laço em alguns casos, pois os educadores criam a ideia de privação nessa relação. Essa ideia pode ser observada na fala do educador Paulo, quando diz.

Não deixar que, que esse vínculo deixa que a gente forneça o que tem que ser fornecido pra criança. Ou seja, impor o limite adequado, saber que essas crianças não são nossos filhos e que um dia elas vão embora, infelizmente, felizmente vão voltar pras suas casas ou pra outras casas. (Paulo, 25 anos, 1 ano 3 6 meses de serviço de acolhimento)

Nessa fala, fica clara a racionalidade do educador em relação à criação dos vínculos afetivos no ambiente institucional. Essa privação colabora de forma negativa para uma criança de seis anos de idade, uma vez que a mesma está em processo de

amadurecimento e não entenderá o sentimento de medo e insegurança entre ela e o outro que cuida dela.

Esse conceito do “não criar sentimento no acolhimento” por medo de sofrer, foi tema do estudo de Moura (2012), a autora retrata de forma lúdica que “quem não pega, não se apega”, como forma de demonstrar a importância do vínculo afetivo na relação com a criança pequena. A autora afirma que na analogia infantil, o adulto se torna peça fundamental para a formação do imaginário, da fantasia e do amor que receberá em seus primeiros meses/anos de vida. Assim como a criança se lança nessa relação, o adulto também deveria criar essa firmeza no sentimento e fornecer o que seria de mais importante, o cuidado, o afeto e o amor. Bowlby (2006) aborda que o vínculo seria uma paixão entre as partes e que o sentimento de apaixonar-se dura tempo ilógico no psiquismo infantil, pode durar anos, meses ou semanas, dependendo da forma com que a criança enxerga a relação com o adulto. Nesse sentido, privar o sentimento em direção a criança pode causar danos irreparáveis a ela.

A educadora Mary também aponta essa percepção sobre até que ponto o educador deve ou não criar sentimentos relacionados ao cuidado com as crianças.

É, eu acho assim, até um certo ponto. Porque você não pode criar esse laço afetivo com a criança ao ponto de dizer... ah, a criança saiu daqui adoecer, tem pessoas que se apega tanto a criança que já pensa que é o filho. Então a gente tem que saber, a gente tem que ser profissional nesse ponto, entendeu? (Mary, 40 anos, 1 ano e 6 meses de serviço de acolhimento)

A educadora deixa clara sua visão de que as crianças não são filhos e sim que estão sendo cuidadas provisoriamente. Ela acredita que esse cuidado se for estendido pode prejudicar a relação profissional entre as partes envolvidas. Em outro momento, a

educadora afirmou: “Então, esse vínculo eu acho muito importante até pro desenvolvimento deles.” Podemos observar que não se trata de não ter afeto pelas crianças, mas por uma tentativa de privar-se do sentimento que pode ser prejudicial (na visão da educadora) se for maior do que o afeto trocado no acolhimento de forma profissional. Golin (2010) e Moura (2010) discutem a ideia da relação afetiva como importantes para a criança nessa fase, porém a educadora coloca o processo de “adoecer ou se desligar da criança” como fatores que podem ser difíceis para ela, que mesmo na vida adulta não se sente preparada para tal desligamento quando ocorrer. Evidente quando a mesma diz: “Tem gente que se apega tanto que já acha que é filho”, segundo ela, esse método pode ser danoso a ela, por isso a mesma se mostrou cautelosa com seus sentimentos. Alexandre e Vieira (2004) apontam que esse laço afetivo não ocorre apenas da figura do educador para a criança, e sim de criança para criança também. Elas se aproximam e buscam amparo umas nas outras para suprir certos medos e carências no período de acolhimento e esse sentimento serve ainda como suporte para que se minimize a dor do afastamento familiar.

Com isso, sustenta-se a hipótese de que a educadora supracitada acredite que não seja saudável essa proximidade com a criança, de modo que ela possa sofrer por não receber o afeto como de uma mãe. A mesma demonstrou receio de se deixar ser chamada de mãe e ressaltou: “eu não possuo filhos.” Com isso, o sentimento materno ainda não é uma vivência na sua atuação com as crianças.

Em outra linha de pensamento, a educadora Rena afirma que o vínculo não pode deixar de existir na relação com a criança e, mais que isso, diz ser impossível de não ocorrer: “querendo ou não a gente cria um vínculo com eles.” Dessa forma a mesma indaga ainda.

Não, não tem como. Principalmente criança, né? Que é todo aquele carinho. Tem criança que tem... o mais carinhoso aqui é o José, que tem paralisia cerebral. Todo tempo é beijando, é cheirando, é carinho... É importante e é, é complicado, né? Com certeza a pessoa cria um vínculo, um carinho um afeto com a criança.  
(Rena, 55 anos, 18 anos de serviço de acolhimento)

Seria impossível não criar esse vínculo, diz a educadora ao afirmar que, por se tratar de crianças pequenas, o afeto surge de forma mais transparente. Calcing e Benetti (2014) pontuam que o afeto pode ser concebido como regulador para a saúde mental de crianças e que o psicológico infantil é desenvolvido a partir desses primeiros contatos em que a mãe geralmente se torna papel fundamental nessa relação. Ou seja, os cuidados maternos promovem a saúde mental dos filhos.

Mesmo que os educadores tenham percepções diferentes e alguns tenham apontado a importância desse vínculo para a criança como algo inerente e saudável, também detectou-se outros conceitos sobre isso, levando em consideração o trabalho formal na relação com as crianças e não sobressaindo o vínculo afetivo como maior ponto de referência, pode-se observar na fala do educador Jussimar: “o vínculo só o trabalho em si, a to trabalhando pra ganhar o meu ganha pão. Não pode, isso não pode acontecer. Esse vínculo ele tem que acontecer aqui, e esse, essa importância.” Aqui pode-se observar que a visão do educador está diretamente ligada a formalidade e atuação profissional, ao fato de não poder estender os sentimentos na instituição, pois esse ambiente é visto como seu trabalho e não como uma extensão de casa. Moura (2012) afirma que esse movimento de privação de sentimentos é caracterizado também pelas histórias de vida dos sujeitos em questão. Alguns deles não tiveram nenhum tipo de referencial afetivo em suas casas, na

relação com seus pais e familiares. Desse modo, pode-se entender o porquê do bloqueio criado na relação com as crianças, onde enxergam o ambiente como apenas de trabalho.

Mesmo que o cuidado seja uma profissão na visão de alguns educadores, uma grande parte dos entrevistados (sete dos 10) alegou que seria tarefa quase impossível não se vincular afetivamente com as crianças, como diz a educadora Nazaré.

Eu, eu penso que não. Não tem como a gente não criar, entendeu!? Você está no dia-a-dia aqui, você está cuidando dessa criança. Eu acredito, eu, eu que não tem como a gente não criar esse vínculo. (Nazaré, 53 anos, 32 anos de serviço de acolhimento)

Na mesma linha de pensamento, afirma a educadora Rena e Rita, respectivamente:

É importante e é, é complicado, né? Com certeza a pessoa cria um vínculo, um carinho um afeto com a criança / Sim. Porque se não tiver o amor, o afeto é complicado de trabalhar, porque eles são crianças e precisam devido é, a essa situação que eles estão, né? (Rena, 55 anos, 18 anos de serviço de acolhimento), (Rita, 39 anos, 2 anos e 6 meses de serviço de acolhimento)

Com isso, Bowlby (2006), Golin (2010) e Golin e Benetti (2013), dialogam sobre a importância do vínculo nos primeiros anos de vida como fundamentais para a constituição da vida adulta. Assim como discutem a referência dos cuidados substitutos, como fonte primordial no desenvolvimento socioemocional dessas crianças. Na percepção dos educadores, o vínculo se apresenta como algo fundamental, também, na relação estabelecida dentro do ambiente institucional.

Em análise, alguns educadores afirmaram a dificuldade de criar e manter esse vínculo com as crianças, dificuldade de criar o apego, em que muitos se mostraram imparciais e, até mesmo, bloqueados para tal experiência. Em relação a isso, Bowlby (2006) afirma que a construção dos relacionamentos interpessoais está diretamente ligada às nossas experiências iniciais de vida. O autor aponta que se um adulto apresenta dificuldades de relacionamento, afetividade e formação desses vínculos, pode-se supor que na sua infância a formação, manutenção e rompimento desses vínculos também tiveram seus problemas. Mesmos que não seja regra para todo ser humano passar por esse processo, que interfere diretamente na relação com os demais em sua volta, esses educadores podem ter sofrido privações afetivas no seu desenvolvimento ao longo da vida, o que interfere nessa dinâmica da vida adulta como diz Bowlby, pois são as experiências passadas que nos constituem em sociedade.

### **6.2.2 Apego e cuidado.**

A seguir a discussão será pautada na relação que pode ser constituída entre crianças e educadores nas instituições de acolhimento. Como os educadores concebem a relação de apegar-se a alguém cuidado por eles e de que forma esse cuidado está direta ou indiretamente ligado a construção desse processo de apego. Levou-se em consideração a proximidade e as percepções dos educadores sobre o que é apegar-se a alguém, as experiências institucionais dos profissionais e os sentimentos ligados nessa relação de cuidar do outro.

Não tem como dizer que a gente não cria, né? Então a gente cria sim esse vínculo, a gente tem às vezes o apego maior a algumas crianças, né? E, a gente se apaixona não tem como. (Nazaré, 53 anos, 32 anos de serviço de acolhimento)

A fala da educadora Nazaré aponta o que o apego pode proporcionar em uma relação, até que ponto esse sujeito percebe o sentimento que está relacionado ao gostar, pois, segundo a educadora, se existe o apego, existe uma paixão.

Se a discussão sobre vinculação afetiva deu margem para se pensar até que ponto o vínculo afetivo torna-se importante na vida de um sujeito em formação psíquica, o apego também pode ser descrito como uma das funções de desenvolvimento psicológico para crianças pequenas. Pois, em outras palavras, toda relação começa de uma paixão, diz Bowlby (2006). Esse termo “paixão” foi descrito pelo autor como o primeiro estágio do sentimento. Essa terminologia aponta que a formação de uma base segura para o desenvolvimento infantil só pode ser considerada saudável com a disposição da criança e do adulto em criar um vínculo afetivo ou apegar-se de forma sólida e natural.

Na fala dos educadores sobre apego e relação de cuidado com as crianças, os mesmos indagaram que sentem sim um sentimento diferente e que muitas vezes não sabem explicar como. A educadora Rena quando indagada sobre apegar-se a uma criança, disse.

Na instituição sim. A maioria, mas tem aquele que a gente se apega mais, né? No meu caso é a Vitória. Ela tem, ela chegou aqui com dois meses, ela tá com seis. E me apeguei muito a ela e o João que foi embora. Ele chegou aqui com seis meses e quando ele foi já tinha dois (anos). É difícil (risos e mostrou-se emocionada com lágrimas nos olhos). (Rena, 55 anos, 18 anos de serviço de acolhimento)

Essa questão citada pela educadora evidencia que a relação de apego é uma forma mais profunda de gostar, pois ela diz que gosta de todas, mas que teve um carinho especial por duas crianças especificamente. Essa relação pode ser caracterizada como

uma relação de apego, sendo que a criança precisa demonstrar a mesma disposição para com o adulto. Com isso, Abreu (2010) aponta a relação de apegar-se a alguém como forma de não se sentir desamparado do outro, pois esse outro se constituirá no nosso imaginário como uma base segura, um amparo ao qual busca-se. Dessa forma, apegar-se a alguém pode ser observado em ações, as quais foram descritas por Bowlby (2006) como as ações de comportamento, que no caso das crianças acolhidas institucionalmente, esses comportamentos seriam emitidos em direção a um educador específico. Pois, o apego é visto pelo autor como uma relação de aproximação com o objeto amado e desejado.

O educador Jussimar afirmou que busca trabalhar o vínculo afetivo como formalidade da sua função de educador. Porém, ao falar do sentimento de apegar-se a alguma criança, de criar uma relação mais próxima e amável com uma delas, o mesmo disse: “É, a gente se apega sim. São crianças de dois, três meses, de um ano. Fica aquele sentimento, né? Ressalto, agradável, bom, a gente sempre tem assim um, uma afinidade com alguma criança.” Observou-se que o educador associa o apego a um sentimento. O mesmo vê diferenças nesses dois tipos de sentimentos. Pois, para ele, ter uma relação de mais afeto por uma das crianças ou como preferência, como alguns autores dizem, não necessariamente seja um vínculo afetivo.

Com relação a isso, o educador disse que gostar é um sentimento diferente, sendo o apego algo comum a sua prática, algo que ele mesmo já sentiu quando citou sua experiência no acolhimento. Ou seja, ele acredita que o apego existe porque é normal. O vínculo seria uma escolha. E mesmo que a educadora Rosa não tenha expressado de forma abrangente esse conceito de vínculo e afeto, a mesma disse que para ela: “É ter carinho, é ter carinho com as crianças. Aqui no caso, né? é ter carinho com as pessoas em geral. Vínculo afetivo inclui carinho, né?”

Nessa perspectiva, Abreu (2010) traz a reflexão do apego como um sentimento do adulto, direcionado à criança pequena e ao contrário do que citou a educadora acima, o vínculo afetivo existe de forma natural ao sentimento humano e não como uma escolha. Já o apego, segundo Alexandre e Vieira (2004), Golin (2010) e Moura (2012) se torna viável se ambas as partes apresentarem afinidade ao sentimento que vem com a demonstração de comportamento, sendo que para isso, ambos precisarão estar em sintonia no ambiente. Dessa forma, o que faz a criança criar uma disposição de apego em direção a esse alguém são os comportamentos emitidos por ela e observados pelo adulto, assim como aceitos por ele.

Na relação estabelecida entre o educador e a criança, os laços são estendidos a um nível emocional, comportamental e até de ambiente de convivência, alargando para outros lugares em que a criança se sentira protegida. Esse convívio pode ser visto na fala da educadora Claudia, quando relata.

A sim, já me apeguei. Já apeguei tanto, em várias crianças que até assim, né? Final de ano, natal, ano novo assim, o Juiz libera pra, pra levar, passar Natal, passar ano em casa, né? Então a gente também, a gente é liberado pra fazer esse tipo de, da assim uma, um carinho no natal. Inclusive eu já levei crianças pra passar natal em casa, passar ano novo, passar o final de semana. Crianças assim que a gente se apega mesmo, né? São crianças que passam tanto tempo com a gente que se apega. Tem aquele carinho por ele, né? Aí a gente já transmite esse já muito forte por ele que acaba, que acaba a gente levando né? Ah, vou levar esse – Ah vou levar aquele – Não, vou levar aquele – Vou levar aquele que deixa eu mais com ele, né? Gosta mais, tem mais carinho, mais afeto por ele. E isso.  
(Claudia, 32 anos, 2 meses de serviço de acolhimento)

Pode-se observar o afeto transmitido pela educadora em direção às crianças que ela cuida, que ela permite que estejam em lugares como o ambiente familiar (sua própria casa). E com isso, inferir que, levar a criança para passar um natal, um fim de semana, estreita ainda mais os laços de afetividade. O apego surge não só pela emissão do comportamento em direção a essa educadora, mas também pela qualidade do cuidado oferecido. A postura da educadora nos pensar até que ponto essa relação pode ir, até onde vai a dimensão do afeto, que pode ou não beneficiar uma criança acolhida.

Levar uma criança para casa pode oferecer mais amor, faz ela se sentir bem? Essas são perguntas que não se pode responder de forma clara, pois tratam-se de sentimentos e estes são, conforme Bowlby (2006) e Sroufe (2008), uma forma de expressar o que se sente pelo outro de forma subjetiva, em que cada um o fará como fora ensinado e vivido ao longa da sua jornada de vida. Sendo assim, não vale julgar se esse laço que se estendeu para fora da instituição favorecerá ou não a criança em seu processo de acolhimento, pois, para ela talvez essa seja uma das poucas oportunidades de resgatar um laço familiar, mesmo que seja uma vez por ano, no natal ou em fins de semana.

Sobre isso, de acordo com a educadora Kátia, a criança aprende a gostar da relação de proximidade criada entre ela e seu cuidador, naquele espaço de desenvolvimento. Na percepção da educadora, a criança gosta de estar livre para brincar em outros espaços, conviver com a família dela no natal e um fim de semana em uma família, que não será a sua para sempre, mas que será naquele momento, que poderá gerar um apego especial por aquela criança, como a mesma afirma.

Todas! Todas eu sempre me apego. Já cuidei de crianças e que hoje eu sou amiga dos pais, frequentarem minha casa, ela (a criança) me chamava de mãe, até um

ano. Hoje ela já está com cinco anos e continua frequentando minha casa. (Kátia, 21 anos, 4 meses de serviço de acolhimento)

Com isso, observamos que se os laços se estenderem para o ambiente familiar, a educadora acredita estar colaborando para o resgate de bons momentos para a criança. A mesma afirmou que os acolhidos se sentem bem em estar numa nova família, que os acolhe e oportuniza momentos de descontração e alegria. Disse, ainda, que é impossível não sentir afeto por elas e isso fica evidente em sua fala, quando diz que os sentimentos ajudam na tarefa de cuidar: “Ajuda e muito! Eu não posso maltratar uma criança. Principalmente crianças, repito, com vários traumas. Eu tenho sim que trata-las com muito carinho.” Com isso, a postura adotada é uma só, cuidar, afirma a educadora.

Sobre esse cuidado familiar e a importância desse afeto, do apego criado na relação entre criança e educadora, pode-se observar que não se trata apenas de um ambiente institucional ou de uma casa que está ali para acolher a criança. Guedes e Scarcelli (2014) retratam o acolhimento na infância como uma medida protetiva que não visa, apenas, retirar a criança de uma situação de risco e, sim, acomodar a mesma a uma situação mais favorável ao seu desenvolvimento, no sentido de promover saúde em várias esferas. Essa assistência pode ser emitida em momentos de rupturas afetivas entre os genitores e seus filhos, o que ocasiona uma dificuldade da criança criar novos laços afetivos dentro da instituição que a receberá. Daí a importância da interação entre a criança e seu educador, uma vez que a mesma terá que viver e resgatar sentimentos importantes para o seu desenvolvimento psicológico e social, criando uma laço afetivo com seus pares de referência na instituição, apegando-se a eles e a outras crianças também (Golin, 2010).

O apego, segundo Sroufe (2008), é uma ferramenta de ligação de vínculo afetivo, que pode ser vista em comportamentos da criança em direção ao adulto e essa formação de afetividade ocorre no dia-a-dia, em ambientes diversos e em contexto de relacionamento proximal entre criança e sujeito.

Essa relação de apego e construção de vínculos afetivos pode ser descrita como formação de um sentimento que deve ser mantido próximo e intenso até que ambas as partes se sintam seguras, já que em comparação ao adulto, a criança ainda não sabe lidar com seu controle emocional. Diferente dos adultos que podem “escolher” não se apegar, a criança não possui esse mecanismo de defesa aprimorado. Por isso, a criança, segundo Bowlby (2006) identifica a figura que pretende se apegar, demonstrando esse apego em comportamentos direcionados, tais como: jogar um objeto em direção ao outro, sorrir face a face com ele, chorar na sua ausência e alegrar-se na presença, tornar frequente a necessidade de estar junto, e a promoção do contato visual e tátil são norteadores para a construção desse apego. Pois, ocorre por meio da interação que a criança estabelece com o outro, lembrando que quanto mais interação social essa criança possuir, maiores as chances dela se apegar a uma pessoa.

Com isso, os educadores demonstraram criar o apego pelas crianças levando em consideração a convivência com elas, suas experiências familiares e a vivência no ambiente institucional. Os educadores afirmaram ainda que o apego ocorre como algo natural, normal no seu trabalho, da mesma forma que se apegam às pessoas de casa, no ambiente familiar, acreditando que a relação que estabelecem na instituição favorece a manutenção dos vínculos afetivos com as crianças. Os mesmos associaram o apego como uma base que constitui as relações no ambiente de uma família, por exemplo, e, por isso, no acolhimento não seria diferente.

Pode-se observar na fala do educador Paulo a sua compreensão de apego como sendo algo inerente, de base familiar.

A gente cria sentimentos, a gente chama até de filho, bebezinho ai ó, eu peguei um bebezinho com uma semana de vida ele veio pra cá, a gente dá, dava o leite, a gente cria um sentimento, é impossível não criar. (Paulo, 25 anos, 1 ano e 6 meses de serviço de acolhimento)

Essa fala evidencia o cuidado familiar como sendo base de experiências para os educadores atuarem na instituição. Já que muitos deles afirmaram ter aprendido a cuidar de criança nessa relação de trabalho e que, muitas vezes, não cuidaram de seus filhos quando pequenos. Antônio disse.

A minha filha eu tenho cuidado, protejo etc e tal... E assim também como as crianças daqui. Eu acho que elas têm que ter esses cuidados também, né? Tem que ter esse carinho, tem que proteger, tem que, é, essas crianças daqui elas são filhos, né? Mas a gente tem uma relação. A gente acaba se apegando mesmo e tal, se envolvendo, se doando. (Antônio, 53 anos, 24 anos de serviço de acolhimento)

O educador relacionou o apego as suas experiências familiares. Disse que não há a possibilidade de não criar esse vínculo com a criança acolhida, pois há uma forte lembrança de seus filhos em casa e na possibilidade de cuidar das crianças da instituição como sendo a sua prole.

Nesse sentido, Alexandre e Vieira (2004) apontam que os cuidados iniciais a qualquer pessoa são provenientes de uma relação, uma ideia de família, de lar. Os estudos de Golin e Benetti (2013) também corroboram com a ideia de que o ambiente familiar é

o primeiro registro inconsciente da criança para suas futuras interações. A partir do que já foi vivido pela criança em suas experiências, esta se comportará com seus pares de referências. Bowlby em sua obra “Formação e rompimento dos laços afetivos (2006) cita o exemplo de uma mãe, sentada na cama afagando seu filho ainda bebê e que por segundos ela lembra que esquecera uma panela de água quente no fogo, dá um salto da cama onde estava e sai em direção à cozinha para desligar o fogo. A criança naquele momento vive a eminência de perda, de separação de sua mãe, que ficará registrado em seu inconsciente como uma marca. Mesmo que essa mãe retorne a cama e segure seu filho novamente, ela já efetivou um registro ameaçador nas experiências iniciais da criança.

Esse exemplo pode ser relacionado ao fato dos educadores fornecerem o cuidado às crianças como sendo um cuidado familiar em alguns momentos. Entende-se que o cuidado familiar inclua esse tato diferenciado, a forma de chamar a criança de filho e intervir na educação de forma mais livre do que se espera fazer dentro da instituição. Dessa forma, pode-se entender que se torna uma forma de compensar alguns de seus devaneios no cuidado com seus filhos. Daí, a convicção dos educadores de que o vínculo afetivo e o apego são peças que ajudam no cuidado das crianças dentro da instituição, pois as lembranças dos cuidados aos seus filhos se misturam aos cuidados fornecidos na instituição, outrora como forma de reparo. A educadora Rita retrata essa questão do vínculo, como importante para o cuidado e também como sendo uma referência familiar para as crianças, por isso ela justifica que se apega a elas.

Sim. Porque quando a gente tem o afeto, a gente vai cuidar melhor. Tudo vai ser bem melhor, né? Porque a gente tem o amor e o sentimento, né? De carinho pelas aquelas crianças e o trabalho com certeza com qualquer trabalho com dedicação, com carinho, com amor, sai muito melhor... O serviço, todos os funcionários. Passam a ser praticamente um, uma família pra eles, afinal de contas eles estão

dentro de uma casa. A gente passa essa questão do afeto pra eles. Eu acho importante ter o afeto, sem o afeto a gente não consegue trabalhar com crianças. (Rita, 39 anos, 2 anos e 6 meses de serviço de acolhimento)

Essa referência familiar surge da necessidade da criança se sentir amada e, com isso, buscam criar seus referenciais por meio do apego a um educador (Moura 2012), o qual cuidará das suas faltas e angústias. Geralmente, aquele que é mais atencioso, mais próximo e que demonstra um sentimento diferente, acaba se tornando a figura de apego à criança. Bowlby (2002) afirma que a natureza do vínculo e a constituição dos comportamentos de apego estão ligados a essa afinidade de que os sujeitos podem criar em relação a uma criança. No caso da educadora Rita, a mesma deixou claro o fato de não existir a possibilidade de não apegar-se, pois eles, os educadores acabam se tornando uma figura de família para a criança. Isso gera na criança um sentimento de segurança, descrito por Sroufe (2008) como fundamental para o sentimento de apego por alguém.

Nesse sentido, a educadora Rita também relatou que se apega a essas crianças e esse apego não parece ser apenas dela pelas crianças e sim recíproco.

Muitos já. Muitos... Passei por muitas crianças, muitas crianças passaram por aqui e ainda estão e com certeza a gente cria um vínculo maior com aqueles que vêm mais. Mas, assim, eu procuro ver todos iguais aqui. Dar o carinho igual pra todos. (Rita, 39 anos, 2 anos e 6 meses de serviço de acolhimento)

Nessa fala observamos que a educadora não somente vê a passagem das crianças pela instituição. Disse ainda que já passou por várias crianças, como um atravessamento de sentimentos e de cuidado. Pode-se dizer que ao passar pela vida de delas a educadora se percebe contribuindo na vida dessa criança. Moura (2012) aponta que esse apego, por

parte do educador, deve acontecer por motivos naturais, do desejo de cuidar do outro para que ele se desenvolva nas condições do ambiente. A educadora percebeu que a relação estabelecida com as crianças tem sido positiva, amorosa e importante para o desenvolvimento delas. Pois acredita que não há a possibilidade de não criar esse vínculo, esse apego. Afirma ainda que “só se a pessoa for muito seca pra não ter esse, não dar um pouco de carinho e a atenção.”

Sobre o sentimento de apego, a educadora Mary acredita que o sentimento existe e que deve ser controlado, observado pelo sujeito para que não prejudique a estadia da criança na instituição. Essa afirmativa está contida na fala da educadora quando diz.

Olha é assim, eu não me apeguei ao ponto de, é não querer deixar ir pra casa dos pais. Me apeguei normal. Eu como educação infantil to fazendo educação infantil, eu tenho um, eu tenho uma coisa que, digo não se apegar, mas tenho um carinho, tenho carinho pelas, é... é querendo ou não a tem umas crianças que são mais próximas da gente. (Mary, 40 anos, 1 ano e 6 meses de serviço de acolhimento)

Do ponto de vista da educadora, se apegar é um sentimento comum e natural, mas não pode interferir na saída da criança, quando voltar para seu lar de origem ou outros ambientes. Ela compreende o apego como algo “normal” e que deve ser controlado por ela mesma, na sua prática profissional. Nesse sentido, Bowlby (2002) aponta a natureza desse apego como natural, direcionado e inconsciente entre os membros dessa relação, que não necessariamente precisa querer se apegar e, sim, se dispor e se manter aberto a uma nova relação.

Ele afirma, ainda, que numa relação onde possam ter várias crianças, por exemplo, o adulto poderá criar um sentimento mais próximo apenas com uma dessas

crianças. Não será regra que ele goste de todas do mesmo jeito. Pode-se observar esse movimento na continuidade da fala da educadora Mary.

Não que a gente trate as outras diferentes, mas a gente tem um vínculo mais com umas, entendeu? Eu falo aqui da pequenina Letícia (nome fictício), entendeu? que eu do a comida, eu dou o banho, eu fico com ela e eu tenho esse carinho por ela. Não ao ponto de dizer assim “ah, você não vai pra sua mãe” não. Graças a Deus assim, vou ficar feliz por ela, entendeu? porque é a mãe dela. (Mary, 40 anos, 1 ano e 6 meses de serviço de acolhimento)

A educadora justificou o sentimento que sente pela menina Letícia (nome fictício), relaciona que o sentimento surgiu do cuidado que teve pela criança desde sua entrada na instituição. Nesse sentido, a criança também apresentou um tipo diferente de sentimento em direção aos cuidados recebidos por Mary e, com isso, os sentimentos que estavam ao nível do cuidado, se tornaram um vínculo afetivo, uma relação de apego como descrito por Abreu (2010), quando afirma que o sentimento de afeto é comum a todo ser humano. Para o autor, o apego é caracterizado como uma forma de ligação que excede o sentimento de gostar e passa a ser uma ligação mais firme, como diz Bowlby (2006) é amar. Trata-se de uma relação mediada pelo inconsciente do sujeito, moldada por comportamentos específicos e direcionados ao outro. Essa relação não visa segregar o outro do seu convívio com as demais pessoas, pelo contrário, busca introduzir o sentimento de segurança e afeto que faz a criança ou o adulto valorizar a relação estabelecida.

Essa condição pode ser observada na fala da educadora citada Mary: “Não ao ponto de dizer assim ah, você não vai pra sua mãe, não. Graças a Deus, assim, vou ficar feliz por ela, entendeu? porque é a mãe dela.” Esse trecho mostra que, mesmo com o

sentimento de apego pela criança, a educadora busca conter até que ponto pode criar esse laço emocional. Pois, trata-se de uma relação mediada pelo trabalho e pelo lado racional também. Assim, os educadores buscam criar o sentimento de forma que não sofram quando o desligamento surgir, sendo que esse movimento é impossível, segundo eles.

Mesmo que o sofrimento faça parte dessa relação de desligamento entre educador e criança, os sentimentos construídos ao longo do tempo são de suma importância para o desenvolvimento psicológicos de todas elas, assim como para o fortalecimento dos próximos laços constituídos na família de origem ou adotiva. Com isso, a criança deve aprender a lidar com seus sentimentos de perda, angústia e privação de afeto. Bowlby (2006) afirma que na infância, um dos erros cometidos pelos pais são as formas encontradas por eles de ensinar a criança a lidar com a morte, por exemplo. O autor cita o exemplo da perda para mostra que todos aprendemos a lidar com a insegurança de perder alguém, com a dor de não ter mais o objeto amado, quando nos oportuniza viver a perda real do que se foi. Mentir não traz benefício, faz a criança criar a fantasia de ter de volta algo que não fará mais parte do seu convívio. A melhor forma de aprender a perder o que amamos é conviver com o luto do que se foi, na perspectiva de amar de novo e continuar na saudade pelo que não existe mais, afirma o autor.

Com isso, Bowlby (2006), Calcing e Benetti (2014) salientam um ponto importante de discussão sobre a saúde mental de crianças em desenvolvimento psicológico e afirmam que a mentira sobre a perda de objetos amados na infância pode criar psicopatologias. Já que a perda não será vivenciada no cenário real da criança, podendo, assim, criar a fantasia de que o outro ainda estará por perto. Porém, isso não as ensina a viver o luto do que se foi.

Sendo assim, o desligamento, a perda e a ausência também são sentimentos cotidianos que todo sujeito aprende a conviver, seja ele pela saída de quem amamos do

ambiente de acolhimento ou pela morte de alguém. Cabe lembrar, que esse sentimento deve ser trabalhado em ambos os sujeitos (criança e educador). Golin e Benetti (2013) afirmam que os educadoras buscavam estratégias para não sofrer esse desligamento afetivo no acolhimento institucional. A forma encontrada pelos profissionais foi a busca de não criar sentimento de afeto pelas crianças, o que as autoras chamaram de privação de sentimentos. Esse movimento ocorreu na intenção de não se prender ao outro, na eminência de não sofrer quando ele se ausentar do convívio institucional

Desse modo, observou-se que a privação pode prejudicar a construção e manutenção de vínculos afetivos das crianças em acolhimento institucional (Calcing e Benetti, 2014; Golin e Benetti, 2013).

### **6.2.3 Sentimentos ligados ao desligamento da instituição.**

No discurso dos educadores, em relação aos sentimentos ligados ao desligamento, observou-se que são criados sentimentos de afeto com as crianças, pois o afastamento delas de seus familiares tornam a relação educador criança mais próxima e acolhedora por parte de alguns. A percepção dos educadores foi diversificada e alguns se emocionaram ao falar de tais experiências vividas nessa profissão. Pois, segundo eles, a saída das crianças traz um sentimento de vazio e, até mesmo, de desconhecimento, pois muitos afirmaram que se preparavam para esses momentos, mas na hora da saída a emoção bate e não controlam o que sentem. Pode-se verificar tais sentimentos a partir da fala da educadora Rita.

A gente sente, pelas crianças, mas assim, a gente sente porque não vai mais ter aquela criança, mas no mesmo momento a gente sente alegria, porque aquela criança está sendo reintegrada a uma, sua família ou a uma outra família e ao mesmo tempo que a gente sente triste, fica alegre, porque essa criança está saindo daqui e ela não pode ficar a vida toda aqui e ela vai ter ali uma nova chance de tá na sociedade, de tá na família, e graças a Deus eles vão, a gente fica feliz.

Sente, né? As vezes lembra, mas sabe que eles estão bem. Isso que é importante.

(Rita, 39 anos, 2 anos e 6 meses de serviço de acolhimento)

Observar-se um sentimento ambivalente, em que a tristeza de perder se mistura com a felicidade de deixar ir aquela criança para o seu lar de origem ou lar substituto. Esse discurso por parte dos educadores foi visto em múltiplas falas citadas nesse eixo temático, pois, a prevalência da tristeza-felicidade foi vista várias vezes, de várias formas. No caso da educadora Rita, a mesma se ampara no fato de saber que essas crianças estarão em lugares melhores do que a instituição. Mesmo que ela afirme que o acolhimento seja um lugar que ajuda a criança a resgatar vários vínculos afetivos, a mesma deixa claro que nada pode ser melhor do que um lar de verdade. Sendo assim, a tristeza foi observada no discurso, mas a felicidade foi o sentimento mais evidente na fala da educadora, ao dizer que:

A gente sente triste, fica alegre, porque essa criança está saindo daqui e ela não pode ficar a vida toda aqui e ela vai ter a ali uma nova chance de tá na sociedade, de tá na família, e graças a Deus eles vão, a gente fica feliz. (Rita, 39 anos, 2 anos e 6 meses de serviço de acolhimento)

Sobre o processo de saída da criança de uma instituição de acolhimento, Brito (2014) aponta fatores relacionados a esse desligamento como sendo importante. Mesmo que autor aborde a reinserção familiar como tema central do seu trabalho, o mesmo verificou também que na saída das crianças, os educadores buscam suporte uns nos outros, vivenciam a saudade como forma de ligação entre eles e as crianças ausentes (Brito, Rosa & Trindade, 2014).

Para que a criança tenha bom relacionamento no novo espaço familiar, vale ressaltar a importância das relações estabelecidas dentro do contexto institucional, entender que a interação entre ela e seus pares de referência tornam-se importantes para o seu desenvolvimento criança-educador (Cavalcante, 2008). Com isso, o cuidado deve ser a base de segurança para a criança nesses espaços, pois é um momento de transição entre a instituição e o futuro lar onde essa criança estará um dia.

Esse pensamento corrobora com a ideia de que os educadores sentem-se felizes ao ver a criança retornar para sua casa, pois, nos discursos deles, todas elas merecem essa chance de viver com os pais. Essa ideia fica evidente na fala da educadora Mary: “Eu me sinto assim, fico com saudade sim, mas também fico feliz porque eles vão pro lar, estão voltando pro lar deles ou quem sabe pra um até melhor. Então, pra mim é, é uma, é assim eu fico muito feliz.” Nesse trecho, a fala da educadora aponta a saudade como um dos sentimentos mais frequentes nesse processo de desligamento. Ela diz que se sente feliz, pois as crianças estarão em um lugar melhor e isso gera felicidade. Golin e Benetti (2013) afirmam que não há desligamento sem sofrimento no espaço de acolhimento institucional, mesmo que os educadores busquem um preparo para esse momento, o sofrimento acaba sendo um dos marcos desse processo. Vale ressaltar, que as autoras não apontaram o sofrimento como sendo apenas nocivo para os educadores que ficariam sofrendo pela perda de alguém. Elas entendem que o desligamento faz parte da profissão e da realidade dos educadores. Alguns vivenciam mais esse sofrimento e outros buscam encarar como sendo um de vários que ainda presenciarão.

Esse modo de enxergar a dinâmica de desligamento entre educador e criança, pode ser uma forma de amadurecimento profissional para esses educadores que lidam todos os dias com a entrada e saída de crianças em um espaço de convivência. A educadora Mary afirmou que querer que a criança fique para sempre na instituição seria

um desejo dela, mas que no fundo ela sabe que não pode ser assim, ela sabe que outras crianças ainda precisarão dos cuidados dela e do carinho que pode oferecer. Afirma que:

Eles foram embora aí acabou o trabalho, não. É por sentir, eu não posso ser egoísta que eles fiquem todo tempo perto de mim. Eu quero que eles tenham um lar, entendeu? Eles precisam disso pra eles ou com a família ou com uma família até melhor. (Mary, 40 anos, 1 anos e 6 meses de serviço de acolhimento)

Observa-se a ideia exposta sobre a importância de continuar o trabalho em prol dos que ainda precisam do cuidado institucional dos educadores, pois o trabalho não acabou. Esse trabalho parece se estender para outros ambientes, segundo os educadores, sejam em suas casas ou no próprio espaço de acolhimento, onde eles sentem a carência de muitas crianças que pedem para que eles fiquem, que brinquem mais, que brinquem aquele jogo, que carreguem no colo, joguem bola e, até mesmo, leiam uma história.

Pode-se observar que na percepção das educadoras, o desligamento institucional não acontece apenas na saída das crianças para um novo lar ou adoção. As mesmas vivenciam o desligamento diariamente, a cada fim de plantão de trabalho, elas sentem falta das crianças e as crianças também (Golin, 2010).

A educadora Nazaré apontou que a forma de saída da criança também pode influenciar no sentimento ligado a esse desligamento. Pois, se a criança for para um lar, com uma família, a educadora percebe que será bom par essa criança.

Com certeza. Olha eu vou ser muito sincera. Depende da situação que a criança sai daqui. A gente tinha, eu tinha um apego por uma outra criança, o João (nome fictício), e desde que ele veio pra cá ele já veio com uma, uma, provável mãe, né? Adotiva. Mas, gostei, gostava muito dele, mas fiquei muito feliz com a saída dele, porque, vi que ele saiu pra uma, uma família excelente que vai realmente

cuidar dele. Às vezes não fico tão contente quando eu vejo que a pesar de tá sendo feito esse retorno pra família. A gente não sabe se essa família realmente vai dar toda atenção e garantir todos os direitos que a criança necessita. (Nazaré, 53 anos, 32 anos de serviço de acolhimento)

A educadora afirmou que em seu tempo de trabalho na assistência à infância, passou por desligamentos que sempre causaram sofrimento, demonstrou segurança em lidar com essa dor, mas deixou claro que nunca é fácil. Sobre esse momento de desligamento entre educador e criança no acolhimento institucional, Silva e Neto (2012) afirmam que da mesma forma que um sujeito pode apresentar dificuldades no estabelecimento de vínculos afetivos, ele também pode apresentar dificuldades de desligar-se de um objeto amado. Para as autoras, vários elementos para a constituição desse vínculo tornam-se importantes, incluindo os referenciais maternos e paternos, fundamentais para a constituição psíquica de toda criança. Assim como aprende-se a nos ligar ao outro pelo afeto, deve-se também aprender a lidar com a nossa angústia pelo desligamento (Silva & Neto, 2012).

Porém, o que foi observado na fala de alguns educadores quando o tema retratado era o desligamento das crianças no período de acolhimento, tiveram aqueles que não passaram por esse processo ainda, mas que já buscaram subterfúgios para não se deparar com o luto, com a separação. A fala da educadora Kátia retrata esse processo: “Eu não quero passar por essa situação (risos) E isso vai acontecer amanhã e eu espero que eu já tenha saído daqui (risos) Porque a família vem buscar um acolhido, a família a nova família dele.”. A mesma não passou por essa separação e deixou clara a sua angústia, só de pensar em como será esse dia. Relatou que no dia posterior a minha visita, ela teria a notícia de uma criança que seria reinserida na sua família novamente e que esse

desligamento seria difícil para ela. Na percepção da educadora, a presença física torna esse desligamento ainda mais doloroso e, por isso, disse que não queria estar na instituição no momento do ocorrido.

Sobre o desligamento do laço construído entre educadores e crianças, pode-se observar que ocorre uma dificuldade de aceitar, pois os mesmos afirmam que a saída de uma criança será algo favorável ao seu desenvolvimento, mas os educadores acreditam que estão sendo até egoístas em “não querer que a criança saia”, que se desprenda dos cuidados oferecidos por eles ao longo do tempo de acolhimento. Essa dificuldade, por parte dos educadores, pode prejudicar a criança nesse processo de reinserção familiar, uma vez que a criança está em fase de criar novos laços e reforçar os antigos, que se perderam com a mudança de ambiente. Nesse sentido, Tinoco e Franco (2011) apontam que o luto vivenciado nas instituições ocorre pelo desligamento e quebra de laços afetivos estabelecidos entre crianças/crianças e crianças/educadores. Esse desligamento pode ocasionar problemas na vida dos educadores, que por lembrarem da saída de uma criança, da saudade que será sentida nesse momento, acabam levando o seu trabalho para o ambiente de casa, seja em pensamento ou, até mesmo, em sonhos. Haja vista uma mistura de sentimentos entre cuidar, oferecer afeto e executar esse trabalho como educador social, a fala da educadora Rena, retratou um sonho vivido por ela em um desses medos de perder alguém, quando indagada sobre a saída de uma criança

A gente sente falta, né? Principalmente, eu já acordei a noite desesperada. É que eu dormi, né? E falei: mãe cadê o João (nome fictício) que não tá aqui na cama? Eu pensei que eu tava, que eu tinha, tava fazendo o João (nome fictício) dormir e eu tinha cochilado. Aí acordei desesperada “mãe cadê o João (nome fictício)? – Que João (nome fictício) ,menina? – O José que levantou da cama eu tava fazendo ele dormi? – Não menina, tu tá em casa. – A tá! Até a gente sente uma

falta assim, quando a gente vai, a gente vai embora. Quando a gente sai no portão eles – não tia, não vai, fica mais um pouco, fica mais um pouco. Então a gente sente falta. É o dia todo, né? A gente chega 7:00 horas da manhã e sai 19:00 horas da noite. Sente falta sim. (Rena, 55 anos, 18 anos de serviço de acolhimento)

Essa fala nos faz pensar que o desligamento não ocorre apenas na saída definitiva das crianças, mas também quando elas estão fora da casa, quando os educadores voltam para suas famílias em mais um dia de trabalho. Mesmo que no outro dia, estejam de volta, a ausência ocorreu, por minutos ou horas e esse desligamento acaba causando uma angústia pela perda eminente nas crianças e também nos educadores que relataram sofrer quando veem as crianças no portão dizendo “não vai, tia, fica”. Silva e Neto (2012) salientam a discussão e enfatizam que a rotina dos educadores pode ser intensa para vivenciar tantos fatos durante o dia, de forma atemporal, não registra apenas essa ida rápida a um lugar como sendo por pouco ou muito tempo. Para a criança pequena, todo desligamento pode ser visto como definitivo e, nesse sentido, o educador também observa a criação dos vínculos como sendo fator eminente de desligamento no futuro. Com relação a educadora, talvez o medo de perder o José, tenha feito com que ela vivenciasse essa angústia em um sonho ou em qualquer momento considerado ameaçador para ela.

O fato de estar todos os dias na instituição ainda assim não garante que um dia não se desliguem de alguém, pois o trabalho realizado pelos educadores nesse espaço é considerado transitório e com tempo estimado em dois anos por contrato com a Prefeitura municipal. Por isso, observamos nas falas que alguns educadores buscam oferecer o melhor para essas crianças, no curto espaço de tempo que terão com elas. Isso faz com que haja profissionais dispostos a se apegar e criar vínculos e outros com maiores

dificuldades, apontando a felicidade de ver uma criança ir para casa e, ao mesmo tempo, sentindo tristeza de perder esse contato.

Mesmo que para muitos educadores esse processo de desligamento seja difícil, o sentimento ambivalente de ficar triste e feliz ao mesmo tempo, ainda é observado como prevalente nessa dimensão de sentimentos. A educadora Rita disse o que sentiu quando se afastou de uma criança acolhida e cuidada por ela:

A gente se dava muito bem. Aí foi o tempo dela ir embora, né? A gente chorou muito, né? mas era necessário a ida dela pra uma nova família. Então eu encarei isso com naturalidade até. Fiquei feliz, porque ela teve uma chance de mudar a história dela. (Rita, 39 anos, 2 anos e 6 meses de serviço de acolhimento)

Nessa fala, observa-se o sentimento de felicidade atrelado à dor de ter “perdido” alguém que fazia parte do nossa vida. A educadora disse que eles, os educadores, não podem ser egoístas ao ponto de não deixar a criança seguir seu caminho, onde os próprios educadores alegam ser melhor para essas crianças uma referência familiar com estrutura de família mesmo. Segundo Golin (2010) e Bowlby (2006), toda criança precisa de uma referencial contínuo de afeto, segurança e amor materno nos primeiros anos de vida. O autor defende a ideia de que o desenvolvimento infantil ocorre também por meio do que a criança vivencia, os traumas que enfrenta e as frustrações, que serão marcas em sua trajetória de vida.

Pode-se observar que eles buscam assegurar uma boa condição no cuidado com as crianças, tentando controlar seus impulsos e sentimentos no convívio do acolhimento. Os mesmos destacaram esse processo como fundamental para o desenvolvimento emocional delas. Da mesma forma que Silva e Neto (2012) abordam a importância desse cuidado e dos sentimentos entre educador e criança, para que se forme uma base segura na relação institucional.

Mesmo com o discurso dos educadores sobre preparar seus sentimentos ligados ao desligamento das crianças, do sofrimento vivido por eles em relação ao convívio com os pequenos da instituição, na iminência de um dia chegarem e não os encontrá-los mais ali, alguns educadores apresentaram, ainda, uma rigidez nesse quesito, como o caso da educadora Rosa, quando a mesma diz: “A gente tem que tá preparado pra esse momento, porque elas não vão ficar eternamente no espaço desse.” A educadora reflete um autocontrole sobre esse processo de desligamento, mas ao mesmo tempo demonstra sofrer pelo afastamento que será inevitável. Essa fala nos remete ao pensamento de que a educadora busca encarar com racionalidade, defesa de sofrer o desligamento. Por isso, alegou que a separação irá acontecer, pois não será eterno o acolhimento das crianças. Essa afirmativa corrobora a ideia de que a educadora Rosa pareceu ser alguém disposta a atuar na instituição como uma educadora e não como mãe das crianças. A mesma chegou a dizer que, mesmo que os sentimentos existam, eles devem ser controlados para não prejudicar o trabalho que elas fazem. E se apegar pode ser um processo ruim nesse cuidado, pois o sofrimento seria iminente.

Esse movimento de auto proteção e controle emocional também foi observado na pesquisa realizada por Golin e Benetti (2013), onde as autoras afirmaram que o sentimento de desligamento é um dos mais difíceis no ambiente de acolhimento institucional. Quando se trata dos educadores, eles sofrem pela falta da criança e também tentam se privar do afeto que seria oferecido por eles (educadores) na relação com os pequenos. Esse movimento serviria para diminuir o risco de sofrimento, após a saída das crianças da instituição. Porém, Moura (2012), Golin e Benetti (2013) e Calcining e Benetti (2014) alegaram que esse processo de privação para não sofrer, pode prejudicar a criança no seu desenvolvimento psicológico, pois a mesma sofreria uma perda de relação e vinculação afetivos que serão importantes para a promoção de novos vínculos no futuro.

Desse modo, não se apegar a essas crianças pode causar psicopatologias no seu desenvolvimento e, até mesmo, dificultar a condição de criar novos vínculos.

Mesmo que a instituição não tenha esse caráter de cuidar das crianças “para sempre” como alguns educadores relataram, os profissionais alegaram ser importante para o seu trabalho criar a consciência de que ali é um lugar temporário previsto em lei, onde essas crianças não estarão por muito tempo. A educadora Rosa diz: “a gente tem que encarar com naturalidade, porque aqui é um, um local que elas estão só de passagem, elas estão cuidando dos traumas delas. A gente tem que tá ciente que elas não vão ficar aqui pra sempre.” Pode-se observar que essa educadora busca controlar seu sentimento de apegar-se de fato a essas crianças, pois ela tenta encarar como um trabalho de tempo previsto, como o acolhimento já preconiza. Desse modo, a educadora diz que encarar esse processo com naturalidade pode ajudar a elas mesmas a não sofrer com a falta de uma criança, já estando ciente de que um dia elas irão sair da instituição. Silva e Neto (2012) apontam que a criação desses novos vínculos são como um movimento de reparação dos sofrimentos vividos pelos envolvidos nesse processo e isso pode amenizar ainda os desligamentos já ocorridos anteriormente, possibilitando novas relações. Porém, o que observa-se na fala da educadora Rosa é a tentativa de não criar o vínculo na iminência de não sofrer ao separar-se da criança, o que dificulta a relação da criança em manter-se próxima de um adulto. Pois, segundo Sroufe (2008), a relação afetiva preconiza uma disposição em oferecer o que se tem a alguém que está em busca do afeto.

Dessa forma, criar sentimentos pode melhorar a relação das crianças com seus familiares no retorno às suas casas, pode ainda oportunizar novos vínculos afetivos entre outras figuras que convivam com essa criança, como por exemplo, os próprios acolhidos. Sendo assim, mesmo que alguns educadores tenham dificuldades de lidar com seus sentimentos, de criar ou manter os vínculos com a criança, por terem medo de sofrer com

a sua saída, a afetividade pode promover bons resultados sociais para essa criança, pois, segundo Bowlby (2006), as relações futuras de um sujeito estão inteiramente ligadas as suas experiências infantis.

Mesmo que nos resultados dessa discussão tenham sido coletadas falas de educadores com dificuldade de criar e manter os vínculos com as crianças, houve educadores com sentimentos diferentes a visão de proteção contra o sofrimento. A este respeito, a fala da educadora Claudia explicita: “Eu me sinto quando as crianças saem da instituição, a gente se sente muito triste.” O sofrimento foi observado em mais de seis educadores entrevistados e alguns alegaram que nesse processo, o apego seria o causador de muita angústia ao ver uma criança sair da instituição: “A gente se apega, é um carinho muito forte que a gente sente por eles, principalmente quando eles passam muito tempo com a gente. A gente se apega muito.” Por isso, podemos inferir que o apego ocorre de forma espontânea pelos educadores, mesmo que esse movimento é consciente, a relação se estabelece e o sentimento passa a ser vivenciado na convivência. Com isso, a dor da separação acaba sendo sofrida.

Corroborando com a ideia de que a relação favorece o desenvolvimento da criança, Abreu (2010) alega que o apego pode realçar a relação de boas experiências da criança em um meio social de desenvolvimento. O autor defende a ideia de que a criança demonstra os sinais de afetividade e, ao mesmo tempo, cria um sentimento de segurança na relação. Nesse sentido, o apego que a educadora citou, mesmo sendo no desligamento com a criança, pode favorecer o vínculo por um outro sujeito, que se importava com ele, que oferecia muitas formas de cuidado.

No caso dos educadores, esse sentimento de cuidar para um dia passar pelo desligamento acaba sendo notório na fala deles e também alguns buscam lidar com esse sentimento de forma subjetiva, chorando, ficando alegre ou triste: “Aí a gente fica triste,

às vezes até chora um pouquinho, de saudade (risos) Mas depois, tem que ser assim, é nosso trabalho tem que ser assim.” Sempre com a consciência de que esse período do desligamento poderá ocorrer com qualquer um na instituição. Por isso, a tristeza e a felicidade se tornam sentimentos ambivalentes nessa mistura de “feliz-triste” de ver alguém que se gosta ir embora.

Voltar para a família de origem, após um período de acolhimento, acabou sendo uma das afirmativas positivas citadas pelos educadores. Para eles, ver a criança sair da instituição gera uma tristeza, um vazio por saber que “olha tá faltando alguém.” Porém, voltar para casa é uma felicidade, afirma o educador Antônio.

Fica um vazio dessa criança por um bom tempo, é... Eu sinto também. Fico sentindo. Mas por outro lado também, tem que ser profissional, por outro lado também a gente agradece, porque a criança vai pro ceio familiar. Principalmente quando vai, volta pra família a gente também fica feliz, né? Porque tá voltando pra família. (Antônio, 53 24 anos de serviço de acolhimento)

A fala de Antônio demonstra felicidade em saber que a criança voltou para casa e que isso poderá ser motivo de felicidade. Porém, esse processo de sentir-se bem com o desligamento parece ocorrer pelo fato de se tratar de um trabalho, ser profissional, agradecer pelo retorno daquela criança. De forma que, o educador frisou a importância de que a criança retorne ao seu lar de origem, como se esse fosse o melhor lugar para ela crescer.

Segundo Cavalcante (2008), a instituição pode se constituir espaço de promoção ao desenvolvimento biológico e psicológico para a criança. No entanto, o educador Antônio acredita que a instituição de acolhimento não é um lugar bom para a criança: “O abrigo não é um espaço pras crianças se desenvolver, as crianças estão aqui até por

algumas situação, né? Por o que aconteceu no percurso da vida.” Para o educador, a família de origem sempre será o melhor espaço de desenvolvimento para a criança.

Por mais que o sentimento de desligamento esteja associado ao sofrimento, os educadores apresentaram uma forma única de afirmar que se sentem felizes pela saída e ao mesmo tempo tristes. Pois, eles criam sentimentos de afeto e também de preocupação com o bem estar dessas crianças, ao ponto de não querer vê-las longe. O educador Paulo relatou:

Olha, a gente sente, é um sentimento egoísta, né? A gente se sente mal, porque a gente sente saudade, né? A gente sente um afeto pela criança. Mas eu me sinto feliz. Quando eu sei que aquela criança ela saiu pro melhor, pra um lugar melhor. (Paulo, 25 anos, 1 anos e 6 meses de serviço de acolhimento)

A saudade foi o sentimento mais notório nas falas dos entrevistados, em seguida o sentimento de felicidade em conjunto com a tristeza. Cavalcante e Corrêa (2012) apontam que a trajetória de vida e experiências na área do acolhimento acabam influenciando esse processo de controle do trabalho realizado pelos educadores nas instituições infantis. Para as autoras, cuidar vai mais além do que estar perto e ter atenção com as crianças. É preciso ter manejo, zelo, criar interação e deixar que o trajeto do trabalho realizado, seja com falhas ou não, não afete as crianças que naquele momento contam com todo o suporte oferecido pelos educadores.

Na fala dos educadores, em especial do Paulo, a visão de que nem sempre a separação pode proporcionar essa vida saudável para a criança ainda é angustiante para ele: “Quando eu sei que aquela criança ela foi pra um, por exemplo, ela saiu daqui pra outro abrigo, aí eu já me sinto mal. Porque eu não sei como ela vai ser tratada.” Esse sentimento por parte do educador gera um aumento de saudade, de zelo e até mesmo de

angústia para com os profissionais, que mesmo sabendo que a outra instituição poderá oferecer o melhor dos cuidados, nunca serão como os seus. Nesse sentido, não foi observado, na literatura, trabalho de autores que discutissem a ideia do desligamento como sendo algo traumático na vida dos educadores, nenhuma referência de que esse processo seja nocivo ao seu trabalho profissional.

A discussão está pautada na hipótese de que a ambivalência ainda é o sentimento mais frequente na visão dos educadores, quando uns acreditam que sair da instituição possa ser a melhor forma de uma criança crescer e viver bem. Outros alegam que o sofrimento ajuda na promoção de mais cautela com os próximos vínculos, com outras crianças. Como se o psiquismo ajudasse a criar uma proteção contra esse apego que ocorre na relação educador-criança. Como diz Golin e Benetti (2013), esse processo de não se apegar para não sofrer, acaba gerando problemas para as crianças que ainda estarão em desenvolvimento e nos adultos (educadores), já se espera um maior controle emocional para alguns casos. Desse modo, como afirma Golin (2010), a interação entre os dois sujeitos é fator essencial para o processo de relacionamento da criança com o mundo externo, seja por meio da família de origem ou família substituta.

Nesse contexto, onde a ambivalência é notória no discurso dos educadores, onde a felicidade e tristeza estão unificadas nesse desligamento de vínculos institucionais, a fala dos educadores gira em torno do que pode ser mais ou menos benéfico para a criança. Levando em consideração em que lugar ela estará e como será fornecido esse cuidado, observou-se que os educadores estão sempre preocupados na forma em que essas crianças estão indo para fora da instituição. Alguns apontam a adoção como uma das melhores formas de reinserir a criança a um novo lar, como no caso do educador Jussimar.

Olha, depende o modo de sair. Por exemplo, eu fiquei, tirei umas férias de 2 meses e voltei agora e tinha uma criança aqui que ela foi adotada e eu fiquei

muito contente, porque quando eu soube, né? Eu tive um contato com ela na época de saída, eu via o interesse e o amor que a pessoa nutria pela criança, e já era uma coisa significativa. Quando eu voltei, a criança saiu, né? Pra ir ficar com ela, pra ser adotada. Então é algo muito bom, é um sentimento que a gente sente de alegria. (Jussimar, 51 anos, 18 anos de serviço de acolhimento)

Essas experiências de separação, vividas pelos educadores do sexo masculino, apresentaram menos sofrimento do que os relatos das educadoras do sexo feminino. E mesmo que a discussão de diferenças de gênero não seja tema desse trabalho, vale ressaltar a discrepância entre o pensamento e alguns e de outros sujeitos entrevistados, em que os homens não apresentaram seus sentimentos como porta de entrada para as suas respostas. Já as mulheres afirmaram que o sofrimento é peça fundamental na separação com as crianças e que esse sofrimento está ligado não só pela separação de corpos entre educador-criança, mas também na ideia de que aquela criança faz parte de um cotidiano, de um investimento afetivo por parte de quem estava ali para cuidar sem a intenção de se apegar. De acordo com Abreu (2010), a figura do cuidado não está ligada ao externo, mas ao interno, as experiências de vida e relação estabelecida no seu desenvolvimento pessoal, que será peça fundamental para a promoção de saúde mental do sujeito, no caso a criança.

Com isso, a percepção dos educadores sobre os eixos trabalhados nessa pesquisa apresentou diferenças que nos fazem pensar na atuação profissional desses sujeitos, que estão na função de fornecer subsídios ao desenvolvimento de crianças pequenas. Seja por meio dos cuidados formais como higiene, alimentação, sono etc., seja na formação e rompimentos dos vínculos afetivos, que são importantes nessa fase da vida da criança. Vale ressaltar que os educadores apresentaram a noção de que estão numa profissão de fundamental importância para a vida das crianças em acolhimento e que esse trabalho

deve ser realizado da melhor forma possível, garantido não só os direitos previstos em lei, mas também a saúde emocional de todas as crianças.

## **7. Considerações finais**

O trabalho realizado nessa dissertação buscou analisar as percepções dos educadores sobre vínculos afetivos no cuidado de crianças em acolhimento institucional, levando em consideração fatores ligados a processos como: o acolhimento institucional, levando em consideração a interação educador-criança nesses espaços de convivência, o resgate da história de vida das crianças com a intenção de promover a interação delas em meio às adversidades vividas, o rompimento de vínculos afetivos dentro e fora da instituição, assim como a forma que os educadores concebem esses vínculos no cuidado com essas crianças que estão em desenvolvimento. Levando em consideração o distanciamento dos laços, que ocorreu na saída da criança do ambiente familiar com seus pais, vale lembrar que a família representa o primeiro ambiente de maturação dessa criança e se torna ponto de partida para a criação dos vínculos posteriores. Mesmo que seja um lar com dificuldades, a criança criará seu referencial a partir do que lhes foi ensinado no seio familiar. Por isso,

quando a criança passa a viver em um espaço de acolhimento infantil, com outras crianças e a figura de educadores, torna-se fundamental a formação e manutenção desses laços afetivos para o seu desenvolvimento psicológico.

Essa afirmativa de que a relação entre a figura do educador e criança será fundamental para o seu desenvolvimento, nem sempre está prevista na estrutura dos manuais de acompanhamento do serviço de acolhimento ou, até mesmo, na conduta dos educadores, os quais ainda se mostram presos a certos sentimentos no momento criar laços afetivos com essas crianças e essa dificuldade está diretamente ligada ao fato de que os educadores não recebem nenhum suporte para atuar com crianças pequenas, que demandam não só cuidados físicos, mas também de carinho, afeto e atenção.

Desse modo, observou-se que existe a ausência de capacitação direcionada aos educadores, no que diz respeito ao apoio psicológico para que consigam lidar com suas demandas emocionais e ajudar as crianças no que diz respeito ao afeto, vínculos e desligamento pós-acolhimento. Mesmo que a política de capacitação seja fundamental para se garantir um bom serviço profissional, o que observou-se, na prática, são educadores com carência desse serviço e suporte psicológico para se trabalhar com crianças pequenas, que necessitam de amparo afetivo.

Vale ressaltar que o processo de capacitação para profissionais de instituições de acolhimento está diretamente ligado ao que se pode ou não fazer na sua profissão e deixa carente o âmbito de como realizar um bom trabalho, como atuar nas demandas de cada criança, levando em consideração os seus sofrimentos, angústias e carências afetivas. Demandas essas, recebidas pelos educadores que na maioria das vezes não sabem lidar, pois, os mesmos não receberam esse suporte para lidar com os sentimentos das crianças, gerando dúvidas de como ampará-las.

Por isso, a investigação realizada por meio deste estudo teve como interesse conhecer como os educadores das duas instituições de acolhimento, da região metropolitana de Belém, concebem o vínculo afetivo nas suas práticas profissionais, no convívio com as crianças. Para isso, foram analisadas os relatos de educadores, que apontaram diversas concepções sobre o mesmo fenômeno. Constatou-se diferença entre o que significa acolher uma criança, já que para alguns o acolhimento serve para acolher a criança em risco social e devolvê-la em segurança e bons cuidados a sua família no futuro. Mesmo que a maioria não retorne no tempo considerado legal (seis meses de acolhimento), os educadores demonstraram interesse de cuidar dessa criança e promover mais saúde para o retorno com a família ou a adoção, fornecendo o cuidado como algo maternal/paternal, da mesma forma que cuidariam de um filho.

Alguns educadores trazem a concepção de que o acolhimento é uma medida de proteção de direitos dos acolhidos e esse processo não seria benéfico a ela, pois o local de desenvolvimento e cuidado para essa elas deveria ser sua casa. E mesmo que nas instituições o afeto não seja o principal elo de ligação entre crianças e educadores, esses profissionais entendem a necessidade de oferecer afeto a essas crianças num momento delicado como a separação da família de origem.

O trabalho de cuidar das crianças foi avaliado pelos educadores por meio da sua prática profissional, levando em consideração o que eles achavam da sua própria atuação e do seu potencial como educadores infantis. Sobre isso, alguns educadores avaliaram que sua atuação profissional era satisfatória em relação ao cuidado das crianças, pois levaram em consideração o carinho e o afeto que possuíam pelas crianças. Assim como, os cuidados fornecidos pelos educadores estiveram ligados a categorias diferentes. Aqueles que acreditam que cuidar seja uma forma de fornecer os cuidados básicos como: alimentar, dar banho, colocar para dormir etc. e outros educadores, com a ideia de que

cuidar significa ir além dos cuidados básicos, incluindo também o afeto, carinho, zelo e a criação de vínculos afetivos para ajudar no desenvolvimento das crianças.

Os resultados referentes ao que significa vínculo afetivo na percepção dos educadores, esse processo de vinculação ocorre no dia-a-dia, na atuação profissional de cada sujeito. E afirmaram que a criação do vínculo afetivo é peça fundamental para uma melhor atuação no cuidado das crianças em acolhimento institucional. Mesmo que alguns educadores tenham afirmado que o vínculo com a criança possa prejudicar a atuação profissional, já que esse afeto (na visão deles) cria um sentimento de sofrimento no desligamento deles com elas no dia da partida. Assim, percebeu-se que os educadores buscavam também não criar esse vínculo pelo medo e frustração de sofrer. Como um modo de proteção, os educadores disseram que criar sentimentos de afeto ajuda no cuidado, mas também faz com que sofram com a volta da criança para a família de origem ou adotiva.

Na percepção dos educadores, o afeto ajuda no cuidado, mas também atrapalha no rompimento afetivo e, por isso, acabam criando um sentimento de auto-proteção. Todos os educadores disseram ter se apegado a uma criança cuidada por eles e que esse apego se estendeu para os espaços de convívio familiar, como por exemplo, levá-las para passar o natal e passar datas comemorativas em suas casas.

Sendo assim, o apego citado pelos educadores ocorre no dia-a-dia, na promoção do cuidado a cada criança ou em especial a uma delas. Esse apego, segundo eles, também cria dificuldades de lidar com o processo de separação com as crianças na saída delas da instituição. O relato dos profissionais está diretamente ligado à condição de sofrimento vivida por eles no momento da separação e quebra dos vínculos afetivos. Os mesmos alegaram sofrer até mesmo nos dias em que o plantão acaba, onde eles se dirigem as suas casas para retorno 24 horas depois. E mesmo que esse retorno seja breve, a angústia vivida

pelas crianças e também pelos educadores acaba se manifestando em formato de sonhos, lembranças e até mesmo no choro.

Já na saída definitiva das crianças, os educadores alegaram que o sofrimento se mistura com um sentimento de felicidade, por ver que aquela criança estará de volta a sua família de origem ou para uma família substituta. Nesse sentido, alguns educadores afirmaram que o sentimento de egoísmo era notório no momento do desligamento, pois eles se apegavam tanto a criança, que não levavam em consideração a ausência delas um dia, chegando a pensar que “seria para sempre”.

De forma geral, pode-se observar que na fala dos educadores o sentimento de perda, sofrimento e angústia acabam sendo fatores traumático para a formação dos próximos vínculos constituídos por eles com outras crianças. Sendo que o sentimento de proteção do sofrimento passa a aumentar, conforme vivenciam outras perdas, enrijecendo, assim, o lado emocional e a constituição de novos vínculos afetivos com crianças que ainda virão a ser acolhidas na instituição.

Assim, por meio da experiência vivida ao longo desse estudo, foi avaliado que esse processo de “não se apegar, não criar vínculos para não sofrer” torna-se nocivo e prejudicial para o desenvolvimento emocional das crianças em acolhimento institucional, pois a literatura apontou que a formação e manutenção desses vínculos são fundamentais para o amadurecimento psicológico infantil e a dificuldade de criar e manter afeto pelas por elas, por medo de perdê-las pode trazer consequências traumáticas e psicopatológicas para as crianças.

Mesmo que as limitações existam para a realização dos estudos, esta dissertação contou com o apoio dos educadores para expressar suas concepções sobre vínculos afetivos na profissão de educador. A falta de capacitação e o pouco investimento na profissão puderam ser observados como fatores que dificultam os educadores de terem

mais conhecimentos sobre as políticas de assistência a infância, assim como, não prestar assistência psicológica faz com que os educadores não tenham com quem desabafar suas dificuldades e angústias frente ao trabalho exercido. Esse fator foi apontado como negativo, uma vez que o suporte emocional poderia dar subsídios aos profissionais, na tentativa de os deixar mais esclarecidos emocionalmente de si, além de aprender maneiras de dar suporte emocional a essas crianças também, já que se tornam responsáveis pelo desenvolvimento delas na instituição.

Dessa forma, como possibilidades futuras de novos estudos com essa temática, recomenda-se investir na capacitação e no acompanhamento psicológico (individual ou em grupo) dos educadores, o que pode minimizar o sofrimento vivido por eles perante a possibilidade de afrouxar o laço constituído com as crianças dentro e fora da instituição. Acompanhar esses profissionais poderá garantir um suporte necessário e fundamental para a saúde emocional dos envolvidos na tarefa de cuidar da criança. Assim, o apoio e conscientização podem fornecer condições aos educadores de lidar com as suas frustrações, perdas, dificuldades emocionais e, até mesmo, com os traumas já vividos em outras épocas de suas vidas, os quais fazem parte do repertório de experiências acumuladas ao longo dos anos na sua atuação dentro e fora do ambiente institucional.

## Referências

- Abreu, C. N. (2010). *Teoria do Apego: fundamentos, pesquisas e implicações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Alexandre, D. T., & Vieira, M. L. (2004). Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Revista Psicologia em Estudo*, 9 (2), 207-217. doi: 10.1590/S1413-73722004000200007.
- Bogdan, R., & Biklen, S. K. (1982). *Qualitative Reserch for Education: an introduction for to theory and methods*. Boston: Allynand Bacon.
- Barros, R. C., & Fiamenghi, R. G. A. (2007). Interação afetiva de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (5), 1267-1276. doi: 10.1590/S1413-81232007000500024.
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bowlby, J. (2002). *Apego: a natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (2006). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby J. (2006). *As origens do apego. Uma base segura: aplicações clinicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bowlby, J. (2006). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes (Originalmente publicado em 1969).
- Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), *Diário Oficial da União. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, atualizado com a Lei Nacional de Adoção (Lei 12.010, de 03.08.2009)*. Brasília: Distrito Federal.
- Brasil, *Relatório da infância e juventude - resolução n° 71/2011: Um olhar mais atendo aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País* (2013). Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.

- Brito, C. O. de, Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, 22 (2), 401-413. doi: 10.9788/TP2014.2-11.
- Calcing, L., & Benetti, S. P. (2014). Caracterização da saúde mental de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Psico*, 45 (4), 559-567. Recuperado em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/13629>.
- Cavalcante, L. I. C. (2008). *Ecologia do cuidado: interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituição de Abrigo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Brasil.
- Cavalcante, L. I. C., & Corrêa, L. S. (2012). Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 42 (146), 494-517. doi: 10.1590/S0100-15742012000200010.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, (25), 20-34. Recuperado em <http://www.ufpa.br/led/documentos/Institucionalizacaooprecoceeprolongadadecriancas.pdf>.
- Cintra, A. L., & Souza, M. (2010). Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal-estar e subjetividade*, (3), 809-833. Recuperado em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27117236006>.
- Corrêa, L. da S. (2011). *Concepções de desenvolvimento e práticas de cuidado à criança em ambiente de abrigo na perspectiva do nicho desenvolvimental*. Dissertação de

- mestrado. Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará, Brasil.
- Dell' Aglio, D. D., & Hutz, C. S. (2004). Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (3), 341-350. Recuperado em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n3/a08v17n3.pdf>.
- Dias, G. B. (2012). *Avaliação do desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional*, 2012. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará, Brasil.
- Santos, B. (2004). Cronologia Histórica das Intervenções na Vida de Crianças e Adolescente Pobres no Brasil (Do Infante Exposto ao Cidadão-Criança). *Revista Estudos da UCG*, 31 (nº especial), 11-43. Recuperado em: [http://bib.pucminas.br/arquivos/330000/332100/25\\_332185.htm](http://bib.pucminas.br/arquivos/330000/332100/25_332185.htm).
- Fonseca, C. (1995). *Caminhos da adoção*. São Paulo: Editora Cortez.
- Fonseca, C. (1993). Criança, família e desigualdade social no Brasil. In I. Rizzini (Ed.), *A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio* (pp.113-131). Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula.
- Golin, G., & Benetti, S. P. C. (2013). Acolhimento Precoce e o Vínculo na Institucionalização. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29 (3), 241-248. Recuperado em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v29n3/v29n3a01.pdf>.
- Golin, G. (2010). *A interação entre a criança abrigada e seu cuidador: o vínculo na institucionalização*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil.
- Guedes, C. F., & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26 (nº especial), 58-67. Recuperado em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/07.pdf>.

- Leite, M. M. (1997). A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In M. Freitas (Ed.), *História social da infância no Brasil* (pp. 17-50). São Paulo: Cortez.
- Magalhães, C. M. C., Costa, L. N., & Cavalcante, L. I. C. (2011). Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 21 (3), 1-14. Recuperado em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412822011000300008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412822011000300008)
- Marcílio, M. L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In M. Freitas (Ed.). *História social da infância no Brasil* (pp. 51-76). São Paulo: Cortez.
- Marcílio, M. L. (1998). *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, J. M. S. (2009). *Conhecimentos de Educadoras e Mães de Crianças Abridadas no Espaço de Acolhimento Provisório Infantil/EAPI acerca do Desenvolvimento Infantil*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal do Pará, Brasil.
- Marques, C. M. L., Cano, M. A. T., & Vendruscolo, T. S. (2007). A percepção dos educadores sociais de crianças em abrigos em relação ao processo de cuidar. *Serviço social & realidade, França*, 16 (2), 22-41.
- Motta, D. C., Falcone, E. M. O., Clark, C., & Magalhães, A. C (2006). Práticas educativas positivas favorecem o desenvolvimento da empatia em crianças. *Revista Psicologia em Estudo*, 11(3), 523-532. doi: 10.1590/S1413-73722006000300008.
- Minayo, M. C. S. (2010). *Pesquisa social*. Petrópolis: Editora: Vozes.

- Moura, G. G. (2012). *"Quem não pega, não se apega": o acolhimento institucional de bebês e as (im) possibilidades de construção de vínculos afetivos*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da USP, Brasil.
- Nogueira, P. C. (2004). *A criança em situação de abrigo: reparação ou re-abandono*. Distrito Federal: Universidade de Brasília.
- Priore, M. D. (1996). O papel branco, a infância e os jesuítas na Colônia. In M. Priore (Ed.), *História da criança no Brasil* (pp. 10-27). São Paulo: Contexto Editora.
- Pontes, F. A. R., Silva, S. S. C., & Magalhães, C. M. C. (2007). Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. *Aletheia*, (26), 67-79. Universidade Luterana do Brasil. Recuperado em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013567007>.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC- Rio.
- Rossetti-Ferreira, M C., Amorim, K. S., & Silva, A. P. S. (2004). Rede de significações: alguns conceitos básicos. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva, & A. M. A. Carvalho (Eds.), *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano* (pp. 23-34). Porto Alegre: Artmed.
- Serrano, S. A (2008). *O abrigo de criança de 0 a 6 anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Brasil.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Crianças e Adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (3) 407-415. Rec. Em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n3/a03v26n3.pdf>.

- Silva, M. R. C., & Neto, Z. G. S. (2012). *Perspectiva psicanalítica do vínculo afetivo: o cuidador na relação com a criança em situação de acolhimento*. Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho - ILES/ULBRA.
- Siqueira, A. C., & Dell' Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1), 71-80. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822006000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100010).
- Souza, B. D. R. R. (2010). *Reflexões sobre a experiência de acolhimento institucional*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil.
- Sroufe, A. L. (2008). Estabelecimento das primeiras experiências de apego em um contexto do desenvolvimento. In: G. Klaus (Ed.). *Apego da infância à idade adulta: os principais estudos longitudinais*. São Paulo: Roca.
- Teixeira, P. A. S., & Villachan-Lyra, P. (2015). Sentido de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. *Psicologia & Sociedade*, 27 (1), 199-2010.
- Tinoco, V., & Franco, M. H. P. (2011). O luto em instituições de abrigamento de crianças. *Estudos de Psicologia*, 28(4), 427-434. Recuperado em <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n4/03.pdf>.
- Veríssimo, M. (2001). *O olhar de trabalhadoras de creche sobre o cuidado da criança*. São Paulo: Escola de Enfermagem da USP.
- Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigamento: A importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12 (2), 01-14.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e método*. Porto Alegre: Bookman.
- Yunes, M. A. M., Miranda, A. T., & Cuello, S. E. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes

institucionalizados. In. S. H. Koller (Ed.). *Ecologia do desenvolvimento humano. Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 197-218). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Winnicott, D. (2007). *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed.

## Apêndice A: AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DO PARÁ: ROTINAS E PRÁTICAS DE CUIDADO

**Pesquisador:** Lilia Iêda Chaves Cavalcante

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 18184714.3.0000.0018

**Instituição Proponente:** Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará - ICS/ UFPA

**Patrocinador Principal:** CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 568.256

**Data da Relatoria:** 25/03/2014

#### Apresentação do Projeto:

Abebera-se em elementos históricos para apontar o fato de que crianças e adolescentes tem sido acolhidas em instituições "asilares" em face de condições sócio-econômicas, privando-os da convivência familiar e comunitária por longo período de suas vidas. O projeto em foco visa contribuir com o "debate em torno de características específicas desse ambiente institucional e da qualidade das relações que a criança, o adolescente na faixa etária de zero a seis anos, e os educadores que com ele lidam conseguem estabelecer entre si". Os sujeitos serão selecionados em seis regiões: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Guamá (RG), Região Caeté (RC) e Região do Tocantins (RT). Ressalta-se que este estudo terá acompanhamento e responsabilidade dos alunos e professores do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fritsa a Pesquisadora responsável que o trabalho teve início em 2004 e se consolidou a partir de 2008, sendo hoje redimensionado para envolver projetos organizados em torno dos seguintes eixos temáticos: crianças, educadores, corpo técnico, famílias e comunidade. Assim, com esta pesquisa visa-se dar relevo à discussão de aspectos presentes na definição do abrigo como contexto de desenvolvimento para crianças e adolescentes. Os estudos uma vez concluídos poderão oferecer um mapeamento dos serviços de acolhimento desenvolvidos nas microrregiões localizadas em pontos estratégicos do território paraense; um perfil das crianças e adolescentes

Endereço: Rua Augusto Correa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.  
Bairro: Campus Universitário do Guamá CEP: 66.075-110  
UF: PA Município: BELEM  
Telefone: (91)3201-7735 Fax: (91)3201-8028 E-mail: cepcos@ufpa.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 560.250

que vivem nas entidades de acolhimento presentemente; um quadro comparativo das rotinas e práticas nos distintos ambientes citados, a partir de critérios descritores da qualidade do cuidados. Assim, o estudo se apresenta como descritivo exploratório, do tipo transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados coletados através de questionários, de entrevista semiestruturada e descrição das rotinas e práticas de cuidado observadas no ambiente institucional.

**Objetivo da Pesquisa:**

Caracterizar instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e práticas de cuidados presentes em quatro regiões do Estado do Pará. Para tal, deve-se levantar e mapear as instituições de acolhimento das crianças e adolescentes e de suas famílias em situação de vulnerabilidade social; conhecer o perfil de tais cidadãos pelos fatores sociodemográficos e sociopsicológicos; descrever e destacar as rotinas e práticas de cuidados dos sujeitos da pesquisa. Em relação aos objetivos perseguidos ressalta-se a relevância da pesquisa uma vez que partindo do referencial teórico os asilados têm os seus direitos constitucionalmente garantidos justificando a execução do projeto em perquirir sobre os cuidados que lhes estão sendo dispensados.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O estudo se apresenta como descritivo exploratório, do tipo transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados coletados através de questionários, de entrevista semiestruturada e descrição das rotinas e práticas de cuidado observadas no ambiente institucional. Não há riscos de monta salvo o que possa decorrer do impacto da abordagem, dependendo sempre da atuação do pesquisador, todavia este pretende partir de uma ambiência como preparo para o início da coleta dos dados resguardando-se, sempre, o sigilo. Acerca do assunto o projeto não é omissivo posto que enfatiza que em face de "situação conhecida como de risco" serão tomados os cuidados para reparar as falhas ou os equívocos". Salienta-se que uma vez ocorrido o dano resultante do risco o dever é reparar. Assim, haverá mais benefícios do que eventuais riscos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa tem relevância posto que considera-se uma via de resgate da grande parcela da "jovem" desassistida - 41,6% da população, consoante índice apontado pelo pesquisador. Assim, há equidade, beneficência segundo expõe o projeto.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória atendem os requisitos da Resolução CONEP 466/12,

Endereço: Rua Augusto Cordeiro nº 01-SI do ICS 13 - 2ª and.  
Bairro: Campus Universitário do Guamá CEP: 68.075-110  
UF: PA Município: BELEM  
Telefone: (91)3201-7735 Fax: (91)3201-8028 E-mail: cnpcca@ufpa.br

Página 02 de 03

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 560.250

estando o TCLE adequado, a autorização e recomendação para a realização da pesquisa está de acordo com as exigências da norma supra citada.

**Recomendações:**

## Apêndice B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

### 1. DADOS DEMOGRÁFICOS

Nome \_\_\_\_\_ do(a)

entrevistado(a): \_\_\_\_\_,

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_ civil: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Quanto tempo na área do acolhimento institucional: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_ Possui filhos (se sim,  
quantos?): \_\_\_\_\_

### 2. QUESTÕES

- a. O que você pensa sobre o acolhimento institucional?
- b. O que você entende como cuidado à criança?
- c. Como você avalia a sua atuação no cuidado com crianças?
- d. Qual a sua concepção de vínculos afetivos?
- e. Você acha importante criar sentimentos de afeto pelas crianças que estão na instituição?
- f. Na sua concepção, criar sentimentos de afeto pelas crianças ajuda no cuidado com elas?
- g. Existe a possibilidade de não criar vínculos com as crianças?
- h. Você já se apegou a uma criança cuidada por você?
- i. Você cuida das crianças da mesma forma que cuidaria dos seus filhos (se tiver)?
- j. Na saída das crianças como você se sente?

**Apêndice C: GRADE DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E DIÁRIO DE CAMPO**

Grade de entrevistas

<b>Categoria Molar 1: Acolhimento e experiências de cuidado</b>			
<b>Participantes</b>	<b>Categorias moleculares</b>		
	<b>O acolhimento e medida protetiva</b>	<b>Cuidados formais e afeto</b>	<b>A referência familiar no cuidado</b>
Paulo	Eu entendo que o acolhimento institucional é, eu vejo como um mal necessário. Porque, eu acho que é uma coisa complicada pra criança que tá aqui sem a figura da família em si mesmo.	Razoável, razoável. Não me dar nota 10, mas eu tento fazer o possível pra dar, pra dar limites e ao mesmo tempo deixar que eles sejam criança, não tento ter deixar que entendam o que é certo o que é errado, até as vezes me acho um pouco chato, mas eu boto limites neles, pra eles né!? Mas eu tento brincar, conversar de noitinha eu conto histórias.	Eu tento, eu tendo, mas por incrível que pareça é mais fácil cuidar dum, dessa crianças do que do meu filho. Eu consigo colocar mais limites, educar de forma mais adequada eles, do que a minha própria filha. Eu não sei porque (risos...) mas eu consigo.
Antônio		Olha, é, pra gente, cuidar é proteção, é	

		proteger, é tá junto, é tá perto, né!?	
Jussimar	Olha, eu acho importante. Porque existe crianças como as nossas aqui que elas estão em situação de risco e totalmente desprovida de uma retaguarda. Então, o abrigo de zero a seis, ele serve como um, essa proteção, essa retaguarda.	O cuidar, ele requer um olhar. Um olhar especial. É... Eu como uma figura masculina, eu tenho que ter um olhar mais especial ainda. Porque, é difícil. Nós, é, os homens cuidar de crianças nessa faixa etária e eu digo que estou aprendendo, aprendendo com a colegas, é com, com, o cuidar que elas que elas tem que elas me passam a forma de segurar, o modo que a gente diz de mamada, que faz as mamadeira. Esse momento de trocar ou de higienizar a criança nós temos que estar desenvolvendo com isso, a gente tem que ter uma sensibilidade bem mais e também tem que gostar. Se a figura masculina ela não gostar de estar nesse local, ela não vai se sentir satisfeita.	É, os meus filhos eu ajudava, pegava no colo, é, é, até a fralda, mas, nunca se iguala. O modo que nós nos doamos aqui é muito mais intenso. Quando havia algo, por exemplo quando dava o banho, principalmente na menina, é, é, na nossa casa, existe assim: o homem não pode, né!? O esposo ele pode ajudar a pegar, vestir uma fralda, mas o banho não (risos...) aqui nós temos que dar o banho, né!? Nós temos que interagir. Mamadeira raramente eu dava mamadeira pro meu filho minha filha, aqui a gente tem que dar, tem que fazer o mingau, o leite, né!? E geralmente quem faz mais em casa, geralmente são as mulheres, as mulheres geralmente lidam. E eu tive que aprender muita coisa, porque eu não aprendi em casa.

			Elas podem me chamar do que quiser, porque é assim que elas se sentem bem, chamando de pai, tio etc...
Nazaré	Garantir todos os direitos, né!? Seja na alimentação, nos cuidados de higiene, na questão de, de atendimento médico, atendimento dental, odontológico, e um cuidado geral da criança já que nós estamos com essa criança sobre a nossa proteção aqui, né!?		
Notas de Diário de Campo (Nazaré)			“é sempre assim, brincam, brigam e depois pedem colo, que nem os meninos lá de casa”. Depois uma das crianças se aproximou de mim e disse: “parece meu o papai, o papai Noel e o meu pai também...”
Claudia	Então, é, eu acho assim, que as crianças que são acolhidas aqui, o objetivo é, é colocar elas novamente na família, né!? Depois, se não houver, é, assim, um, alguém da família, algum membro da família que tenha assim, um, tipo assim,		

	não tenha assim, é estrutura na família, ai sim, ai caso já é pra adoção, né!?		
Rita	Bem, o acolhimento institucional é uma coisa boa que veio pras crianças porque elas são retiradas num momento de risco né!?	Bem, o cuidado que a gente procura ter aqui com eles, é a questão da higiene, de dar a proteção, pra eles, não deixar que venha acontecer nada, Eu sou desdobrada aqui pra não acontecer nada com essas crianças e ter todo o cuidado de... da higiene, da alimentação, cuidado no sono deles, colocar pra dormi, dar banho, ter esses cuidados mesmo que uma mãe e as atividades pedagógicas, ajudar, orientar essas crianças nesse momentos que eles estão aqui.	Aqui eu cuido deles como se fossem filhos (risos...) dando amor e carinho e a atenção principalmente à eles como se fossem filho, né!? Até porque, eles, eu vejo e entendo que eles estão sem os pais nesse momento, então procuro passar, um pouquinho né!? O mínimo de afeto familiar. Eles tem a nossa figura como uma figura familiar.
Mary		Cuidar é, pra que eles não se machuque, eles, como é... eles não... Eles não fazem é, fazem algo. Porque essa idade devido os seis, sete anos dessas crianças daqui, elas tão se descobrindo, então a gente tem que ter muito cuidado, porque eles ficam se tocando, se pegando, entendeu? Fazendo coisas que é da idade	É assim, eu acho que criança tem que ser tratado tudo do mesmo jeito. Claro que tem coisas que a gente faz com o filho, acho que até melhor com os filhos dos outros dos que com os filhos da gente, porque os filhos da gente já dá uma puxadinha né? Já dá um puxãozinho de orelha. Uma

		deles, entendeu? Pra mim, o cuidar é isso e outros tipos, ver como é que tá a saúde, doença, entendeu?	criança dessas que é o nosso trabalho, a gente não pode fazer isso. Então, não é diferente. É diferente, aliás é diferente sim, o cuidador com certeza não é a mesma coisa. Isso eu to falando, porque eu sou mãe e não é a mesma coisas.
Rena	Querendo ou não a gente cria um vínculo com eles.		<p>Não possui filhos. Com certeza, né!? Mesmo porque a gente vê eles como filho aqui né!? Porque fica o dia todo. É do comer ao tomar banho. Com certeza criaria sim.</p> <p>Aqui a gente é mãe né. De manhã a gente acorda tem que levar pra escovar dente, tem que levar pra escola, se tiver doente tem que ir pro médico. Até dormir a gente tem que dormir com eles no hospital, é dar comida, dar banho. A gente é uma mãe aqui pra eles, né</p> <p>Muitas crianças chamam a gente de mãe. A gente tenta falar assim, não filho, não é mãe, é tia, né!? Ai eles vem com mãe, muitas vezes eles vê o</p>

			porteiro como pai ai a questão mais familiar e educacional que que a gente tem que levar eles pra escola né.
Kátia	Penso que é essencial pra sociedade. Primeiro que tratamos com crianças que passam por traumas, crianças em condições de risco e que, as instituições de certa forma fazem o intermédio pra chegar a uma família. Sejam parentes ou uma nova família,		Penso que até melhor. Porque, eu tenho que cuidar, eu vim pra cá pra cuidar de criança. Então eu tenho que cuidar bem.
Rosa		Cuidar da criança é, é uma, é um ser que necessita de cuidados, ela não pode se cuidar sozinha, né!? Pra tomar banho, ser, ser instruída, né!?	
<b>Categoria Molar 2: Vínculos, Cuidado e Sentimentos no Acolhimento Institucional</b>			
Participantes	<b>Categorias moleculares</b>		
	<b>Vínculos afetivo e cuidado (amarelo)</b>	<b>Apego e cuidado (lilás)</b>	<b>Sentimentos ligados ao desligamento da instituição (rosa)</b>

Paulo	<p>Vínculo afetivo, seria um sentimento. Um sentimento não comum. Um sentimento, mais, mais profundo. É uma pergunta que, que eu não sei te dar um conceito. Significaria um gostar mais, uma espécie de gostar mais firme, mais, mais sólido.</p> <p>Porque se a gente se vincula muito, a criança confunde as coisas e depois vai sofrer junto com a gente.</p> <p>Não deixar que, que esse vínculo deixa que a gente forneça o que tem que ser fornecido pra criança. Ou seja, impor o limite adequado, saber que essas crianças não são nossos filhos e que um dia elas vão embora, infelizmente, felizmente vão voltar pras suas casas ou pra outras casas.</p>	A gente cria sentimentos, a gente chama até de filho os menos, bebezinho aí ó, eu peguei um bebezinho com uma semana de vida ele veio pra cá, a gente dá, dava o leite, a gente cria um sentimento, é impossível não criar.	<p>Olha, a gente sente, é um sentimento egoísta né!? A gente se sente mal, porque a gente sente saudade né!? A gente sente um afeto pela criança. Mas eu me sinto feliz. Quando eu sei que aquela criança ela saiu pro melhor, pra um lugar melhor.</p> <p>Quando eu sei que aquela criança ela foi pra um, por exemplo ela saiu daqui pra outro abrigo, aí eu já me sinto mal. Porque eu não sei como ela vai ser tratada.</p>
Antônio	Bem, é, vínculos afetivos pra mim é, é quase é, como é, quase uma questão de proteger. Pra mim é	A minha filha eu tenho cuidado, protejo, etc, tal... E assim também como as crianças daqui. Eu	Fico sentindo “olha tá faltando alguém. Mas por outro lado também, tem que ser profissional, por

	<p>proteção. Pra mim é tá atento, é tá junto, né!? valorizar né!? É tá atento à todos os detalhes a tudo o que tá acontecendo com a criança, né!? É tá protegendo da melhor forma possível, é tá observando, é tá atento. Acho que isso é vínculo afetivo, é querer fazer as coisas né!? É, com amor, fazer com, com, é com humanização, ser mais humano, né!?</p>	<p>acho que elas tem que ter esses cuidados também, né!? Tem que ter esse carinho, tem que proteger, tem que, é, essas crianças daqui elas são filhos né!? Mas a gente tem uma relação. A gente acaba se apegando mesmo e tal, se envolvendo, se doando...</p>	<p>outro lado também a gente agradece, porque a criança vai pro ceio familiar. Principalmente quando vai, volta pra família a gente também fica feliz, né!? Porque tá voltando pra família.</p> <p>O abrigo não é um espaço pras crianças se desenvolver, as crianças estão aqui até por algumas situação, né!? Por o que aconteceu no percurso da vida.</p>
Jussimar	<p>O vínculo só o trabalho em si, a to trabalhando pra ganhar o meu ganha pão. Não pode, isso não pode acontecer. Esse vínculo ele tem que acontecer aqui, e esse, essa importância; né!?</p>	<p>É, a gente se apega sim. São crianças de dois, três meses, de um ano. Fica aquele sentimento, né!? Ressalto, agradável, bom, a gente sempre tem assim um, uma afinidade com alguma criança.</p>	<p>Olha, depende o modo de sair. Por exemplo, eu fiquei, tirei umas férias de 2 meses e voltei agora, e tinha uma criança aqui que ela foi adotada e eu fiquei muito contente, porque quando eu soube, né!? Eu tive um contato com ela na época de saída, eu via o interesse e o amor que a pessoa nutria pela criança, e já era uma coisa significativa. Quando eu voltei, a criança saiu, né!? Pra ir ficar com ela, pra ser adotada. Então é algo muito bom, é um</p>

			sentimento que a gente sente de alegria.
Nazaré	<p>Bem, eu acho que só pelo fato da gente tá no dia-a-dia com essas crianças, não tem como a gente não criar esse vínculo. A gente cria mesmo.</p> <p>Eu, eu penso que não. Não tem como a gente não criar, entendeu!? Você está no dia-a-dia aqui, você está cuidando dessa criança. Eu acredito, eu, eu ué não tem como a gente não criar esse vínculo.</p>	<p>Não tem como dizer que a gente não cria, né!? Então a gente cria sim esse vínculo, a gente tem as vezes o apego maior à algumas crianças, né!? E, a gente se apaixonou não tem como.</p>	<p>Com certeza. Olha eu vou ser muito sincera. Depende da situação que a criança sai daqui. A gente tinha, eu tinha um apego por uma outra criança, o Natanael, e desde que ele veio pra cá ele já veio com uma, uma, provável mãe, né!? Adotiva. Mas, gostei, gostava muito dele, mas fiquei muito feliz com a saída dele, porque, vi que ele saiu pra uma, uma família excelente que vai realmente cuidar dele. Às vezes não fico tão contente quando eu vejo que a pesar de tá sendo feito esse retorno pra família. A gente não sabe se essa família realmente vai dar toda atenção e garantir todos os direitos que a criança necessita.</p>
Cláudia	<p>Eu acredito que varia de pessoa pra pessoa. Né!? De educador para educador, é!? É....De sentimento pra sentimento, né!? Porque na verdade a gente não pode, é, ter aquele aquela afeição, aquele sentimento, é!?</p>	<p>A sim, já me apeguei. Já apeguei tanto, em várias crianças que até assim, né!? Final de ano, natal, ano novo assim, o Juiz libera pra, pra levar, passar natal, passar ano em casa, né!? Então a gente</p>	<p>Eu me sinto quando as crianças saem da instituição, a gente se sente muito triste, né!?</p> <p>A gente se apega, é um carinho muito forte que a gente</p>

	<p>Porque são crianças que só passam, né!? E até porque são crianças que até mesmo, são de outras famílias, é!? E a gente não pode ter assim, aquela afeição. Mas existe sim um carinho, uma afeição muito grande, né!? Que a gente se dedica tanto que as vezes a gente sofre, a gente sofre um pouco, né!? Quando, quando as crianças vão embora a gente sofre muito. Tanto os bebês quanto os maiores.</p>	<p>também, a gente é liberado pra fazer esse tipo de, da assim uma, um carinho no natal. Inclusive eu já levei crianças pra passar natal em casa, passar ano novo, passar o final de semana.... Crianças assim que a gente se apegam mesmo, né!? São crianças que passam tanto tempo com a gente que se apegam. Tem aquele carinho por ele, né!? Ai a gente já transmite esse já muito forte por ele que acaba, que acaba a gente levando né!? A, vou levar esse – A vou levar aquele – Não, vou levar aquele – Vou levar aquele que deixa eu mais com ele, né!? Gosta mais, tem mais carinho, mais afeto por ele. E isso!</p>	<p>sente por eles, principalmente quando eles passam muito tempo com a gente. A gente se apegam muito. Ai a gente fica triste, as vezes até chora um pouquinho, de saudade (risos...) Mas depois, tem que ser assim, é, nosso trabalho tem que ser assim.</p>
Rita	<p>Sim. Porque se não tiver o amor, o afeto, é complicado de trabalhar, porque eles são crianças e precisam devido, é, a essa situação que eles estão, n!?</p>	<p>Sim. Porque, quando a gente tem o afeto, a gente vai cuidar melhor. Tudo vai ser bem melhor, né!? Porque a gente tem o amor e o sentimento né!? De carinho pela aquelas crianças e o trabalho com certeza com qualquer trabalho com dedicação, com</p>	<p>A gente sente, pelas crianças, mas assim, a gente sente porque não vai mais ter aquela criança, mas no mesmo momento a gente sente alegria, porque aquela criança está sendo reintegrada a uma, sua família ou a uma outra família e ao mesmo tempo que a</p>

		<p>carinho, com amor, sai muito melhor.</p> <p>O serviço, todos os funcionários. Passam a ser praticamente um, uma família pra eles, afinal de contas eles estão dentro de uma casa. A gente passa essa questão do afeto pra eles. Eu acho importante ter o afeto, sem o afeto a gente não consegue trabalhar com crianças.</p> <p>Muitos já. Muitos... Passei por muitas crianças, muitas crianças passaram por aqui e ainda estão e com certeza a gente cria um vínculo maior com aqueles que vem mais. Mas assim, eu procuro ver todos iguais aqui. Dar o carinho igual pra todos.</p> <p>Só se (risos...) a pessoa for muito seca pra não ter esse, não dar um pouco de carinho e a atenção.</p>	<p>gente sente triste, fica alegre, porque essa criança está saindo daqui e ela não pode ficar a vida toda aqui e ela vai ter a ali uma nova chante de tá na sociedade, de tá na família, e graças a Deus eles vão, a gente fica feliz. Sente né!?</p> <p>As vezes lembra, mas sabe que eles estão bem. Isso que é importante.</p> <p>A gente se dava muito bem. Ai foi o tempo dela ir embora, né!? A gente chorou muito, né!? mas era necessário a ida dela pra uma nova família. Então eu encarei isso com naturalidade até. Fiquei feliz, porque ela teve uma chance de mudar a história dela. (Diário de campo da educadora Rita)</p>
Mary	É, eu acho assim, até um certo ponto. Porque você não pode criar esse laço afetivo com a criança ao ponto de dizer... ah, a criança saiu daqui adoecer,	Olha é assim, eu não me apeguei ao ponto de, é não querer deixar ir pra casa dos pais. Me apeguei normal. Eu como educação infantil to	Eu me sinto assim, fico com saudade sim, mas também fico feliz porque eles vão prum lar, estão voltando pro lar deles ou quem sabe pra um

	<p>tem pessoas que se apega tanto a criança que já pensa que é o filho. Então a gente tem que saber, a gente tem que ser profissional nesse ponto, entendeu?</p> <p>Então, esse vínculo eu acho muito importante até pro desenvolvimento deles.</p>	<p>fazendo educação infantil, eu tenho um, eu tenho uma coisa que, digo não se apegar, mas tenho um carinho, tenho carinho pelas, é... é querendo ou não a tem umas crianças que são mais próximas da gente.</p> <p>Não que a gente trate as outras diferentes, mas a gente tem um vínculo mais com umas, entendeu? Eu falo aqui da pequenina Vitória, entendeu? que eu do a comida, eu do o banho, eu fico com ela e eu tenho esse carinho por ela. Não ao ponto de dizer assim “ah, você mão vai pra sua mãe” não. Graças a Deus assim, vou ficar feliz por ela, entendeu? porque, é a mãe dela.</p>	<p>até melhor. Então, pra mim é, é uma, é assim eu fico muito feliz...</p> <p>Eles foram embora ai acabou o trabalho, não. É por sentir, eu não posso ser egoísta que eles fiquem todo tempo perto de mim. Eu quero que eles tenham um lar, entendeu? Eles precisam disso pra eles, ou com a família ou com uma família até melhor.</p>
Rena	<p>Não, não tem como. Principalmente criança, né!? Que é todo aquele carinho. Tem criança que tem... o mais carinhoso aqui é o José, que tem paralisia cerebral. Todo tempo é beijando, é cheirando, é carinho... É</p>	<p>Na instituição sim. A maioria, mas tem aquele que a gente se apega mais, né!? No meu caso é a Vitória. Ela tem, ela chegou aqui com dois meses, ela ta com seis. E me apeguei muito a ela e o João que foi embora. Ele chegou</p>	<p>A gente sente falta, né!? Principalmente, eu já acordei a noite desesperada. É que eu dormi, né!? E falei: mãe cadê o José que não ta aqui na cama? Eu pensei que eu tava, que eu tinha, tava fazendo o José dormir e eu tinha cochilado.</p>

	<p>importante e é, é complicado né!? Com certeza a pessoa cria um vínculo, um carinho um afeto com a criança.</p>	<p>aqui com seis meses e quando ele foi já tinha dois (anos). É difícil (risos e mostrou-se emocionada)...</p>	<p>Ai acordei desesperada “ mãe cadê o José? – Que José ,menina? – O José que levantou da cama eu tava fazendo ele dormi? – Não menina, tu ta em casa. – A tá! Até a gente sente uma falta assim, quando a gente vai, a gente vai embora. Quando a gente sai no portão eles – não tia, não vai, fica mais um pouco, fica mais um pouco. Então a gente sente falta. É o dia todo, né!? A gente chega 7:00 horas da manhã e sai 19:00 horas da noite. Sente falta sim.</p>
Kátia	<p>Com certeza. Isso aqui não é uma coisa, é mecânico. Você olha, você gosta e ponto. Né simplesmente dizer pra mim: Darling você não pode gostar, porque isso é um trabalho e você não pode gostar de nenhuma criança. É claro que você tem que gostar! Que se não você não vai fazer um trabalho bem feito.</p>	<p>Todas! Todas eu sempre me apego. – Eu: “Como é que foi pra você esse apego?” – Já cuidei de crianças e que hoje eu sou amiga dos pais, frequentarem minha casa, ela (a criança) me chamava de mãe, até um ano. Hoje ela já está com cinco anos e continua frequentando minha casa.</p> <p>Ajuda e muito! Eu não posso maltratar</p>	<p>Eu não quero passar por essa situação (risos...) E isso vai acontecer amanhã e eu espero que eu já tenha saído daqui (risos...) Porque, a família vem buscar um acolhido, a família a nova família dele.</p>

		<p>uma criança. Principalmente crianças, repito com vários traumas. Eu tenho sim que trata-las com muito carinho.</p>	
Rosa	<p>É ter carinho, é ter carinho com as crianças. Aqui no caso, né!? é ter carinho com as pessoas em geral. Vínculo afetivo inclui carinho, né!?</p>		<p>Como eu falei anteriormente é!? A gente tem que ta preparado pra esse momento, porque elas não vão ficar eternamente no espaço desse, né isso!? A gente tem que encarar com naturalidade, porque aqui é um, um local que elas estão só de passagem, elas estão cuidando dos traumas delas. A gente tem que ta ciente que elas não vão ficar aqui pra sempre.</p>